

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 1º-4-2019.

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Dr. Goulart, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 036/19 (Processo nº 0068/19). A seguir, a Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Caio Beltrão Rizk, diretor do Instituto de Estudos Empresariais, que se pronunciou acerca do Fórum da Liberdade. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Ricardo Gomes, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim e Airto Ferronato manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e seis minutos às quatorze horas e trinta e sete minutos. Após, por solicitação de André Carús, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Ary Marimon. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Roberto Robaina, solicitando alteração na ordem dos trabalhos, iniciando-se o período de COMUNICAÇÕES, destinado a homenagear Moisés Doring Jeske e Jairo Maciel, motoristas falecidos em serviço, nos termos do Requerimento nº 024/19 (Processo nº 0112/19), de autoria de Roberto Robaina. Compuseram a Mesa: Mônica Leal e Reginaldo Pujol, presidindo os trabalhos; Ligia Carla Leistner Pinheiro e Helena Maria Noms Maciel, viúvas dos homenageados. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Roberto Robaina, como proponente. A seguir, a Presidente convidou Roberto Robaina a proceder à entrega, a Ligia Carla Leistner Pinheiro e a Helena Maria Noms Maciel, de diplomas alusivos à presente solenidade. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Valter Nagelstein, este em tempo cedido por João Carlos Nedel, Márcio Bins Ely e Prof. Alex Fraga. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudio Janta, Felipe Camozzato, Professor Wambert, Airto Ferronato e Roberto Robaina. Em TEMPO DE PRESIDENTE, pronunciou-se Mônica Leal. Também, o presidente concedeu a palavra a Ligia Carla Leistner Pinheiro e a Helena Maria Noms Maciel, que se pronunciaram acerca da presente solenidade. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta e sete minutos às dezesseis horas. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Paulo Brum e Valter Nagelstein. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Dr. Goulart e Lourdes Sprenger.

Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Idenir Cecchim e Valter Nagelstein, este em tempo cedido por João Bosco Vaz. Às dezessete horas e seis minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mauro Pinheiro, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, por vinte e dois votos SIM, oito votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, após ser encaminhado à votação por Adeli Sell, Prof. Alex Fraga, Mauro Pinheiro, Cláudio Janta, Aldacir Oliboni, João Bosco Vaz, Nelcir Tessaro e Cassio Trogildo, em votação nominal solicitada por Adeli Sell, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein, votado Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher e Prof. Alex Fraga e optado pela Abstenção Lourdes Sprenger. Foram apregoadas as seguintes subemenda e emendas ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/18 (Processo nº 1330/18): Subemenda nº 02, assinada por Mendes Ribeiro e Idenir Cecchim, à Emenda nº 06; Emendas nºs 07 e 12, assinadas por Cláudio Janta; Emenda nº 08, assinada por Nelcir Tessaro e Reginaldo Pujol; Emendas nºs 09 e 10, assinadas por Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa, Adeli Sell e Engº Comassetto; Emenda nº 11, assinada por Mônica Leal e Cassiá Carpes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Mendes Ribeiro, deferido pela Presidente, solicitando a retirada de tramitação da Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 06 ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/18. Foram apregoados Requerimentos de autoria de Cláudio Janta e Mendes Ribeiro, deferidos pelo Presidente, solicitando votação em destaque, respectivamente, para as Emendas nºs 07 e 12 e para a Emenda nº 06 e a Subemenda nº 02 à Emenda nº 06, apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/18. Foi aprovado Requerimento de autoria de Nelcir Tessaro, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/18. Foi rejeitado Requerimento de autoria de Marcelo Sgarbossa, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Executivo nº 011/18, por seis votos SIM e vinte e um votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Adeli Sell, Prof. Alex Fraga, Cassio Trogildo, Idenir Cecchim, Mauro Zacher e Aldacir Oliboni, em votação nominal solicitada por Reginaldo Pujol, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa e Prof. Alex Fraga e Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein. Na oportunidade, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Aldacir Oliboni. Também, Marcelo Sgarbossa solicitou verificação de quórum, tendo o Presidente declarado que tal solicitação seria satisfeita pela votação nominal do Requerimento de autoria de Marcelo Sgarbossa solicitando o adiamento, por

uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Executivo nº 011/18. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 011/18 (Processo nº 1330/18), após ser discutido por André Carús, Mendes Ribeiro, Lourdes Sprenger, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes, Engº Comassetto, Adeli Sell, Márcio Bins Ely, André Carús, este em tempo cedido por Idenir Cecchim, Valter Nagelstein, Marcelo Sgarbossa, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, este em tempo cedido por Karen Santos, e Felipe Camozzato. Na oportunidade, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Aldacir Oliboni. Foram apregoadas as seguintes emendas ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/18: nº 13, assinada por Ricardo Gomes e Cassiá Carpes; nº 14, assinada por Lourdes Sprenger, Idenir Cecchim, Mendes Ribeiro e André Carús; nº 15, assinada por Marcelo Sgarbossa, Karen Santos, Aldacir Oliboni, Adeli Sell, Engº Comassetto e Prof. Alex Fraga; nºs 16 e 19, assinadas por Felipe Camozzato; nº 17, assinada por Karen Santos e Prof. Alex Fraga; nº 18, assinada por Aldacir Oliboni e Marcelo Sgarbossa. Foram apregoados os seguintes Requerimentos, deferidos pela Presidente, solicitando votação em destaque para emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/18: de autoria de Marcelo Sgarbossa, para as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 08, 09, 10, 11, 13, 14, 15 e 18; de autoria de Prof. Alex Fraga, para as Emendas nºs 16 e 17. Foi aprovada a prorrogação da sessão, nos termos regimentais, por vinte e um votos SIM, em votação nominal solicitada por Adeli Sell, tendo votado Airto Ferronato, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/18, por oito votos SIM e vinte e dois votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Prof. Alex Fraga e Marcelo Sgarbossa, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista e Prof. Alex Fraga e Não Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Durante a Sessão, Márcio Bins Ely, Idenir Cecchim, Ricardo Gomes, Valter Nagelstein, Marcelo Sgarbossa e Reginaldo Pujol manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às vinte horas e vinte e seis minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Aldacir Oliboni, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo, Mônica Leal e Reginaldo Pujol e secretariados por Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Instituto de Estudos Empresariais – IEE, que tratará da divulgação do Fórum da Liberdade. O Sr. Caio Beltrão Rizk, diretor, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. CAIO BELTRÃO RIZK: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, uma saudação especial ao Ver. Ricardo Gomes, ex-presidente do Instituto de Estudos Empresariais. Saúdo igualmente o Ver. Felipe Camozzato, também um árduo defensor dos ideais de liberdade. O resultado das últimas eleições deixou evidente que a população brasileira clama por mudanças na forma de se fazer política neste País. O viés estadista que dominou a política brasileira até aqui e pautava o Estado como responsável por tentar resolver problemas das mais variadas esferas se mostrou ineficiente. O Estado serve aos indivíduos, na maioria das vezes, com serviços públicos de baixa qualidade, e em contraprestação, cobra deles uma carga tributária que é insustentável. Os empreendedores que deveriam ser enxergados como principais agentes de mudança da sociedade são abafados por uma imensa teia de formulários, de carimbos e autorizações. A sociedade civil, por sua vez, que pode e deve se unir para encontrar soluções para problemas comuns, se afugenta, cansada de pagar muito e receber pouco. Mas, aos poucos, os cidadãos brasileiros, os cidadãos gaúchos e os cidadãos porto-alegrenses, como eu, começam a ter a esperança de que as coisas podem mudar. Não desconhecemos os esforços que estão sendo feitos nesta Casa, com muito suor, para diminuir a burocracia. Também não desconhecemos os esforços que recentemente foram feitos por um grupo de cidadãos em constante diálogo com o poder público para finalmente resolver o interminável impasse que existia na trincheira da Av. Cristóvão Colombo. Quanto ao ponto, é fundamental exaltar o recado que emana desse exemplo, que, não, os entes públicos não precisam ser os únicos a enfrentar os problemas que existem na nossa sociedade, e, sim, os cidadãos porto-alegrenses são capazes de se unir e resolvê-los, conquanto que haja mais liberdade para suas atuações.

Pois bem, quantas vezes passamos em frente de estabelecimentos comerciais e há um cartaz onde se lê: “Fechado para reformas para melhor atendê-lo”. Quando tratamos do poder público, o raciocínio deve ser exatamente o oposto. Devemos estar abertos a mudanças, com o objetivo de repensar o papel do estado e dos cidadãos no futuro que queremos construir para os nossos bairros, para as nossas cidades, para nossos estados e para o nosso país. Esse é o mote para o 32º Fórum da Liberdade, que ocorrerá nos dias 8 e 9 de abril, no Centro de Eventos da PUC, com o tema: “Brasil, aberto para reformas?” O Fórum da Liberdade, reconhecido como o maior evento de debates políticos, econômicos e sociais da América Latina, ocorre na cidade de Porto Alegre desde a sua primeira edição. Ao longo de todos esses anos, o Fórum da Liberdade e, por consequência, a cidade de Porto Alegre, recebeu 375 palestrantes, sendo cinco vencedores de prêmios Nobel; oito chefes de estado;

intelectuais das mais variadas áreas do pensamento, além de incontáveis lideranças políticas e empresariais. No último ano, o Fórum da Liberdade foi acompanhado por uma audiência de mais de 6 mil pessoas presentes ao evento; na transmissão *on-line*, ao vivo, atingiu a marca de 635 mil visualizações; levamos o Fórum da Liberdade para alunos de cerca de 30 escolas e para 48 instituições de ensino superior. O mundo está olhando e se inspirando pelo que o Fórum da Liberdade faz no Brasil. Disse Tom Palmer, vice-presidente da Atlas Network, a respeito do Fórum da Liberdade: “O Fórum é um marco no calendário da vida pública brasileira”. “Porto Alegre é capital do engajamento cívico no Brasil” – disse Eduardo Giannetti sobre o evento. Agora, em 2019, queremos debater se realmente vamos nos libertar das velhas formas de pensar. Será que estamos realmente abertos para fazer o que precisa ser feito, para começar agora a construir o Brasil de daqui a 20, 30 anos? O 32º Fórum da Liberdade lança luz sobre esses questionamentos, propondo o debate sobre o atual momento do País, sobre os próximos passos e obstáculos que teremos pela frente na discussão de temas polêmicos e na consolidação das mudanças que são necessárias. Nesse ponto, é fundamental esclarecer que não estamos falando apenas de reformas estruturais que precisam ser enfrentadas, como é o caso da previdência, do sistema tributário ou do sistema público de saúde. Estamos abrangendo, em reforma, a mudança que precisamos ter na forma de ver o mundo, de nós, cidadãos, compreendermos que um futuro melhor não se faz só com direitos, mas com deveres, assumindo responsabilidades. Durante o almoço de abertura do Fórum da Liberdade, teremos uma palestra especial com Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central do Brasil. Durante o Fórum da Liberdade, teremos painelistas como Pedro Parente, ex-presidente da Petrobras e considerado o maior gestor de crise do País; Flávio Augusto, um dos maiores empreendedores do País; teremos uma videoconferência com Olavo de Carvalho, pensador de extrema influência nos rumos que o Brasil irá tomar; Alexandre Garcia, jornalista de reconhecida trajetória; Gustavo Franco, um dos pais do Plano Real; Winston Ling, empresário que apresentou Paulo Guedes ao atual Presidente da República. Enfim, será uma série de palestrantes nacionais e internacionais com os quais debateremos temas de fundamental importância para o futuro da nossa sociedade.

Por fim, para concluir, deixo aqui duas citações que, assim como o Fórum da Liberdade, servem de provocação. A primeira, do jornalista norte-americano Henry Louis Mencken, que diz: “Para todo o problema complexo existe sempre uma solução simples, elegante e completamente equivocada”. A segunda, de Ludwig von Mises, nos ensina que “ideias e somente ideias podem iluminar a escuridão”.

Esperamos todos vocês nos dias 8 e 9 de abril! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Obrigado, Sra. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Caio Rizk, diretor de relações institucionais do Instituto de Estudos Empresariais, quero parabenizá-lo por mais esse Fórum da Liberdade, que é uma marca da cidade de Porto Alegre. Eu tenho orgulho de ser associado honorário do IEE, de ter sido seu presidente e sei que o Fórum trouxe para Porto Alegre, como tu mencionaste, prêmios Nobel, chefes de estado, ministros, parlamentares do mundo todo que vieram abrilhantar a discussão em Porto Alegre. E o Fórum, há mais de 30 anos, diz a mesma coisa, afirma as mesmas ideias, reafirma os mesmos princípios e valores, e, finalmente, o Brasil parece lançar um olhar mais decidido a fazer a diferença seguindo os ideais que o IEE sempre defendeu e que o Fórum da Liberdade sempre promoveu em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no Brasil e para o mundo. Hoje, com o alcance de mais de 6 mil pessoas que vão ao evento e todo o alcance que a rede social abriu para o Fórum da Liberdade, ele é, sem dúvida nenhuma, reconhecidamente, o maior evento do liberalismo do mundo. Não há, no mundo inteiro, alguém capaz de fazer um evento como o Fórum da Liberdade. Essa é uma marca desse grupo de empreendedores de Porto Alegre, do Instituto de Estudos Empresariais. É importante dizer – a maioria das pessoas não sabe – que a diretoria do IEE muda a cada ano, muda o presidente, muda a maior parte da diretoria, e é sempre uma equipe jovem, como o Caio, que assume a missão de fazer do zero um novo Fórum da Liberdade. É por isso que eu fico tão impressionado de ver a capacidade do Instituto de se renovar, de lançar novas lideranças e de produzir, a cada ano, um Fórum maior e melhor do que o do ano anterior. Então, parabéns, podem contar conosco lá no Fórum da Liberdade, a Câmara vai estar representada – nossa Presidente está aqui, vários vereadores lá estarão. Quero dar, de novo, os parabéns em nome de Porto Alegre e agradecer ao IEE por fazer o Fórum da Liberdade na nossa Cidade. Obrigado e parabéns!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigado, Ver. Ricardo. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente. Quero parabenizar a fala do Caio, agradecendo pela sua presença aqui, bem como a do Instituto de Estudos Empresariais. Acho que, para além das palavras bem colocadas pelo Ver. Ricardo, vale todos os vereadores se atentarem para um evento dessa magnitude, um evento que vai além das divergências ideológicas que muitas vezes existem. Nós temos um evento extremamente robusto do ponto de vista intelectual e de conteúdo, diverso também, porque não é apenas de políticas que trata o evento, temos conteúdos muito interessantes que dizem respeito à sociedade, à humanidade. Eu, particularmente, conheci o Fórum da Liberdade muito antes de me tornar um liberal. Enquanto estudante de administração, quando cursava ia para ver grandes executivos falarem sobre suas histórias de sucesso, como o próprio Flávio Augusto estará lá este ano fazendo. A partir daí, comecei a ver o que eram as boas práticas que existiam

mundo afora e que poderiam ser aplicadas no nosso País, para que finalmente virasse um país do qual a gente tivesse orgulho de ser cidadão. Acabei me envolvendo, mais tarde, com política e consegui fechar, então, o quebra-cabeça de tudo aquilo que eu tinha visto nas primeiras vezes no Fórum da Liberdade com o que, hoje, o NOVO defende – e eu tenho defendido aqui no exercício do meu mandato como vereador.

Então, parablenizo a atuação do IEE. Como o Ricardo falou, enquanto representante da população de Porto Alegre, saúdo e agradeço por esse evento ser contínuo, sempre presente, por ter um grupo de porto-alegrenses engajados e fazendo acontecer. Esse é o maior evento que trata sobre o tema no mundo inteiro, então é uma honra Porto Alegre sediar esse evento. Não é à toa que tem todo esse simbolismo e essa robustez, hoje, no movimento liberal no mundo inteiro, sendo reconhecido por isso. Obrigado, mais uma vez, pela presença. Espero que meus colegas vereadores não só leiam este livro – aliás, obrigado por entregar a todos os vereadores, nos presentear com este livro –, mas também compareçam ao Fórum nos dias 8 e 9 de abril.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Cara Presidente, presidente Caio, eu já sou mais velho que o Camozzato e o Ricardo Gomes, há uns 15 anos nós estamos aqui participando do Fórum da Liberdade, e eu sou testemunha do quanto o Fórum influenciou na vida de muitos jovens, por exemplo, nós temos aqui Semana do Jovem Empreendedor, proposto pelo Ver. Mendes Ribeiro. Eu falo em nome do Ver. Mendes Ribeiro, da Ver.^a Lourdes Sprenger, do Ver. André Carús e do Valter Nagelstein, para dizer que o Fórum é tão importante para a cidade de Porto Alegre, para nós liberais, ou para nós empreendedores, que ele se transformou numa marca de Porto Alegre, e provavelmente mais importante do que o outro Fórum que existia aqui em Porto Alegre. O nosso Fórum da Liberdade continua, começou antes e continua, por defender ideias de desenvolvimento, ideias de acreditar no trabalho, de acreditar na pujança de cada empresário, pequeno, médio ou grande, do jovem empreendedor e de quem se preocupa com a desburocratização e com a facilitação de quem quer empreender. Por isso, vida longa ao Fórum da Liberdade, vida longa a vocês que administram a cada ano esse Fórum, e esse rodízio saudável que fazem mostra que todos nós podemos ajudar um pouquinho com o nosso esforço a desenvolver a Cidade, o Estado e o País.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Mônica, nosso presidente Caio, eu ouvia agora o Ver. Cecchim, e ele estava aqui falando nos liberais e cumprimentando a vocês, a todo IEE e ao Fórum. Eu sou do Partido Socialista Brasileiro, e é muito bom repetir: Socialista Brasileiro! Porque existe uma confusão muito grande de o que é o Partido Socialista, comunismo e uma série de outras questões. Mas nós do Partido Socialista compreendemos a importância da liberdade, da iniciativa, da livre concorrência, de todas essas questões que têm trazido, sim, resultado, e uma extraordinária discussão, aqui em Porto Alegre, e essencialmente no Brasil, nos últimos anos. Eu concorri a deputado estadual, e os caras me diziam: “Ferronato, não voto mais em ti, vocês comunistas”. E assim vinha um rolo sem fim. Quero dizer que nós, do Partido Socialista Brasileiro, apostamos na liberdade e compreendemos a importância da iniciativa privada no contexto de todo o seio da sociedade em termos de trabalhador público-privado. Sou funcionário público aposentado, trabalhei 40 anos, mas quero te cumprimentar e cumprimentar Porto Alegre pelo Fórum porque, na verdade, é, sim, um dos belíssimos eventos, independentemente de posição política, ideológica de cada um, mas é um modelo de evento que acontece aqui na Cidade e que engrandece Porto Alegre. Nós somos um centro de diversos eventos, dentre outros, o belo evento que vocês realizam. Parabéns a ti e a todos vocês. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Parabenizo o IEE por mais um Fórum da Liberdade, este projeto que já é tradicional no calendário de Porto Alegre, nacional, pois é muito procurado e prestigiado pelo público interessado nos temas, e traz convidados que são destaques nas suas áreas. Agradeço a sua presença. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h36min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 14h37min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Ary Marimon, ex-presidente da Farsul, ocorrido na semana passada.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a homenagear o Sr. Moisés Doring Jeske e o Sr. Jairo Maciel, motoristas do aplicativo Uber, falecidos em serviço, nos termos do Requerimento nº 024/19, de autoria do Ver. Roberto Robaina.

Convidamos para compor a Mesa a Sra. Ligia Carla Leistner Pinheiro, esposa do Sr. Moisés Doring Jeske; e a Sra. Helena Maria Noms Maciel, esposa do Sr. Jairo Maciel.

O Ver. Roberto Robaina, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, vereadoras e vereadores; Presidente Mônica Leal. Queria saudar a Sra. Ligia Carla, esposa do Sr. Moisés Doring Jeske, e a Sra. Helena Maria Noms, esposa do Sr. Jairo Maciel. Nós estamos fazendo esta homenagem aqui, entre os vários trabalhadores e motoristas de aplicativos da cidade de Porto Alegre. Também quero saudar o Sr. Marcos Vinícius, vice-presidente da Associação da Liga dos Motoristas de Aplicativos. Nós temos uma situação trágica em Porto Alegre, os assassinatos desses dois trabalhadores – um deles completou um ano ontem – expressam uma tragédia urbana que se vive na cidade de Porto Alegre, uma violência cotidiana, e os trabalhadores, motoristas de aplicativos, são uma das principais vítimas, de tal forma que os próprios trabalhadores começaram a se organizar para defender os seus direitos. Nós tivemos, aqui na Câmara de Vereadores, no ano passado, uma intensa mobilização, Presidente Mônica, para garantir a regulamentação desse serviço. Foi aprovada uma regulamentação, depois foi contestada juridicamente, já há um parecer do Ministério Público que indica também que não tem procedência essa contestação, nós acreditamos que é muito importante ter a regulamentação desse serviço, mas especificamente esses trabalhadores se mobilizaram também para garantir que a cidade de Porto Alegre tenha um rigor maior em relação a esse tipo de serviço. Os trabalhadores conseguiram aprovar uma emenda que garante que todos aqueles que utilizem os serviços de aplicativo, em dinheiro, possam ter o seu cadastro, a fotografia, a senha, garantam, portanto, uma maior capacidade de identificação.

Essa homenagem, portanto, também tem um caráter de luta, porque tanto a Ligia quanto a Helena Maria, esposas dos dois motoristas que faleceram, têm muita

consciência da necessidade de que essas mortes não tenham sido em vão, que se tirem conclusões. Eu ainda tive a honra de receber a informação da Helena Maria, esposa do Jairo, uma das belas coincidências que a vida tem, que ela foi professora, no Americano, do meu filho, e uma das filhas delas que está aqui, foi colega do Fernando. Então, a gente se encontra num momento como este, eu não conhecia a senhora, e para mim é uma satisfação que a senhora tenha sido professora do meu filho, é um grande orgulho. Eu creio que um sofrimento, uma dor, como a experimentada por essas pessoas, não tem tradução em discurso político; o sofrimento, a dor, a tristeza, só a linguagem da arte, da poesia é capaz de traduzir – a política não tem condições de traduzir a dor.

Quando se completa um ano desses assassinatos, quando nós estamos homenageando pessoas que tiveram as suas vidas, de modo brutal e covardemente, interrompidas, evidentemente que este é o momento de dor. O nosso objetivo, ao fazer esta homenagem, portanto, é valorizar a luta que vocês estão desenvolvendo, os trabalhadores de aplicativos, e parabenizar essas duas guerreiras que seguem resistindo e seguem lutando. Muito obrigado, para vocês duas, e a nossa homenagem, a nossa determinação de seguir lutando pela honra, por justiça em relação à vida dos seus maridos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Convidamos o Ver. Roberto Robaina para fazer a entrega dos diplomas às esposas dos homenageados.

(Procede-se à entrega dos diplomas.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nossa Presidenta da Casa, Ver.^a Mônica Leal; colegas vereadores e vereadoras; a todo público que está presente nesta homenagem, de modo especial os que compõem a Mesa: a Sra. Ligia Carla Pinheiro, esposa do Sr. Moisés Doring Jeske; a Sra. Helena Maria Noms Maciel, esposa do Sr. Jairo Maciel; o Sr. Marcos Vinícius dos Santos, vice-presidente da Associação da Liga dos Motoristas de Aplicativos, já conhecido por nós, pelos longos debates ocorridos aqui, no ano passado, no momento em que estávamos lutando pela lei e pela regulamentação dos aplicativos em Porto Alegre.

Eu queria também, em nome da bancada do PT, até porque estou inscrito neste período de Comunicações, Ver. Roberto Robaina, não só lhe parabenizar pela iniciativa, mas dizer que, infelizmente, a emenda que aprovamos naquele momento, onde identificava o usuário do aplicativo através de documento, de fotografia, o governo municipal vetou. E, ao vetar aquela emenda, ele trata como não fosse algo tão

interessante para salvar a vida de mais de 15 mil trabalhadores do Uber em Porto Alegre, aliás, de todos os aplicativos.

Esta Câmara tem que rever essa injustiça, Ver. Cláudio Janta, isso foi mais que uma injustiça vetar algo como se fosse banal, como se nós não tivéssemos dado a importância, porque veio o veto e a Câmara concordou com o prefeito, ao contrário do que havíamos votado naquele momento. São mais de 10 pessoas que perderam a vida neste ano, Sra. Presidente, nos aplicativos; são mais de 720 casos de assalto ocorridos no ano passado – e vamos deixar assim, tipo um descaso, como o prefeito fez, vetando a emenda? Não, tem que sair uma nova iniciativa desta Casa, repondo isso que foi perdido. Imaginem, a Uber ou qualquer aplicativo, Cabify, 99, manda, depois das 22h, para o cidadão que está lá aguardando uma corrida, a informação do início da corrida, não diz quem é, nem para onde vai! Há uma série de irregularidades que nós temos que reparar, e não ter isso como uma coisa, como disse aqui o parecer sobre o veto, que não é atribuição do Uber legislar para segurança. Ora, e o prefeito não vai legislar pela segurança dos cidadãos de Porto Alegre, sendo que eles também são cidadãos?

Então, venho aqui e fico até meio indignado porque há coisas que a gente pode, só no apertar o botão, cometer uma injustiça ou fazer a justiça acontecer. E aqui foi, sim, o momento que tivemos que reavaliar posições tão radicais que não levam só a dignidade desses motoristas, mas tem que dar um percentual, diria até que abusivo, à lei dos aplicativos, fazendo com que a vida de pessoas fique exposta de tal maneira que qualquer um hoje vai perder sua vida, e ninguém vai saber. Então, nesse sentido, queria fazer aqui uma reportagem porque esta emenda foi votada favoravelmente; veio o veto, e nós perdemos na disputa do veto, e agora acontece isso, somente neste ano 10 famílias já perderam seu pai, seu esposo – são 10 vidas perdidas, e vão ocorrer muito mais se não tiver o alerta, a iniciativa e a reposição da busca da dignidade para estes cidadãos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente desta Casa, Ver.^a Mônica Leal; Sra. Lígia Carla, esposa do Sr. Moisés; Sra. Helena Maria, esposa do Sr. Jairo Maciel; e Marcos Vinícius, da Associação dos Aplicativos; colegas vereadores; público que nos assiste das galerias e através da TVCâmara e da Rádio Web; desde o início nós procuramos formas de garantir a vida das pessoas. Desde que os aplicativos vieram para Porto Alegre, nós temos lutado, e muito, para ter a regulamentação. Entendemos que quem está atrás de uma direção, quem está lidando com o público tem que ter a garantia de quem irá pegar, quem irá transportar; assim como quem pega, as senhoras e os senhores, tem que ter a garantia de quem está pegando, tem que ser recíproco essa garantia, tem que ter as condições necessárias, não só de segurança, mas também as condições necessárias de trabalhar. É um trabalho, é um emprego, apesar de

acharem que é um bico. Hoje se vê que a maioria das pessoas que trabalha em aplicativo são pessoas que estão começando a sua vida, pessoas que tinham negócios, tinham empresas, tinham empregos, e acharam essa fonte de renda, que não pode ser a fonte que vai ceifar as suas vidas, e principalmente destruir o sonho de suas famílias – não pode ser isso. O Ver. Roberto Robaina até usou: “Não podemos resolver com a política, vamos para a poesia...” Mas acho que nós damos uma melhorada na política, nós fizemos várias emendas, aprovamos vários projetos, o Ver. Aldacir Oliboni citou um aqui que é a identificação do usuário. Só que o *lobby* das empresas para não ter custo prevaleceu algumas vezes. O partido NOVO tem duas ações para que não se permita a regulamentação dos aplicativos na cidade de Porto Alegre. Duas ações beneficiando somente o espólio das empresas, nunca se preocupando com a vida das pessoas. Se quiser vir para a nossa cidade empreender, como gostam de dizer – eu acredito que é explorar as pessoas –, tem que se adaptar às regras e normas. Nós precisamos ter a segurança que as senhoras e os senhores precisam ter. Como uma empresa, que consegue se comunicar a milhares e milhares de quilômetros daqui, não poder dar a identificação e a garantia, para a pessoa que está conduzindo o carro, de quem irá pegar esse carro? Não pode a pessoa não cancelar uma corrida, não pode a pessoa não ter essa segurança, que todos nós buscamos hoje em dia, cercando as nossas casas, colocando cerca elétrica, grade, alarme, e uma pessoa sair nas ruas da nossa Cidade, de peito aberto, como se vê, em três meses, até o dia 31 de março, mais de dez trabalhadores de aplicativos tiveram as suas vidas ceifadas na nossa Cidade, sem falar no restante do Estado do Rio Grande do Sul. Isso não pode continuar existindo, a vida tem que estar em primeiro lugar, a segurança dos condutores, dos passageiros tem que estar acima de qualquer tentativa de lucro e de ganho.

Então, nós vimos aqui exigir que seja implementada a regulamentação, que esta Casa fez a centenas de mãos, para melhorar as condições de vida das pessoas que trabalham em aplicativos, para melhorar a segurança, principalmente, dessas pessoas que buscam, pode-se dizer assim, uma reabilitação nas suas vidas, já que vários perderam tudo e acharam nessa profissão uma forma de recomeçar as suas vidas. Então, exigimos aqui a implementação e a regulamentação imediata desse projeto que foi discutido, debatido, com audiências públicas, com uma série de intervenções aqui nesta Casa, que seja, de fato, regulamentado. Falava com o Ver. Valter Nagelstein, que tem até uma emenda que prevê câmeras dentro desse sistema de transporte individual de passageiro na nossa Cidade. Então, nós queremos a regulamentação desse projeto, dessa lei, funcionando para garantir a vida das senhoras e dos senhores. Meus pêsames às senhoras e a todas as famílias que perderam um trabalhador, um operário, para garantir o conforto para a população de Porto Alegre. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente. Gostaria de saudar as esposas dos dois trabalhadores que foram assassinados; cabe-me, na verdade, muito mais honrar a homenagem a essas pessoas e a todas as outras vítimas dessa violência que acomete nossa sociedade. É importante – e eu fiz questão de subir aqui para falar logo após a provocação do Ver. Janta, que tocou no tema da ação judicial do partido NOVO – destacar que, quando se fala sobre defender o funcionamento dos aplicativos de transporte, que esta Câmara Municipal, em 2016, proibiu os aplicativos de transporte, e o Ver. Janta estava junto dos taxistas fazendo *lobby* para que eles não pudessem trabalhar aqui nesta Cidade. Naquela época, eu sequer era vereador, era um cidadão como qualquer outro na Cidade, e, enquanto cidadão, estive na audiência pública da votação da Lei dos Aplicativos lá no Gigantinho, assim como estive na Câmara Municipal, enquanto cidadão, reivindicando que deveríamos dar liberdade para que as pessoas pudessem trabalhar e para que empresas, quaisquer que sejam, pudessem oferecer soluções de transporte.

É nesse intuito que a ação do partido NOVO entrou na Justiça, para garantir que os trabalhadores do aplicativo de transporte tivessem liberdade de escolher qual plataforma querem trabalhar, que não precisassem pagar mensalidade para a Prefeitura, que não precisassem ficar fazendo exames toxicológicos a cada seis meses, que não precisem ter uma série de outras burocracias para poder fazer o trabalho. Eu pergunto ao Ver. Janta, que diz que está preocupado com a segurança, com o que eu também me preocupo, esse é um problema do governo do Estado, que, por exemplo, não mantém presas essas pessoas que assassinam, essas pessoas que cometem crimes, e a gente sabe que são recorrentes esses crimes e que está tramitando com atraso no Congresso Nacional para endurecer as penas, para que a gente possa acabar com a progressão de regime, para que a gente possa manter presas essas pessoas que cometem crimes. Pergunto se o táxi, por exemplo, não está sujeito a riscos tão grandes quanto os aplicativos, uma vez que ele pega passageiros na rua sem saber qual sua origem. Vamos colocar, então, enquanto Câmara Municipal, alguma obrigação de quando um cidadão chama um táxi na rua ele tem que se identificar para o condutor? Sobre esse tipo de coisa, a gente procurou fazer reflexão no debate político e no debate da própria legislação, se cabia isso, uma vez que nós temos também uma concorrência entre empresas de aplicativos que podem fazer com que os motoristas decidam para qual aplicativo querem trabalhar e sobre quais regras, coisa que antes não existia. Inicialmente só tínhamos uma empresa trabalhando em Porto Alegre, e aí sim caberia muito mais fazer pressão e principalmente conversar com as empresas para que elas pudessem dar segurança para aqueles seus motoristas parceiros, mas hoje já existem opções. Se nós acreditamos que não se deve colocar, por exemplo, um cadastramento de usuários para quem pede táxi na rua, por que nós iríamos colocar esse entrave para quem trabalha com aplicativos de transporte, dificultando, portanto, a liberdade do motorista de poder escolher em pegar esses passageiros na rua ou atender chamados de passageiros assim, sem identificação, poder trabalhar para eles e prover o seu sustento. Hoje, muitos querem fazer dessa forma; e nós achamos que não cabe a esta Câmara Municipal dizer que eles não podem. Então, é para preservar a liberdade de escolha de

motoristas, de passageiros que nós, enquanto partido NOVO - e aqui eu falo como mandatário do NOVO e não como a instituição partidária, porque não é o mandato do Ver. Camozzato que entrou na Justiça, foi o partido que entrou na Justiça para suspender alguns dos artigos que a gente achava que excediam a liberdade de motoristas e de usuários. Lembrando que a Prefeitura poderia regulamentar, mesmo com esses artigos suspensos, porque a lei não foi suspensa, alguns artigos foram suspensos. E se a Prefeitura não está regulamentando, aí o partido NOVO não pode se imiscuir.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Então, é por isso que é importante deixar claro que quando nós estamos falando sobre um problema de segurança pública, eu, particularmente, me sinto desconfortável de trazer para um debate político, num momento em que há vítimas aqui, uma pauta que, na verdade, não diz respeito à violência urbana, mas sim à intenção de um ou outro partido de se fazer prevalecer num debate que era político. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Tempo de Presidente.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, colegas. Sinceramente, não me interessa, eu não tenho o menor interesse sobre esta questão se é privado, se é a Prefeitura, o que me interessa aqui é o bem maior, que é a vida. (Palmas.) Quando nós nos deparamos com mortes, nós temos, sim, que parar e pensar que tem algo errado. E se eu errei, se alguém errou, se o governo errou, se o Legislativo errou, vamos rever a situação. Agora, o que não dá para aceitar é que 21 mortes ocorreram depois do aplicativo aceitar pagamento em dinheiro! Algo está errado, porque, quando nós chamamos o aplicativo, não existe identificação, quando isso é feito dessa maneira.

Então, senhores e senhoras, eu, aqui, como mulher, não falo nem como legisladora, passo a ficar muito preocupada com essa situação, porque o motorista pode ser assaltado e morto por um bandido, por um criminoso, e este mesmo criminoso, Ver. Felipe Camozzato, pode ir lá na sua casa pegá-lo e transportá-lo numa corrida, e o senhor pode correr risco de vida – isso é muito grave! Nós temos de parar e pensar de que maneira vamos acomodar, vamos administrar essa situação para que fique seguro, tanto para os profissionais, os motoristas, quanto para os passageiros. E eu tenho certeza absoluta de que nenhum governo do mundo quer carregar essa conta de mortes. Às vezes, nós somos surpreendidos com esse tipo de situação. Faz-se tudo, e o melhor de tudo não fizemos aqui. E temos que entender e procurar a solução.

Quero me solidarizar com todos os motoristas do Uber de Porto Alegre, com suas famílias e com todos que já sofreram violência, enquanto motoristas desse aplicativo e que estavam em atividade, trabalhando, quando foram vítimas da criminalidade. A questão da segurança para motoristas de Uber de Porto Alegre tem de ser muito debatida, como já o foi aqui neste plenário por mais de uma vez, estudada e solucionada dentro de um quadro de insegurança pública que só avança, que, a cada dia, nos surpreende. Aliás, se tem um lado que avança é o da criminalidade. Então, nós temos que, de forma geral, nos preocupar com essa questão na Capital. Eu sempre me coloquei a favor da regulamentação do Uber na Capital e na busca de pensar e conquistar melhores condições de segurança para os motoristas e, também, para o usuário que busca esse tipo de transporte de aplicativos, que chegou como uma proposta alternativa, como um serviço de qualidade e moderno, mas que tem de se efetivar de forma segura e correta, que também tem de estar assegurado e dentro da lei.

Meu guia é minha consciência. Eu não poderia deixar de vir aqui hoje e dar o meu abraço de solidariedade a essas mulheres que, neste momento, perderam seus companheiros, pais de família. Quando alguém morre numa família, uma família é destruída, é uma vida que se vai. Por mais que a gente tente, de alguma maneira, fazer algo, sempre vai ficar faltando. Quero, Lígia e Helena, dizer para vocês que não só me solidarizo, como estou à inteira disposição para buscar uma solução para este problema que nos preocupa a todos. Um abraço. Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. João Carlos Nedel.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sr. Presidente, senhoras e senhores, familiares que compõem a Mesa, motoristas, eu não quero politizar este ato, acho que nem deve ser. Estamos aqui lamentando uma vida interrompida, estamos aqui lamentando um marido que não vem mais para casa, um filho que deixa a companhia dos seus pais, um trabalhador que não pode mais trabalhar, um amor que é interrompido, sonhos que são abruptamente cortados, uma vida que se encerra. É gravíssimo o problema, todos nós sabemos. Disse a Ver.^a Mônica que foram 21 mortes de motoristas de aplicativos, e eu quero ir além, para dizer que são 60 mil mortes por ano no nosso País, fruto da violência urbana, fruto de um sistema que premia a impunidade, fruto, num caso específico, somente da cobiça, porque se mata o motorista porque ele tem um pouquinho de dinheiro, muitas vezes para satisfazer o vício por uma pedra, para satisfazer ou alimentar uma corrente de tráfico.

Então, acho que o problema é enorme, é muito grande. E esta Casa não fica parada assistindo a essas coisas. Nós nos debruçamos aqui em fazer uma sessão que, com justiça, lembra de uma pessoa, um trabalhador, que tragicamente foi assassinado. Nós temos que ir muito além disso, porque somos uma Casa Parlamentar; agora, no

nosso País, Ver. Robaina, a legislação penal é monopólio do Congresso Nacional. O máximo que nós podemos fazer é nos somarmos para fazer pressão política para mudar as leis do Brasil. E mudar, no caso, as leis de Porto Alegre que sejam atinentes àquilo que é de nossa responsabilidade. No ano passado, em conjunto com todos os vereadores aqui, eu, como Presidente da Casa, fiz um enorme esforço para que a gente incluísse na Ordem do Dia a Lei dos Aplicativos, em várias reuniões com os líderes. Porque os motoristas de aplicativos estavam à mercê de toda e qualquer violência, desde a disputa com os taxistas, que são trabalhadores também, e que equivocadamente ou não, estavam disputando um mercado, queriam achar que era só deles, que era uma disputa desigual, enfim, nós temos que mediar essa relação, e nós procuramos fazer isso e procuramos dar segurança jurídica para quem está trabalhando nos aplicativos. E votamos a lei. Dar segurança jurídica aos motoristas de aplicativos, que, às vezes, eram objetos de armadilhas, verdadeiras arapucas feitas pela EPTC, e que várias vezes a gente denunciou, porque ao agente público é proibido o ardil, ele deve seguir sempre o princípio da legalidade, ele não pode fazer uma armadilha, mesmo que seja para pegar alguém, a não ser que tivesse poder polícia, o que a EPTC não tem, para pegar um trabalhador que está trabalhando e estava errado. E nós nos debruçamos sobre isso, nós enfrentamos isso e nós regulamentamos isso. Agora, o que não está ao nosso alcance, infelizmente, mas que tem que estar ao alcance de toda sociedade brasileira, é uma mobilização contra a questão do crime, da criminalidade, da violência urbana. No ano passado, nós trouxemos aqui os maiores especialistas do mundo. Daqui do Rio Grande do Sul, desembargadores, chefes do polícia, comandante da Brigada, promotores de justiça, desembargadores federais, o chefe de polícia de Los Angeles, nos Estados Unidos, o comissário de polícia da Bélgica, para nos ajudarem numa discussão do que a gente ia fazer nessa questão da segurança, da insegurança e da violência que nos vitima a todos, não é só ao motorista. Embora o motorista de um aplicativo ou táxi esteja mais exposto, mais que todos, e eu quero lamentar que até agora tenhamos feito muito pouco nisso, porque é preciso mudar a lei penal do nosso Brasil, que é uma festa de impunidade. Furto, por exemplo, não acontece nada, o cara vai para a delegacia, faz o BO, o flagrante, ele se livra – solto! –, não acontece nada e no dia seguinte está na rua, dando risada da cara do policial. E as famílias estão aqui, enlutadas. Então, são essas coisas que, na verdade, a gente precisa saber que tem que mudar. O Janta lembrou: eu fiz um projeto de lei aqui quando nem havia aplicativos, quando aquele assassino em série veio de Livramento e matou quatro taxistas aqui. Se nós tivéssemos, desde aquela época, um sistema que, quando entra dentro de táxi ou do aplicativo, tira uma foto do rosto, nós, no primeiro caso, já saberíamos quem tinha cometido aquilo, mas ele matou mais três pessoas, matou quatro ao todo.

Mais uma vez, o meu pesar, uma vida não se resgata, não se recupera, mas nós precisamos tomar medidas concretas e objetivas para tentar diminuir essa verdadeira hemorragia que o nosso País vive. Quarenta mil mulheres, Ver. Robaina, estupradas, violentadas por ano; 60 mil pessoas mortas por ano, a maior parte delas jovens. Entre essa maior parte, trabalhadores que estavam lá para ganhar a vida, para conseguir um meio de sustento, para levar o pão para casa. Não se pode sair de casa

com a perspectiva de que não se vai voltar, não é justo se viver numa sociedade sempre com a perspectiva de, a qualquer momento, simplesmente por estar trabalhando, estarmos colocando a nossa vida em risco. Que esta homenagem sirva para lembrar uma memória, mas que sirva para muito além disso: para saber que a gente precisa – vocês, como cidadãos; nós, como parlamentares, que estamos numa posição mais privilegiada ainda para isso – somar esforços para mudar a lei penal do Brasil que é extremamente injusta, que causa a impunidade, e a impunidade é a mãe de todos os crimes. Que Deus ilumine a memória de tantos quantos perdem a sua vida no exercício da sua digna profissão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Infelizmente, hoje, fazemos este triste registro, mas, ao mesmo tempo, é um dever nosso enfrentar este tipo de situação que assola os trabalhadores não só dos aplicativos, mas também dos táxis. Os números realmente nos preocupam, são alarmantes. Qualquer profissão que o cidadão saia de casa para trabalhar e não retorne preocupa a todos. Então, nós queremos aqui somar o nosso voto de pesar não só às senhoras, mas também à família toda. Realmente, nós perdermos duas pessoas trabalhando, Ver. Roberto Robaina, é o que precisa ser registrado aqui para que nós possamos também nos debruçar em políticas públicas que possam dar um retorno para essa situação. Queremos dar a nossa contribuição, às vezes até sem saber como; mas eu vejo e percebo que V. Exa. tem um projeto de lei – nós estamos debatendo esse projeto na Comissão de Constituição e Justiça –, que torna obrigatória a foto do usuário do Uber, qual seja o passageiro que vai pegar o Uber – não só o Uber, mas os aplicativos de modo geral –, para que seja identificado.

Eu te confesso que nós recebemos aqui a visita do pessoal do Uber até com alguns argumentos contrários a esse projeto de lei e a essa normatização, que eu acho que tem por objetivo oferecer segurança aos motoristas, obviamente, porque passa a identificar quem está requerendo o serviço do Uber ou de qualquer outro aplicativo, como 99 e Cabify – eu falo Uber porque, neste caso, foram acometidos dirigindo pelo aplicativo Uber. No caso, esta seria uma exigência de um dispositivo apenas para quem for andar pagando em dinheiro, porque, quem está pagando com o cartão de crédito, praticamente já está identificado pelo sistema, está cadastrado.

Eu quero dizer, vereador, eu sei que hoje é muito dura uma fala nossa, quando se faz um registro de homenagem póstuma, que geralmente não se festeja, não se faz nenhum movimento alusivo à morte de ninguém. Hoje aqui é um dia triste para todos nós. Nós viemos aqui fazer essa manifestação de pesar, mas acho oportuno também, porque devemos vir a esta tribuna prestar homenagens, nos somar em votos de condolência, em votos de pesar nos momentos oportunos. E é oportuno sim que

possamos fazer movimentos legislativos e de práticas de construção de legislação que possam, de certa forma, dar algum retorno à sociedade. E eu quero lhe dizer, vereador, que tendo em vista a visita que recebi do pessoal dos aplicativos, eu fiz uma pesquisa na internet, e 87% das pessoas que responderam à pesquisa são a favor de identificar – 13% foram contra e 87% a favor. Então, eu acho que precisamos trabalhar com informação. Tomara que se a gente puder contribuir de alguma forma, que essa seja também uma maneira. Eu não sei se essa é uma maneira, mas nos parece que é uma forma. É claro que o motorista ir identificando visualmente o passageiro, ele possa até se negar a fazer a corrida, digamos assim, como é o termo usual da prática do serviço de transporte individual de passageiro. Mas muito mais do que estar debatendo essas questões, é nos somar nos votos de pesar às famílias, aos amigos, aos parceiros que estão aqui hoje, neste momento triste, momento de dor em que se faz o registro da perda de dois jovens que estavam trabalhando, de forma cruel, de forma brutal, assassinados no exercício de seu labor, buscando os proventos de sua família, o pão de cada dia. Saem de casa e não retornam. Então, é um momento muito triste, mas é importante e oportuno que nós possamos fazer esse registro, agradecendo ao Ver. Robaina pela iniciativa e pelo seu esforço em estar trazendo para o debate desta Casa algum projeto de lei que possa se somar à angústia daqueles que clamam por alguma solução, que possa colaborar para que se estanquem esses assassinatos de motoristas de aplicativos, de táxis, enfim, de todo e qualquer cidadão que, no ato de exercício da sua profissão, possa ser acometido de um assassinato, que é inadmissível. Então, se pudermos investir em tecnologia, em tudo aquilo que estiver ao nosso alcance, o que for possível nós construímos de legislação para salvar uma vida, já está valendo a pena. Nesse sentido, também quero me somar mais uma vez com o voto de pesar à família, especialmente dos dois motoristas de Uber. Pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, colegas vereadores, como já foi dito pelos oradores que me antecederam, hoje não estamos comemorando nada nesta Casa, a nossa homenagem póstuma – congratulo aqui com o ver. Roberto Robaina que teve essa iniciativa – é de tristeza, de luto, de dor com os pais de família que tiveram a vida ceifada trabalhando. Eu fui um dos maiores defensores dos aplicativos, defendendo a liberdade de mercado, não é de hoje que a defendo. Nós lutamos aqui pela desregulamentação, inclusive dos táxis. Nós trabalhamos aqui para que os táxis que se sentiam prejudicados pelos aplicativos – no lugar de regular e dar excessos de tributação aos aplicativos – fossem liberados de várias cargas onerosas para que pudessem ser mais competitivos. Era essa a queixa deles. Agora vem aqui uma crítica, não como legislador, mas como político: é curioso que o liberalismo é a busca da liberdade, em nome dessa liberdade de empreender, nós

aprovamos, incentivamos os aplicativos, mas essa liberdade é uma via de mão única, porque o motorista não tem a liberdade de escolher o seu passageiro, ele não sabe quem é o passageiro, é às cegas. Eu, como legislador, tenho pouco a fazer sobre isso, porque é uma liberdade de mercado, mas esta tribuna me permite fazer uma crítica severa ao Uber, cuja liberdade é só do empreendedor, ou da empresa, ou seja, a liberdade tem mão única, não tem mão dupla, e isso é uma vergonha. Esse tipo de vergonha é fatal, está levando as pessoas à morte. Compulsoriamente, o motorista tem que receber o passageiro e, às vezes, por segurança, ele é obrigado, apesar de se sentir constrangido, a recusar uma corrida, daí ele pode ser acusado de preconceito. Ele precisa saber para onde vai, ele precisa saber onde vai ser levado, ele precisa saber quem ele vai pegar. Não é uma roleta! Ser motorista de aplicativo hoje é uma roleta-russa! É como colocar uma arma na cabeça, rolar o tambor, disparar e esperar a sorte, a fortuna decidir a vida deles! De novo: eu acho que, como legisladores, nós, que lutamos tanto para desregulamentar esse mercado, desregulamentar esse serviço aos indivíduos, temos a obrigação de trazer isso a esta tribuna. É muito triste, muito vergonhoso. Eu vi outro dia uma entrevista do nosso prefeito no Jornal do Almoço, e me cabe comentar. Nós estamos sofrendo políticas públicas – não é de hoje, há mais de década, o último governo do PT foi magistral nisso – para incentivar o transporte individual. Nas grandes capitais do mundo, a gente dissuade o uso de transporte individual e estimula o uso de transporte coletivo. Na gestão do PT, nós tivemos redução de IPI para que as pessoas comprassem carros, que não cabem mais nas ruas. Nós temos que retomar políticas públicas que incentivem as pessoas a deixar o carro em casa. Acredito que os aplicativos ajudam nisso. Eu passei o fim de semana inteiro andando de aplicativo, todo o fim de semana, a todos os eventos que eu fui, eu fui de aplicativo. Hoje as pessoas, quando tem um tiro curto, um destino curto, preferem um aplicativo ao ônibus, porque o custo-benefício é muito maior. Nós temos que repensar e fazer com que as pessoas deixem seus carros em casa para melhorar a qualidade de vida nas nossas cidades. Para aqueles que perderam entes queridos, vai aqui o nosso pesar, a nossa dor, a nossa tristeza, como representantes de Porto Alegre. Parabéns ao Ver. Robaina pela iniciativa. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Presidente Reginaldo Pujol, que preside a nossa sessão no momento; uma saudação especial as Sras. Lígia Carla e Helena Maria, esposas respectivamente dos Srs. Moisés e Jairo; uma saudação especial também para a Laura e para a Patrícia, que acompanham os nossos trabalhos, filhas do Sr. Jairo; e também ao Marcos Vinícius Santos, que representa aqui a Associação da Liga dos Motoristas de Aplicativos. Como já foi mencionado pelos que me antecederam na tribuna, é muito triste prestar homenagens póstumas. O

ideal, sempre, é que pudéssemos manifestar todo o nosso apreço às pessoas enquanto vivas, mas que os exemplos dos Srs. Moisés e Jairo sirvam de norteadores para esta Casa Legislativa e para muitas outras da sua grande responsabilidade. Nós temos aqui a responsabilidade de zelar ou de, pelo menos, contribuir com a segurança dos munícipes de Porto Alegre. Lembro quando tivemos, pela primeira vez, esse debate aqui na Câmara de Vereadores, no Município de Porto Alegre, a partir de um projeto de lei que proibiria ou não a presença dos aplicativos nesta Cidade. Eu e a Ver.^a Fernanda, à época, nos manifestamos de forma muito dura, e protocolamos, inclusive, uma emenda dizendo que havia a necessidade de regulamentação dos serviços de aplicativos. A nossa principal justificativa não era a questão econômica; obviamente, a questão econômica está embutida, ou esteve, dentro desse debate. Mas, desde o princípio, nos manifestamos favoráveis à regulamentação dos aplicativos, por percebermos todos os problemas que envolviam a questão da segurança, não apenas para os usuários, como muito foi destacado durante aquela época, mas também para os condutores. Eu vejo isso de forma muito mais clara, porque alguns parentes meus são motoristas de aplicativos. Eu tenho um primo-irmão que é motorista pela Uber, o marido da minha prima também é cadastrado a esse aplicativo, e o seu filho, Rafael, que recentemente tirou a carteira – não tem dois anos de carteira de motorista –, já dirige para a plataforma. São pessoas que estão aí, lutando contra a maré, tentando criar melhores perspectivas de vida para os seus, construir o seu futuro e o da sua família, mas que, obviamente, contam com a responsabilidade e o respaldo desta Casa Legislativa para, no que for possível, garantir um pouco mais de segurança. A questão do maior critério para o cadastramento é olhada, na maioria das vezes, com muito desdém ou até com ressalvas por parte daquelas pessoas que têm um viés mais liberal. Quando esse debate chegou a esta Casa Legislativa, os liberais mais convictos atacavam a nossa iniciativa. Fomos hostilizados, fomos xingados... Muitas das pessoas que hoje dirigem os aplicativos nos condenaram, nos criticaram. Fomos atacados pessoalmente e também pelas redes sociais, mas não nos afastamos das nossas diretrizes. Essas mesmas pessoas que diziam que o mercado iria se regular, que o mercado iria conduzir um ajustamento das políticas e das conduções desse debate, hoje não apoiam integralmente as diretrizes que nós tentamos colocar dentro do regramento já existente para ampliar a oferta de segurança aos usuários e também aos motoristas. Eu, como socialista, defendo, sim, o regramento, punição severa àqueles que infringem as leis, porque sem leis e sem regras nós rumamos ao caos. Portanto, toda nossa solidariedade às vítimas da violência. Aqui nós temos uma das expressões da grande tristeza que é essa chaga nos dias de hoje, mas não podemos nos afastar da nossa grande responsabilidade, que é, no que for possível, contribuir com a sociedade criando um regramento para que nós tenhamos melhores condições de sobrevivência e de enfrentamento a esse grave problema. Um abraço a todos e um bom trabalho para todos nós.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Nossa homenagem, hoje, expressa, antes de mais nada, a necessidade de uma reflexão sobre a segurança que é preciso estabelecer nas ruas da nossa Capital, para as mais diversas atividades que aqui se desempenham. E a nossa atividade de aplicativos, ela, com toda certeza, enfrenta um alto risco; e, se ela enfrenta esse alto risco, nós precisamos compreender a necessidade de estarmos juntos para buscarmos alternativas de minimização desses riscos. Sabemos que não é fácil. Eu ouvia o Ver. Valter Nagelstein falar sobre as regras de segurança, que elas são nacionais e também existem em nível de Estado. Nesta homenagem de hoje ao Moisés e ao Jairo, eu gostaria de registrar aqui, em meu nome, em nome do Ver. Paulinho Motorista e em nome do meu partido, o PSB, que já votamos favoráveis, inicialmente, à emenda da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Prof. Alex Fraga que propunham à época. No início, quando o projeto chegou aqui, se dizia: fica proibida a vinda do aplicativo em Porto Alegre. Esse era o projeto: proibia o aplicativo. E a emenda dizia que fica proibida até a regulamentação. Foi isso que nós votamos aqui e que ficou um pouco mal compreendido, até porque a própria mídia dizia que nós, vereadores, proibimos, o que não foi verdade. Votei favorável porque compreendia a necessidade. Votamos, depois, favoráveis às propostas que aqui vieram, e agora sei que tem um projeto do Ver. Roberto Robaina. E eu já recebi diversas mensagens via aplicativos, *e-mails*, Facebook, torpedos, etc., me perguntado como eu me manifestaria, como nós votaríamos a proposta do Ver. Roberto Robaina. E quem me pediu, pediu para eu votar favorável. E eu estou aqui para dizer que nós vamos, Ver. Roberto Robaina, ratificando o que eu respondi, votar favoravelmente a este projeto, e votaremos favoravelmente a toda e qualquer proposição que traga maior segurança aos condutores. A minha solidariedade a vocês, Sra. Helena e Sra. Ligia, e nós, aqui na Câmara, estamos juntos na jornada que é de vocês, mas também é, principalmente, meu caro Presidente, de toda a cidade de Porto Alegre. Um abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Sra. Ligia Carla Pinheiro, esposa do Sr. Moisés Doring Jeske, está com a palavra.

SRA. LIGIA CARLA LEISTNER PINHEIRO: Boa tarde a todos; eu quero agradecer a iniciativa do Ver. Roberto Robaina, uma homenagem para alguém especial é sempre muito bem-vinda. Obrigada mesmo. Quero agradecer a presença dos meus companheiros de luta em busca de uma segurança para todos. Fez dois anos do falecimento do meu marido, Moisés Doring Jeske, no dia 7 de março deste ano. De repente, para falta de conhecimento de muitos aqui, ele foi o primeiro motorista de aplicativo morto, absurdamente; depois dele vieram mais 20 – isso me dói muito ao

falar. Cada um que passa por um sumiço, mostrado pela mídia ou pelos grupos de aplicativos, em relação a um assalto, indagando onde está o motorista, eu sofro junto! Sofro e me solidarizo com todas as outras famílias. Infelizmente não tenho contato com todos, tive o prazer de conhecer a esposa do Jairo – desculpem, estou bastante emocionada – sabendo que é uma das poucas pessoas que consegue entender a dor que a gente sente. Então, eu gostaria de pedir encarecidamente a todos os vereadores presentes que deixem as suas adversidades políticas de lado, pensem na vida – é isso que a gente precisa gritar neste momento. São vidas de pessoas; pessoas importantes na vida de outras pessoas. Eu me sinto mutilada viva. No momento em que meu marido saiu de casa para trabalhar e não retornou, eu comecei a procurá-lo e o encontrei morto! Morto vítima da falta de segurança – foi isso que aconteceu. Eu estou aqui hoje para implorar para vocês: não permitam que essa hemorragia não seja estancada. Vocês é que têm o poder! Eu preciso da ajuda de vocês. Não tem nada que vá trazer meu marido de volta, mas vocês têm a chance de minimizar que outras famílias passem por isso, é muito importante. Eu aceitei estar aqui, lógico que em razão da homenagem ser para meu marido, mas para tentar fazer com que vocês olhassem dessa forma tudo o que está acontecendo. Independente, gente, de ser taxista, de ser motorista de aplicativo, são seres humanos, são pais de família, são filhos de alguém, como aqui foi dito. Alguma coisa precisa ser feita. E sem política não se faz nada, a gente precisa da aprovação de vocês. Mais uma vez, eu agradeço a oportunidade, e desculpa. Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Sra. Helena Maria Noms Maciel, esposa do Sr. Jairo Maciel, está com a palavra.

SRA. HELENA MARIA NOMS MACIEL: Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Ver. Roberto Robaina por todo este momento, por toda esta iniciativa. Vou aproveitar e agradecer a todo o pessoal dos aplicativos pelo apoio que nós recebemos de vocês, desde o momento do sepultamento do meu marido, há exatamente um ano atrás, e o apoio que nós temos recebido até hoje, sempre ligando, sempre querendo saber se nós estamos bem. Eu sou eternamente grata. É a primeira vez que estou falando após o episódio do Jairo. Ele era pai de família, um marido maravilhoso, companheiro de 43 anos, avô apaixonado, uma pessoa que foi vítima da violência. Assim como a Ligia, eu rogo que vocês façam alguma coisa para garantir segurança a eles. O meu marido está sepultado, mas eu não gostaria de estar lendo todos os dias notícias sobre desaparecimentos, sobre mortes desnecessárias. E tem um outro dado que talvez vocês não saibam: muitos motoristas foram salvos por eles, pelos grupos que eles têm, pelas mensagens que eles passam e que salvam. Nós tivemos uma amiga salva por um motorista da Uber no meio da tarde. Então, gente, vamos ter um olhar todo especial para a Uber, para qualquer motorista de aplicativo, eles estão à mercê e, muitas vezes, são punidos pela empresa porque não aceitaram uma corrida, tomam o chamado “gancho” – isso não é justo. Não é justo que eles tenham aquele

medo e, muitas vezes, terem que jogar o carro para se salvar de alguma coisa. Então, assim, eu agradeço do fundo do meu coração, rezo muito pela segurança de vocês. E peço, encarecidamente, que vocês pensem em alternativas que deem mais segurança para esse povo, são trabalhadores, eles não estão fazendo bico. O meu marido deixou de fazer bico, porque o mercado de trabalho não aceita todo mundo. O mercado de trabalho rejeita quem tem mais idade, nós sabemos disso. Então, por favor, sou muito agradecida pela homenagem ao Jairo hoje, mas eu quero, realmente, um olhar todo especial para o pessoal dos aplicativos. Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Pujol, eu queria deixar claro para os vereadores e para as vereadoras, todos que puderam escutar a Ligia Carla e a Helena Maria viram que existe um elemento de força, de homenagem, de recordação, um elemento de luto, mas também tem um componente de luta, de fazer com que essas duas tragédias não tenham sido em vão. As duas aceitaram participar dessa atividade em homenagem aos seus entes queridos, que perderam a vida nesses brutais assassinatos, mas também pela consciência da necessidade de se lutar para realmente melhorar a política de segurança pública.

A Sra. Helena Maria fez uma menção especial à organização dos trabalhadores dos motoristas de aplicativos. Isso é muito importante, porque prova que esse processo de organização dos trabalhadores motoristas de aplicativos tem um componente de solidariedade, que é fundamental, e a solidariedade, a ideia da solidariedade, e a ideia da organização dos trabalhadores também é fundamental para combater a violência urbana e para criar laços de solidariedade e de proteção.

Os motoristas de aplicativos têm feito reuniões com a polícia estadual e trabalhado junto com a política estadual para que haja um tipo de policiamento mais capaz, para que haja uma orientação melhor, para a Polícia Civil. Nós já tivemos uma reunião com o vice-governador Ranolfo, vamos ter outra reunião para tratar desse tema, e a Câmara Municipal pode, sim, melhorar a legislação. Eu não quis ter esse eixo no debate, porque hoje era uma homenagem, mas nós temos, já na CCJ – o Márcio Bins Ely fez questão de mencionar o projeto que está na CCJ – um projeto que foi pensado pelos trabalhadores dos aplicativos, foi pensando por eles, aprovado no ano passado, infelizmente vetado e reapresentado dessa vez, para que tenhamos na Câmara Municipal a capacidade de aprovar novamente, tentar convencer o governo a não o vetar. Se infelizmente o governo Marchezan novamente vetar, nós temos condições na Câmara Municipal de derrubar o veto.

Agradeço a todos os vereadores que já expressaram uma preocupação em relação a esse assunto e agradeço em especial à Presidente Mônica, que, na condição de Presidente, usou a palavra colocando a importância desse tema. Eu creio que, sob a sua

liderança aqui na Câmara Municipal, vamos ter este ano a aprovação da lei. Nós sabemos que a violência urbana não se resolve com projeto de lei municipal, a violência urbana tem causas muito mais profundas, econômicas, sociais, culturais, políticas, mas nós sabemos que a Câmara de Vereadores tem obrigações a cumprir, e junto com os motoristas, que são os verdadeiros responsáveis por esse projeto, tenho certeza de que obteremos uma vitória. Uma vitória em homenagem a esses motoristas que perderam as suas vidas e nós temos certeza de que a luta de vocês, que a luta da Carla e da Helena Maria não serão em vão. Muito obrigado por vocês terem vindo até nós. Parabéns a todos e parabéns aos motoristas dos aplicativos que estiveram conosco até esta hora. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Com o pronunciamento do Ver. Roberto Robaina, que foi o requerente desta homenagem póstuma que aqui se realiza, nós cumprimos esta etapa da homenagem. Quero me agregar a ela, dizendo que eu não tenho a menor alegria em ter presidido essa parte da sessão, gostaria de não tê-la feito e que esses infaustos acontecimentos não tivessem ocorrido, mas já que ocorreram, a solidariedade da Câmara Municipal às famílias enlutadas, aqui muito bem representadas pelas pessoas que já se manifestaram, é, pelo menos, o reconhecimento explícito da Casa do Povo de Porto Alegre a essas famílias que certamente estão convivendo com a dor, que precisa ser mitigada, um sofrimento que precisa ser superado com uma solidariedade que não lhes pode ser negada. Foi triste para nós, mas a responsabilidade do dever nos impõe nos somarmos a todos aqueles que protestam contra esse acontecimento, que clamam por procedimentos adequados capazes de evitar que no futuro outros tantos se repitam. Muito obrigado pela presença de todos. Suspendo a sessão por alguns minutos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h57min.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 16h: Estão reabertos os trabalhos. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Reginaldo Pujol, na presidência dos trabalhos, vereadores e vereadoras, a cada dia que passa o governo municipal nos apresenta algumas emboscadas. Nós temos uma lei correta, viável, exequível sobre a adoção de praças, mas a Prefeitura manda revogar e quer fazer uma legislação sobre a concessão de parques e praças. Nós podíamos discutir as concessões, as permissões e as autorizações, se não tivéssemos uma lei efetiva que garante a adoção de praças. É uma lei que está em vigor, que funciona, e a Prefeitura não autoriza as adoções. Muitas pessoas querem adotar praças, cuidar de praças, eu fiz vários encaminhamentos e sempre são infrutíferos. Ou seja, a Prefeitura não quer andar para frente. Participei de um debate com o Carús e representante do Pacto Alegre, fico feliz

que a iniciativa privada, a academia, a sociedade civil começa a se colocar em marcha, e, se preciso for, espero que atropela a administração pública municipal. Como disse antes, a cada dia que passa há alguma emboscada, literalmente, para atrapalhar a vida das pessoas. Nós aprovamos aqui a Lei Geral dos Táxis, fizemos várias reuniões da Comissão de Constituição e Justiça para tratar da questão dos táxis. Nos prometeram que até o final deste mês de março – portanto passou março de novo, quando deveria ter sido em janeiro – estaria resolvida a questão de fornecer para as pessoas a autorização dos táxis, já que o serviço não é mais permissionado. Eis que a Prefeitura vai à mídia, anuncia para a grande imprensa que vai rever a Lei Geral dos Táxis. O governo foi derrotado pelos vereadores aqui. Catorze vetos da Prefeitura, do senhor prefeito municipal, foram derrubados. Hoje estamos amparados numa posição da Suprema Corte brasileira, do STF, de que o serviço de táxi é um serviço autorizativo, não é mais um serviço permissionado, e não se passam mais as autorizações àqueles que pediram transferência. Não tem mais transferência de permissão porque a permissão não mais existe. E ainda vem com essa nova história de rever, como está tentando passar a perna na Câmara sobre a questão da biometria. Este governo desconhece o que é a legislação maior, desconhece que tem um Supremo que já pacificou essa questão: o serviço de táxi é autorizado, não tem mais nada o que mexer, tem que fazer valer. Ah, se nós estivéssemos sob a égide da legislação de alguns países avançados, como a Inglaterra, em que há a chamada lei comum, *common law*, pela tradição os juizes comuns decidem um conjunto de questões e podem decidir. Porque aqui se entra na justiça, e, se quiserem, ficam sentados em cima dos processos e nada acontece. Mas eu quero lembrar ao senhor prefeito municipal que ainda existe uma Constituição neste País, que ainda existe uma Lei Orgânica, e que lei aprovada, sancionada, veto derrubado, entra automaticamente em vigor. A Lei Geral dos Táxis está em vigor, o prefeito é que não está obedecendo a legislação. Nós não vamos nos calar, nós vamos mobilizar a sociedade para que o prefeito pare, de uma vez por todas, de achar que ele é o rei. Aqui não tem reinado, aqui tem lei, aqui tem compromisso, aqui tem votações, aqui tem Parlamento. Que o prefeito saiba que aqui tem a Casa do Povo, que a legislação aqui decidida deve ser aplicada. Ele ainda tem o poder de veto, mas o veto derrubado é lei e se aplica imediatamente. A Lei Geral dos Táxis foi aprovada, os vetos foram derrubados, ela está em vigor. Portanto, aplique-se a lei. Chega, prefeito, de inventar pegadinhas e emboscadas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Paulo Brum está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PAULO BRUM (PTB): Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; quero agradecer ao meu líder, Ver. Cassio Trogildo, que permitiu que eu pudesse utilizar o tempo de liderança do meu partido para a minha manifestação. Sr. Presidente, amanhã, dia 2 de abril, é o Dia Mundial de

Conscientização sobre o Autismo, criado pela ONU. Dia 2 de abril é marcado como o Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo para que cerca de 70 milhões de pessoas com autismo no mundo possam viver sem o olhar constante do preconceito por falta de informação. O nosso Instituto Autismo e Vida, que é uma associação de Porto Alegre, atuante em todo o Estado do Rio Grande do Sul, organiza, desde 2011, ações especiais para marcar essa data. O Instituto está programando para o próximo domingo, 7 de abril, no Parque da Redenção, a 9ª edição do Dia A e a Caminhada Azul, para marcar a data e trazer, portanto, esclarecimento e conscientização sobre o autismo. Será na Redenção, a partir das 9h, com a caminhada às 11h, e a equipe de voluntários do Autismo e Vida estará reunida na Redenção para que toda a comunidade possa se informar melhor e dividir experiências sobre o autismo. Serão desenvolvidas atividades inclusivas para as crianças durante o evento, e camisetas estarão à venda no estande ao lado do Monumento ao Expedicionário.

Nós aprovamos, em 2015, uma lei de minha autoria, e sancionada, que institui no Município de Porto Alegre o 2 de abril como o Dia Municipal de Conscientização sobre o Autismo. Aprovamos também a Lei nº 12.021, de 5 de abril de 2016, que reconhece a pessoa com transtorno do espectro autista como pessoa com deficiência; por conseguinte, fica a pessoa com transtorno do espectro autista reconhecida como pessoa com deficiência, para fins da plena fruição dos direitos previstos pela legislação do Município de Porto Alegre. Também é importante nessa nossa lei o artigo 2º: “Para os fins desta lei, deve ser observado o que preconiza a Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro 2012”, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Sr. Presidente, quero fazer o registro de que também, recentemente, nós aprovamos nesta Casa a Lei nº 12.515, de 6 de fevereiro de 2019, que obriga os estabelecimentos públicos e privados localizados no Município de Porto Alegre a inserirem nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial da conscientização acerca do Transtorno do Espectro Autista. Nos novos estabelecimentos, já é obrigatória a sua implantação. Este é o símbolo do autismo a ser colocado nas placas de prioridade no Município de Porto Alegre (Mostra imagem.). Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; senhoras e senhores vereadores, demais amigos que nos visitam, TVCâmara, foi um absurdo a constatação que eu tive na minha hospitalização, motivada por um intercurso cerebral de má circulação: a dificuldade que as pessoas têm, Ver. Pujol, para acessar o SUS; a dificuldade que as pessoas têm de entrar para a saúde pública no Brasil, que é considerada, mundo a fora, única, porque, não sei se vocês sabem, o SUS é universal, no valor mais amplo do seu termo universalidade. Qualquer pessoa que caia

na rua e tenha um mal súbito, é levada para as melhores UTIs de sua cidade e é tratada sem nenhum dispêndio de recurso, gratuitamente. É o único sistema mundial gratuito! Esse seria um dos motivos para ele dar certo, porque ele teria que ter o maior apoio na sua gestão intramuros ou fora mesmo dos gabinetes do SUS, porque não é admissível que alguém não possa acessar a saúde. Existe uma lei, em se tratando de câncer, que diz que em 30 dias tem que ser feito o diagnóstico de um tumor. A pessoa vai consultar e em 30 dias tem que ver o diagnóstico do tumor, e, em 60 dias, portanto, mais 30, tem obrigação, Ver. Reginaldo Pujol, vereador emérito, de ser atendida, operada, ou iniciar a quimioterapia ou a radioterapia. Isso é lei no Brasil. Mas em compensação, se chega uma pessoa dessas no hospital, vamos falar do Hospital Fêmeina, que é o hospital da mulher de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, só atende às mulheres, atende à mulher para se encaminhar para o tratamento, atende à mulher para tratar câncer, para ter filho, tudo isso é feito no Hospital Fêmeina. Mas, a paciente tem que chegar no Fêmeina com uma licença da Secretaria de Saúde. Não é um apanágio só da Secretaria de Saúde de Porto Alegre, não, é de todas do Brasil. Tem que chegar com um *voucher* de licença; tem que chegar com um documento de licença. Mas quem é que sabe quem tem que internar?! Jamais são os gabinetes e as gavetas da municipalidade que tratam da saúde, mas sim o médico, o fisioterapeuta! Esses é que sabem. Porque digo isso? É impossível, inacreditável – e as esquerdas me ajudem a controlar isso – que uma pessoa chegue dentro de um hospital, fique cinco dias internada com um tumor dentro da barriga, palpável – não precisa nem ser feito o exame com ecografia –, tomografia, cintilografia e ressonância magnética – ela precisa ser operada –, mas tem alta para ir para casa porque não trouxe o *voucher* da Secretaria Municipal de Saúde. Não traz o *voucher* da Secretaria Municipal de Saúde, tem alta e vai com o seu tumor para casa esperar mais três a quatro semanas para baixar num hospital para se operar, Pujol! Srs. Vereadores, isso é triste. O Oliboni sabe bem do que estou dizendo. Não é criticando a saúde de Marchezan, não estou falando da saúde de Marchezan, mas é também a saúde de Marchezan. Mas não estou falando especificamente dele, é em qualquer lugar do Brasil, ela não paga, mas também não tem. Então, a gente não precisa pagar porque a União que enche os bolsos desses bandidos corruptos – nunca tinha falado aqui nesta tribuna -, não manda dinheiro para a saúde. As pessoas que estão me escutando pela TVCâmara: unam-se! *Un hombre junto con otro uniéndose en valor y fuerza crece* – um homem junto com outro se unindo em valor e força cresce – Martín Fierro. Então, temos que nos unir. Eu gosto quando o Robaina diz que precisamos botar pelotões de queixas, de reivindicações nas ruas. Precisamos, sim! E o PTB é parceiro para isso, para cobrarmos do Brasil o atendimento do miserável que procura um hospital com tumor dentro da barriga e tem alta porque não tem licença para operar. Operem as pessoas no sábado! Operem no domingo! Operem de noite, dia santo, feriado! Um hospital não pode ter feriado nunca! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; vim falar desta tribuna sobre o que nós atuamos por longos anos, que é a causa animal. Hoje, saiu no jornal um tema que viemos há muito tempo tentando conscientizar as pessoas, porém as nossas campanhas não chegam até a maioria da população por falta de maior divulgação de outros meios de comunicação. A gente observa que aumentam as reclamações e as demandas sobre animais abandonados na Cidade. Diariamente, informações sobre cães e gatos em praças e estradas chegam até nós. Muitas vezes, são vistos no meio do trânsito, como um caso recente, em Canoas, onde o trânsito teve que ficar parado, enquanto vinha o policiamento para auxiliar na retirada de um cão, evitando atropelamento e acidentes. Na semana passada, no Brique da Redenção, encontramos uma mascote perdida com coleira e guia. Através das redes sociais, descobrimos que tinha sido abandonada pela própria tutora, que resolveu livrar-se do animal, entregando a um morador de rua que, após maltratá-lo, o abandonou. Por relatos, ficamos sabendo que esse morador de rua deixou esse animal próximo ao Parque da Redenção. Esse é apenas um caso entre tantos outros que acontecem em Porto Alegre e em todo o Brasil. A Lei nº 9.605/98 estabelece detenção de três meses a um ano e multa para quem abandonar, maltratar, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos, domesticados, nativos ou exóticos. No caso de abandono, se não houver testemunha, somente através da microchipagem do animal é possível identificar o tutor que o abandonou e responsabilizá-lo. Por isso, dentre outras medidas de fiscalização, estamos buscando conscientizar as pessoas sobre a importância do controle populacional pela esterilização, sobre o abandono e, através da microchipagem, como minimizar esses problemas. Com a Frente Parlamentar Porto Alegre Sem Maus-Tratos aos Animais vamos intensificar as nossas ações para que esses procedimentos sejam frequentes, assim como as campanhas de adoção consciente, um trabalho que já vem sendo feito por ONGs e protetoras independentes. Numa outra situação de convívio saudável entre animais e seres humanos, há a responsabilidade de cada um de manter o cão na guia, com focinheira, para evitar acidentes e manter a segurança nas ruas e entre as pessoas. Ninguém é obrigado a saber se o animal é manso, ou se vai atacar. É uma segurança para a pessoa e para o animal, porque cães podem ter condutas inesperadas quando encontram outros cães. Além disso, há pessoas que não fazem a coleta dos dejetos nas calçadas, nas ruas. Tem uma campanha do Zaffari que disponibiliza plásticos em determinadas praças para auxiliar na higiene. Precisamos alertar sobre essa convivência civilizada no sentido de mantermos vias, praças e cachorródromos limpos. Para isso, estamos encaminhando um pedido de informações sobre as condições sanitárias dos cachorródromos da Cidade, especialmente sobre a limpeza e desinfecção desses locais, para que haja uma boa convivência entre animais e humanos. Para os que possuem animais de estimação e têm que trabalhar, deixando-os fechados nos apartamentos, têm que ter o cuidado de levá-los para passear, para desestressá-los. Temos cinco cachorródromos públicos e um particular em Porto Alegre.

Um espaço público deve ser frequentado e respeitado por todos, mas com mais fiscalização, já que os profissionais que temos não são suficientes para cumprirem a legislação municipal. Daí a importância de adequarmos a condição dos nossos bichinhos de estimação nas ruas, sejam eles grandes ou pequenos. Fica a dica.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sr. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; queria falar em tempo de liderança, agradecendo aos meus colegas de bancada, sobre violência e democracia. Primeiro, quero agradecer a manifestação, quase que unânime, desta Casa em virtude das agressões que sofri na quarta-feira da semana passada. Quero agradecer a todos, muito especialmente ao Ver. Ricardo Gomes, que, embora não sendo do meu partido, mas comprometido, como são todos aqueles que assinaram a representação, escreveu um texto e buscou a assinatura de um por um aqui dos vereadores, para que façamos uma representação formal. Antes disso, quero tentar explicar para os senhores e para quem está nos assistindo, para o meu eleitor e para o cidadão de modo geral, como eu voto, quando eu voto.

Eu faço ponderações e me faço perguntas. Eu procuro me interar, saber no que eu estou votando, e procuro, a partir disso, ser o mais justo possível. E tomar decisões e fazer escolhas é sempre, ou muitas vezes, um gesto difícil, porque se atende a um lado e não se atende ao outro, mas é preciso, para além de qualquer coisa, estar em paz com a consciência da gente. Esse tema dos servidores é um tema espinhoso, e quando esse tema veio para cá, era um tema difícil. Qual foi a primeira pergunta que eu me fiz? É justo que, numa cidade de 1,5 milhão de habitantes, com um orçamento disponível de R\$ 6 bilhões – porque o orçamento total é R\$ 7,5 bilhões, um R\$ 1,5 bilhão é da saúde –, 50% da riqueza desta Cidade, dos impostos desta Cidade, do orçamento do poder público fique com 30 mil servidores? Volto a dizer: é justo que de 1,5 milhão de pessoas, 50%, ou seja, a metade do orçamento, fique com 30 mil pessoas? Foi a primeira pergunta que eu me fiz. Perguntei mais para mim: é justo que haja 14 mil aposentados, com os quais a Cidade gasta R\$ 1 bilhão para tapar o déficit previdenciário, ou seja, 1/6 do seu orçamento, R\$ 1 bilhão? O querido professor Goulart falou aqui da saúde. O orçamento da saúde para todos os hospitais, para todos os postos é de R\$ 1,5 bilhão, e se gasta com o déficit da previdência R\$ 970 milhões por ano. Perguntei mais para mim: é justo que nos últimos anos o comprometimento da receita com a folha tenha crescido quase que 90%, ao passo que a inflação do período tenha sido de 48%? Quando eu respondi a mim mesmo essas questões, eu tomei a minha decisão. É óbvio que eu enxergo, e com todo carinho, os servidores que fizeram um concurso, que têm que ser valorizados, que têm que ter uma remuneração digna, mas aí entra a questão de justiça, de equidade social. Uma cidade que vai gastar R\$ 3 bilhões com servidores, mas não tem R\$ 1 bilhão para as mais de 70 mil crianças que estão na

rede municipal de ensino, para dar uniforme, para manter a escola, para comprar merenda. Então, são R\$ 3 bilhões para os servidores, mas não tem R\$ 1 bilhão para a educação, que é o futuro da nossa sociedade. Vai gastar R\$ 3 bilhões, ou vai investir R\$ 3 bilhões com os servidores, mas não tem R\$ 1,5 bilhão para a saúde? Mais de 700 praças abandonadas, o centro degradado, a sujeira pela Cidade. Tudo isso sai do mesmo lugar, tudo isso sai do orçamento. A partir daí, o vereador vota com a autonomia que a Constituição lhe confere. E o dia em que um vereador, pelo seu voto, que é sagrado e constitucional, não puder mais caminhar na rua; o dia em que qualquer um dos senhores aqui, porque votou de acordo com as suas convicções, de acordo com aquilo que a Constituição, que é a Lei Maior, lhe confere, não puder mais caminhar na rua sem que seja agredido, admoestado, ofendido, cuspidor... Uns encham a boca para falar de machismo, mas uma assessora sua ser empurrada, jogarem urina nela! O dia em que isso acontecer, meus caros colegas, acabou a democracia. Não há mais democracia, não há sentido na democracia. Isso é fascismo. E foi exatamente isso o que aconteceu. Há mais de seis meses eu havia programado uma homenagem a um trabalhador de Porto Alegre que há 64 anos trabalha no Mercado Público, desde os seus dez anos de idade – ele poderia ter se aposentado três vezes nesse período. Os senhores aprovaram aqui um diploma de honra ao mérito a esse trabalhador. Evento aprazado, data marcada, ato solene da Câmara Municipal de Vereadores, diploma confeccionado, o cerimonial desta Casa instala lá o som e nós estamos fazendo uma homenagem a esse trabalhador. Entram seis senhoras e começam a gritar. As pessoas que estavam lá reagiram e disseram: “Vocês estão atrapalhando uma homenagem a um trabalhador aqui; por favor, saiam.” Elas saem, vão até a frente da Prefeitura, chamam o Simpa e entra uma horda, uma turba; e por mais de 500 metros perseguem este vereador, empurram, cospem, ofendem, porque não votou de acordo com aquilo que eles queriam. Isso não é democracia, isso é ditadura! Não foi o vereador; foi esta Câmara que foi atingida, foi a democracia que foi atingida. Se tivesse sido um jornalista da Zero Hora, estava na capa da Zero Hora no outro dia!

Então é inadmissível, senhores, e é por isso que eu espero que providências sejam tomadas, porque o servidor público tem obrigações, e, dentre as obrigações que tem, além da contraprestação do salário que recebe, que nós temos essa obrigação também, tem a obrigação constitucional de respeitar as instituições. E isso significa também respeitar o vereador e a sua liberdade de votar de acordo com aquilo que a sua consciência diz e da forma com que deve votar, e ele não pode ser constrangido, porque constranger, empurrar, cuspir, ofender são crimes previstos no Código Penal – é constrangimento e é uma ofensa à democracia na sua essência. Nós não podemos – e eu rogo aos senhores – compactuar com isso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, em respeito, Ver. João Bosco Vaz, aos colegas que estão inscritos no período de Grande Expediente, como nós já transferimos várias vezes este período, falaremos hoje neste espaço importante, longo, para que os vereadores possam se manifestar sobre o seu dia a dia na Câmara e sobre assuntos importantes da Cidade.

Eu, nesta tribuna, muitas vezes louvei e elogiei o trabalho dos CCs; hoje, neste período de Grande Expediente, eu quero fazer uma referência a algumas categorias que prestam enormes serviços para a Prefeitura de Porto Alegre e para a população de Porto Alegre. Falo dos agentes de fiscalização, todos os agentes de fiscalização da Prefeitura de Porto Alegre.

Eu estive na Secretaria Municipal da Indústria e Comércio, como alguns colegas aqui já foram secretários, e pude testemunhar o empenho, a dedicação e a coragem, Ver. Valter Nagelstein, Ver. Adeli Sell, daqueles agentes de fiscalização, tanto da localizada quanto da fiscalização de ambulantes. Mas há outros agentes também que prestam enormes serviços na saúde, na secretaria da fazenda, pessoas que tratam de fazer com que se cumpram as leis do Município. A fiscalização é isso, faz com que se cumpram as leis do Município. A secretaria da fazenda, por exemplo, trabalhou neste ano, incansavelmente, para aumentar a arrecadação. Esse é um trabalho importante que devemos reconhecer. A fiscalização localizada da antiga SMIC da mesma forma; as pessoas que estão trabalhando no licenciamento precisam ter apoio para que possam agilizar as licenças, pois assim estarão ajudando o Município a arrecadar; conseqüentemente ajudando a pagar os serviços que a população precisa e necessita. Então, eu tinha pensado em fazer uma homenagem para a fiscalização que tem, no dia 2 de fevereiro, comemorado o Dia do Agente Fiscal, mas, resumo a uma homenagem feita aqui àqueles agentes que, em todas as áreas da economia, prestam seus serviços com dedicação, com vontade, com coragem. Eles muitas vezes enfrentam dificuldades para cumprirem com seu dever. Os fiscais, todos eles, têm dificuldades; muitas vezes não são entendidos pela própria população. Quando um fiscal faz uma apreensão na rua de um ambulante irregular, muitas vezes, a população critica o fiscal, e ele está fazendo, cumprindo com seu dever; por isso a minha homenagem e o meu compromisso de estar junto com a fiscalização do Município, junto com os agentes de fiscalização, com os auditores fiscais da Prefeitura que ajudam, sim, a manter as finanças em bom nível, numa época em que é difícil fazer cobranças, principalmente cobrar impostos que são muitos. E muitas vezes os agentes não são muito bem entendidos.

Eu queria fazer um elogio ao Ver. Moisés, que não está aqui agora, pela apresentação do projeto sobre podas. Mas, antes, eu queria homenagear aqueles responsáveis pelas podas do Município. Ainda temos muitas demandas não cumpridas,

mas eu queria me referir ao um servidor especial, ao Tiago Bernd, que atende e faz um esforço enorme para atender as demandas de poda, por exemplo, árvores que vão cair, muitas vezes, ameaçando cair sobre residências, ameaçando cair sobre casas, sobre automóveis, sobre transeuntes. E esse pessoal tem agido de uma forma muito profissional e cidadã, preocupando-se com as pessoas que circulam perto de árvores com galhos prestes a caírem sobre pessoas, sobre residências.

Eu queria, neste espaço, também fazer um elogio a uma secretária valente, dedicada, e que está fazendo a diferença no Município, a secretária Comandante Nádia, que discretamente vem implementando o seu esforço no sentido de atender uma área importante da população, principalmente da população que mais precisa do poder público, as pessoas que mais precisam de uma Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte. Ela está fazendo um trabalho importante e decisivo para que os nossos munícipes tenham nessa Secretaria o lugar para o Município cumprir com a sua obrigação, que é atender as pessoas mais necessitadas, de cuidar também, Ver. João Bosco Vaz, do esporte do Município, que é importante. A secretária Nádia está com o olho especial nessa área, principalmente nas praças, nas canchas de bocha, nos lugares onde precisa se dar uma atenção àqueles que têm um tempo e usam esse tempo. Isso para que as pessoas sejam bem atendidas.

Vereador Adeli Sell (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cecchim, quanto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, coordenada pela Comandante Nádia, quero colocar aos colegas vereadores que foi tomada uma decisão importante pela Secretaria, pela Secretaria da Saúde, com o Ministério Público e instituições do Centro Histórico aqui de Porto Alegre - a reunião começou na sexta-feira e foi concluída agora, às 14h, ali no Ministério Público, sobre um projeto piloto aqui no quadrilátero central de Porto Alegre, no sentido de ir buscando um auxílio de um trabalho que é feito em Florianópolis, Santa Catarina. Esperamos dar um tratamento digno, humano, aos moradores de rua e, ao mesmo tempo, fazer uma ampla campanha para que as pessoas ajudem, mas não de forma errada, não ajuda em nada dar comida na rua. Nós buscaremos, de comum acordo, sociedade civil, Prefeitura, Ministério Público, agentes, todo mundo que queira colaborar, espaços onde terão refeições com dignidade, acompanhadas por profissionais da saúde, da assistência social, para que essas pessoas sejam reinseridas numa atividade social e também econômica quando der. E aqueles que optarem por morar na rua, haverá o que nunca fizemos em Porto Alegre, que é um acompanhamento mais de perto. Por que fica na rua? Ninguém pode tirar alguém da rua à força; no entanto, tem alguns critérios para ficar na rua. E acho que há um equilíbrio muito grande entre uma determinação de fazer a diferença, mas com respeito à dignidade da pessoa humana. Acho que conseguimos nesse momento acertar o passo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Agradeço o seu aparte, Ver. Adeli Sell, isso mostra que a Secretaria de Desenvolvimento Social é uma secretaria

justamente para todos nós resolvermos os problemas de quem mais precisa. Esse exemplo que o senhor deu é um deles.

Vereador Mendes Ribeiro (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Meu líder, eu queria me somar às suas palavras de reconhecimento e de elogio ao trabalho da nossa colega, Ver.^a Comandante Nádia, à frente dessa secretaria tão sensível e tão importante para Porto Alegre. Uma secretaria que abrange a habitação popular, assistência social, esporte - são assuntos complexos. E tu pegares uma secretaria andando, no meio do caminho, e fazeres políticas públicas, voltadas para essas áreas sensíveis, é realmente uma grande dificuldade, mas um grande ato de coragem da Comandante Nádia assumir a secretaria e fazer o seu trabalho, seu papel importante. Eu me somo às suas palavras de reconhecimento à nossa colega, pelo papel que vem desempenhando à frente dessa secretaria tão importante para a cidade de Porto Alegre. Parabéns, Cecchim, pelo reconhecimento.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Palavras como essas devem servir de bálsamos e encorajar cada vez mais a Comandante Nádia.

Vereador Professor Wambert (PROS): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cecchim, para que não pareça proselitismo partidário, eu gostaria de me somar a esse reconhecimento pelo excelente trabalho que a Comandante Nádia tem feito. Ela é incansável, ela vai a cada canto desta Cidade. Tenho repetido nesta tribuna: a política para alguns ajuda a garantindo a liberdade se ausentando da vida privada das pessoas. Em alguns momentos, a política tem que se ausentar; para aqueles que precisam, a política tem que agir, e esse tem sido o papel dela. Eu quero me somar às suas palavras.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Wambert. Não parece proselitismo porque já tivemos aqui a voz do nosso Adeli Sell, de Vossa Excelência.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Apenas um registro, Ver. Cecchim, agregando ao que o Ver. Adeli falou, existe um projeto que foi lançado no ano passado pelo secretário Municipal da Saúde que congrega todas essas instituições nesse programa, inclusive com leitos para tratamento de saúde daqueles moradores que estiverem em situações mais graves, como também o aluguel social - a secretaria Nádia, nossa colega, está no comando dessas ações.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Vereadora.

Vereador Valter Nagelstein (MDB): V. Exa. permite uma parte? (Assentimento do orador.) Faço dois reconhecimentos, meu colega Ver. Cecchim.

Primeiro, ao senhor. Eu o sucedi na SMIC. O senhor está falando na fiscalização – herdei do senhor uma fiscalização muito ajustada, com servidores muito qualificados: à frente, o Rogério Stokey; na fiscalização localizada, o Godoy; na fiscalização ambulante, eu tinha o Valter, que eu substituí pela Luciane Mattei. Recebi essas fiscalizações muito ajustadas da mão competente do Secretário Idenir Cecchim. Na nossa época, o Centro estava limpo, o que era trabalho seu, era mérito seu. Eu só tive o trabalho de manter aquilo. Então, eu quero fazer esse registro, porque é importante, é toda uma organização que não é fácil de se fazer, que teve o apoio da Brigada Militar. Herdei também um Procon muito justado, que o senhor deixou lá; inclusive a fiscalização que o Procon tinha funcionava muito bem. Conseguimos inclusive ir reequipando a secretaria, mercê exatamente disso: estava muito bem azeitada e funcionando. Segundo, pela justeza da sua homenagem, quero me somar ao Ver. Mendes Ribeiro e aos colegas de bancada, à nossa colega Comandante Nádia, que, de fato, tem feito um grande trabalho. Parabéns!

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Vereador.

Vereador André Carús (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cecchim, nosso líder de bancada, primeiro quero também me somar ao reconhecimento feito aos agentes de fiscalização que cumprem um papel fundamental na manutenção da ordem e de uma cidade organizada, com as atividades devidamente regulares, e aos auditores fiscais, que, mesmo num cenário de crise econômica e dificuldades financeiras, têm procurado manter a receita equilibrada e têm conseguido resultados positivos de 2017 até hoje. Por fim, em tempos de maniqueísmo, de que uns são favoráveis e outros são contrários aos servidores, pena é que aqueles que se julgam tão favoráveis não tenham a experiência administrativa que nós temos, porque nós somos governo e continuamos sendo, apoiando as medidas que são boas para a Cidade - é o trabalho nessa linha que vem sendo desenvolvido pela nossa colega Comandante Nádia.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Carús. Por último, eu queria fazer uma homenagem ao último entregador de gelo de Porto Alegre. Parece pouco, mas até meados dos anos sessenta tivemos entregadores de gelo em Porto Alegre. Saiu uma reportagem enorme no jornal Zero Hora, nessa semana, aos entregadores de gelo, e o último entregador de gelo esteve aqui na Câmara, Luiz Cecchini. Então, eu queria fazer uma homenagem desta tribuna a esse personagem da cidade, que depois virou um grande empresário da cidade, está hoje aposentado. Muito obrigado, Presidente, pela sua generosidade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. João Bosco Vaz.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Meu querido conterrâneo, Bosquinho, João Bosco Vaz, agradeço pela cedência de tempo. Vereadores, eu não vou falar pelos 15 minutos, por óbvio, mas eu quero falar uma notícia que saiu esta semana, Ver. Ricardo Gomes, nos jornais da cidade, que tem a ver com a economia de Porto Alegre e conosco.

Porto Alegre era uma cidade, até a década de 60, industrial, e, como todas as outras médias e grandes cidades do mundo, vêm se desindustrializando. São, principalmente, dois fenômenos: um diz respeito à própria questão interna das empresas, que buscaram lugares, do ponto de vista logístico e de tantos outros, que facilitem a vida das empresas; outro, das regulamentações da cidade. A legislação urbanística ficou mais difícil, assim como a legislação ambiental. Então, as empresas foram saindo dos centros urbanos. Aconteceu isso com o 4º Distrito, por exemplo, de Porto Alegre, que é um esforço que a gente está tentando, hoje, aqui, para fazer a revitalização.

Então, resta uma grande indústria na Cidade, é a indústria da construção civil. A indústria da construção civil, tenho dito, é a mais democrática das indústrias, porque ela emprega desde o servente de obras, que, muitas vezes, é uma pessoa que teve pouca instrução e, portanto, tem dificuldade de aproveitamento no mercado de trabalho, até um grande escritório de *design*. Então, agrega muito valor. Trabalham todas as cadeias produtivas na construção civil: trabalha a serralheria, trabalha o Ver. Cecchim vendendo pedra, granito, trabalha a madeireira, trabalha a indústria de cimento - trabalham todos com a construção civil e, por óbvio e por último, atende aquilo que é o desejo de todo e qualquer cidadão: ter uma moradia, uma casa. Portanto, a construção civil é importante para uma cidade. Porto Alegre, há muitos anos, vem padecendo com o problema do licenciamento na construção civil. Agora, para a minha tristeza, a notícia de anteontem: aumentou em 89% o tempo de licenciamento edilício em Porto Alegre. Isso é um horror. Eu cito, só um exemplo, canoas, aqui do lado, ParkShopping Canoas, aqui, levou 58 dias para ser licenciado. Em Porto Alegre, um empreendimento de médio porte está levando, na média, quatro anos para obter sua licença. Tem empreendimentos, aqui, que levam 10 anos. Mas, bom, Valter, por que isso? Quais são as razões. Vou tentar, rapidamente, desenhar para vocês aqui, tentar compartilhar esse conhecimento, para que meus colegas e quem esteja nos acompanhando possam entender. Lá atrás, no final da década de 70, 80, Porto Alegre tinha uma secretaria que se chamava Secretaria do Planejamento. Ela açambarcava o planejamento urbano e cuidava dessa parte das licenças. Ela foi sendo desmembrada. Primeiro veio a questão do politicamente correto, do meio ambiente e, ainda, na época do governo do Guilherme Socias Villela, criou-se a Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Tirou-se um pedaço do planejamento, que era a licença ambiental, e se levou para a Secretaria do Meio Ambiente. Que bom, Ver. Paulo Brum, que se tem uma política ambiental. Mas o que

eu defendo hoje é que a SMAM ficasse cuidando das praças, ficasse cuidando dos parques, ficasse fazendo educação ambiental em parceria com a Secretaria da Educação, por exemplo, e não cuidasse do licenciamento. Esse licenciamento tinha que estar numa estrutura una, portanto se criou um balcão, uma mesinha do lado, e mais um obstáculo. Aí vem a questão do patrimônio histórico: tirou-se também da Secretaria do Planejamento e se colocou na cultura, no Epahc, e aí se criou um outro balcão que leva mais um tanto de tempo para o processo tramitar nesta instância. O que eu defendo desde o início do governo - e sugeri, o Ver. Mauro Pinheiro, nosso líder, sabe disso - é que se retornasse o Epahc para dentro de uma estrutura una de licenciamento, que se acabasse com o Epahc lá, não se fez, e essa questão, então, é mais um guichê para um assunto parar. Aí vem mais uma estrutura: EPTC. Bom, a EPTC, meus caros colegas, tinha que cuidar do trânsito, cuidar das multas, por exemplo, mas não cuidar da questão do planejamento viário, que tinha que ser dentro de uma secretaria de planejamento e licenciamento, Ver. Márcio Bins Ely; aí a EPTC colocava o guarda de trânsito, cuidava dos engarrafamentos, fazia a política de educação ambiental, e o licenciamento e o planejamento do trânsito da cidade ficavam na estrutura de planejamento e licenciamento da Cidade, que tinha que ser uma só. E aí se criou mais um balcão. Agora, por exemplo, se quisermos revitalizar o 4º distrito, só de bens tombados, listados e inventariados pelo Epahc, são 980. Não se faz nada. Nenhum empresário vai querer investir lá porque a burocracia é tão grande que se torna impossível o investimento. E o dinheiro não tem fronteiras; quem tem recurso para investir vai procurar investir onde ele tem um retorno mais rápido; portanto ele vai gerar emprego e riqueza numa outra cidade que não seja complicada como Porto Alegre. Aí entra DMAE. Para nossa surpresa, para a surpresa dos senhores, o DMAE também licencia. Todo o plano hídrico tem que ser encaminhado lá; vai para uma mesa e tem que ser analisado lá também. É como se houvesse uma estrutura só que tinha os técnicos, que entrava num guichê, saía no outro e passava por todo o mundo há 30 anos, e hoje essa estrutura que era única se transformou em dez estruturas diferentes, cada uma delas com suas verdades, cada uma delas com suas razões, cada uma delas com seus interesses e cada uma delas com seus tempos. Então aquilo que eu passei na secretaria, que o Ver. Ricardo Gomes passou depois, a nossa experiência permite trazer esse diagnóstico para a Cidade. A humildade de quem quer que seja determinaria que se ouvisse pelo menos essa experiência que a gente teve para o bem de Porto Alegre. E aí o que acontece é que não se ouve, não se quer ouvir, e a Cidade está do jeito que está. Quem quer fazer investimento, quem tem recurso para fazer investimento, prefere fazer em qualquer outro lugar do que em Porto Alegre. Isso redundava em perda de receita, em perda de riqueza, em desemprego, em falta de perspectiva. Esses jovens poderiam estar no mercado de trabalho, arquitetos, engenheiros, *designers*, por aí vai, advogados que trabalham com incorporação, com direito imobiliário e tantas outras. Esqueci ainda de um terceiro, a Procuradoria-Geral do Município - falo com todo respeito aos meus colegas advogados da Procuradoria, mas quando fui secretário do Urbanismo, me apercebi disso. No dia em que o advogado do licenciamento urbano tem mais poder, mais influência do que o arquiteto e o engenheiro que têm que licenciar, alguma coisa está errada, está desvirtuada nesse

processo. Então, entre outras coisas, o que eu defendia e continuo defendendo é que seja reestruturada uma secretaria de licenciamento urbanístico; que nessa secretaria estejam todos os profissionais, que ela cuide do planejamento viário, que ela cuide da licença ambiental, que ela cuide da licença urbanística, que ela faça planejamento da cidade. Curitiba, há 40 anos, criou o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Nós não temos, mas tínhamos que ter; tínhamos que ter abaixo dessa estrutura porque o Plano Diretor se remete a toda essa estrutura; tínhamos que ter, portanto, os comandos legais da Cidade que se remetem a toda estrutura do urbanismo - um escritório de licenciamento ambiental de um lado; tínhamos que ter uma procuradoria setorial, ligada ao secretário de urbanismo, que resolvesse os problemas do habite-se provisório, que resolvesse os problemas das Transferências de Potencial Construtivos - TPCs; que resolvesse os imbróglis que acontecem no trâmite do processo de licenciamento com agilidade, que não tivesse que ir lá para a PGM, onde passa três, seis meses para voltar, que resolvesse isso rapidamente. Nós temos que ter um escritório do planejamento urbano. Este ano, por exemplo, nós deveríamos estar revisando o Plano Diretor. Os senhores sabem por que não estamos revisando o Plano Diretor? Porque não tem estrutura e arquitetos na Prefeitura para que se possa fazer isso. Destruiu-se essa inteligência, Ver. Ferronato. Então, é preciso retornar essa inteligência, criar uma estrutura para que ela trabalhe, um instituto municipal de planejamento urbano. O que vai ser Porto Alegre?

(Aparte antirregimental do Ver. Nelcir Tessaro.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Ver. Nelcir Tessaro, está ali o meu tempo, o senhor pode acompanhar, eu tenho seis minutos. A gente perde o raciocínio, mas tudo bem. Defendo isso, que tenha um planejamento urbano na Cidade, com uma estrutura, arquitetos e engenheiros que pensem nisso: o que vai ser Porto Alegre daqui a 30 anos? Qual é a vocação da cidade, urbanisticamente falando? Como serão os nossos espaços verdes? Como está a macrozona 1, que é, para a construção civil, a mais valiosa? Se têm os índices, se já estão esgotados, se não estão, se é possível agregar um pouco mais de índice? Como está a política do solo criado? É possível vender mais índice construtivo, pegar esse dinheiro do solo criado e investir em habitação popular? É correto, pergunto para os senhores, o DEMHAB, que é o Departamento Municipal de Habitação – senhor já foi Presidente –, estar ligado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, hoje? Ele não tinha que estar no Desenvolvimento Social, Ver. Tessaro; o DEMHAB tinha que estar numa estrutura de planejamento urbano, porque tu desenvolves as ferramentas que geram recursos no urbanismo e pegas esse dinheiro, que é o solo criado, e investes em habitação popular, em qualificação da Cidade, num posto de saúde, numa escola, numa creche comunitária, com o dinheiro de onde? Da construção civil! Vou dizer para os senhores: isso, numa cidade, deveria ser a coisa mais importante, a primeira tarefa da qual o prefeito teria que se ocupar. Eu sentei, Srs. Vereadores – e agradeço, mais uma vez, ao Bosco por estar me dando este tempo –, por duas vezes com o prefeito, eu peguei um papel, Ver.

Freitas, e desenhei; eu disse: “Prefeito, a Cidade está passando por isso, isso e isso”. E está passando por isso, porque aconteceu esse fenômeno nos últimos 30 anos; a gente precisa corrigir isso, ninguém mais quer investir em Porto Alegre, nós estamos deixando de gerar emprego para os nossos jovens, a nossa Cidade está degradada. Rafão, Ver. Brum, Cassio, que já foi secretário de obras, o Centro da Cidade é um centro da década de 1960, 70! Os últimos prédios do Centro de Porto Alegre, os mais recentes, são prédios públicos. Não há mais uma grande empresa, não há, Ver. Hamilton, uma empresa prestadora de serviços. A receita da Cidade, Ver. Mauro Pinheiro, Ver. Camozzato, decresce! Uma grande empresa está levando seus *headquarters*, a sua direção para São Paulo. Quando faz isso, nós estamos deixando de arrecadar ISS aqui na Cidade, e quando a gente deixa de arrecadar ISS, são mais de cem mil jovens que estão chegando no mercado de trabalho, todos os anos, que precisavam de colocação no mercado de trabalho e não têm! Quando as indústrias foram embora daqui... O salário médio da indústria é de R\$ 1.500,00; o salário do varejo, das lojas, é de R\$ 800,00! Perde-se substância econômica, e a Cidade vai empobrecendo! Não é de graça que a Rua da Praia está caindo aos pedaços, não é de graça que o nosso serviço público está reclamando, mas a gente tem que votar uma lei que reduz o aumento automático do salário, porque não cabe mais na riqueza da Cidade. E tudo isso dependeria de nós criarmos um sistema macroeconômico que fosse dinâmico, que estimulasse a riqueza, que fizesse o mecanismo da geração da riqueza e do bom capitalismo acontecer em Porto Alegre, e isso não está acontecendo, Srs. Vereadores. Eu acho que de todas as discussões que a gente faz aqui... E talvez eu esteja pregando no deserto, talvez eu esteja falando para ouvidos que não querem ouvir, mas eu sinto comigo que tenho a responsabilidade de dizer e, mais do que isso, tenho a responsabilidade de lutar por isso; eu tenho certeza de que alguém vai estar ouvindo. O que eu sei é que, se nós não mexermos nessa estrutura, que cresceu 89% no tempo do Ver. Ricardo Gomes, porque ele tinha conseguido, com muita dificuldade, avançar... Eu sei o que eu passei lá. Quando eu cheguei na secretaria, eu tinha dois anos de atrasos nas licenças físicas. Quando eu cheguei na secretaria, eu tinha um processo eletrônico aprovado; em seis meses, nós zeramos os processos físicos – era uma sala até o teto. Em um ano, nós deixamos mais de mil processos eletrônicos aprovados, mas era o dia inteiro de reunião, sentando com PGQP, fazendo o redesenho, perguntando para eles: “Por que não rodou o PDCA?”. “Ah, porque não está contratualizado.”. “Mas como não está contratualizado?”. A gente tem que rever essas coisas utilizando ferramentas de gestão e trabalhando, sim, com o servidor de carreira, tentando convencer as pessoas a uma ideologização lá dentro, Ver. Ricardo Gomes – o senhor sabe que há os que acham que a construção civil é especulação imobiliária. Todos os dias, eu tinha que fazer aquela pregação: gente, não é especulação, especulação é o cara que não arrisca o seu dinheiro, é o cara que não investe em atividade produtiva, é o cara que não gera emprego. Se ele comprou o terreno por “x”, construiu o prédio em cima e vendeu por “y”, ele ficou um tempo sem vender, ele correu risco, ele investiu na Cidade; portanto, não é especulação.

Agora, caberá a nós desenvolver as ferramentas adequadas para que a Cidade se desenvolva. Operações urbanas consorciadas, Porto Alegre tem alguma? Não tem nenhuma! A região do Humaitá, o que vai ser no futuro? O 4º Distrito, que eu deixei – me perdoem dizer isso, mas deixei! – o Masterplan pronto! Há dois anos insisto, Ver. Mauro Pinheiro, e já disse: não vou votar o IPTU se não vier o Masterplan do 4º Distrito para cá! Nós deixamos pronto, foram R\$ 700 mil de dinheiro da Cidade gastos, investidos com isso. Tem que vir! A gente tem que investir naquela região da Cidade, fazer essas engrenagens todas funcionarem.

Então é isso, Presidente. Eu acho que a Cidade tem que olhar para quem quer investir nela. A Cidade precisa dinamizar a construção civil, a Cidade precisa gerar riqueza para os seus jovens, a Cidade precisa ser uma cidade que se desenvolva, uma cidade evoluída, e não, cada vez mais, uma cidade que empobrece, que se degrada, que não gera oportunidade, que se torna violenta. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 17h06min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLE nº 011/18. Após retornaremos à ordem normal. Obrigado.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT) (Requerimento): Sr. Presidente, antes de encaminharmos o requerimento, com a aquiescência do Ver. Adeli e do líder do governo, tendo em vista que temos um bom quórum, 30 vereadores, no início da Ordem do Dia, pergunto se poderíamos votar, pelo menos, um título que necessita de 24 votos, no caso seria o PLL nº 164/18.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vereador, preliminarmente, vou ouvir o encaminhamento da votação do requerimento do vereador que pede a inversão da Ordem do Dia. Se esta for concedida, nós podemos cogitar de ouvir o pedido de Vossa Excelência.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; as senhoras e os senhores se deram conta o que foi proposto a votar, hoje, às 5 da tarde? É o 18º projeto nas priorizações e se tenta puxar para votar agora, um projeto complexo, difícil, maniqueísta, oportunista. Nós temos uma lei maravilhosa, eu

coloquei antes aqui, na minha fala de líder, sobre a adoção de praças e parques. O que quer o governo? O governo quer carta branca. Uma arapuca, uma verdadeira arapuca que o líder do governo está montando para que agora, porque estavam dando muita atenção, entrar na Ordem do Dia, eu puxo lá o 18º projeto para o primeiro lugar, ninguém pensava. Eu quero fazer um debate sobre essa questão, o verdadeiro debate sobre isso, o que está por traz dos interesses desse projeto do governo? Isso tem que ser debatido. Nós não conseguimos adotar praça nesta Cidade, não se consegue. A nossa lei é boa, nós já tivemos casos importantíssimos de adoção de praças. Eu falei há dias, nós não apenas criticamos, nós apontamos caminhos, o melhor caminho para discutir praças e parques é reeditar os conselhos de praças, para se discutir. E vou levar essa questão para a Comandante Nádia para que a gente volte a fazer lazer, entretenimento, atividades físicas nas praças, onde os líderes da comunidade vão discutir como buscar recursos; agora nós temos a Lei do Mobiliário Urbano, que permite, dentro de critérios técnicos, estéticos, a doação de equipamentos, de mobiliário para praças e parques. Esse é o debate. Por isso eu sou radicalmente contra, nesta segunda-feira, a pegar o projeto que está em 18º lugar e passar para o primeiro, para discutir e votar. Está errado, Carús! Nós temos outras condições. Participei hoje de um debate importantíssimo com V. Exa. sobre o Pacto Alegre. A sociedade civil se organizando, debatendo, propondo coisas. Antes de uma nova lei sobre concessão, nós temos que discutir que tem praças que você não precisa fazer concessão, elas são minúsculas, nós podemos fazer um termo autorizativo para que uma pessoa, para que uma entidade possa ali fazer um processo de revitalização. Esse é o debate; essas são as questões postas, mas, mais uma vez, o governo vem com essas arapucas. Isso está errado, está errado!

Eu disse há pouco aqui: nós temos a Lei Geral dos Táxis, o governo vem para a imprensa e diz que vai rever a Lei Geral dos Táxis. Estão de brincadeira! Este governo é o governo de brincadeira, está achando que aqui não tem Câmara de Vereadores, que aqui não tem vereador atento às cinco da tarde de uma segunda-feira! Não, tem vereador atento sim! Nós não vamos deixar passar essas barbaridades aqui! Mudou, mudou! Eu sempre tive boa vontade de ajudar e continuo tendo boa vontade de ajudar. Agora, sacanagem? Não, não tem mais. Nós vamos expor, desnudar a cada dia, como eu disse há dias atrás, quando me acusaram de que eu ia utilizar escola, posto de saúde, servidor para fazer proselitismo. Não! Eu sei fazer militância política, eu sei ir para a rua com panfletinho em preto e branco falar com as pessoas, ainda sei subir num banquinho e dar discurso na Esquina Democrática. Não perdi a vontade de fazer uma cidade para as pessoas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Eu gostaria de fazer uso desta tribuna justamente para que pudéssemos aprofundar esse debate prévio a respeito de um projeto importante para a cidade de Porto Alegre. Logo que o projeto de lei foi protocolado nesta Casa Legislativa, eu me opus ferrenhamente por conta de problemas na redação dessa iniciativa legislativa. O projeto não era claro; em vários aspectos trazia problemas de dubiedade, ou seja, a gente lia a redação e não tinha certeza do real teor que havia sido abordado dentro de alguns tópicos, dentro de alguns artigos. Entramos em contato com a liderança do governo - o Ver. Moisés Barboza inclusive já tinha feito uma dessas correções, que eu achei extremamente importante e muito significativa. O Ver. Mauro Pinheiro colocou a equipe do governo em contato com o nosso mandato, dialogamos a respeito da emenda que o Ver. Moisés Barboza havia proposto, que, se não me engano, é a Emenda nº 04. Há problemas graves presentes nesse projeto: um é que não deixava claro se a população poderia usufruir dos espaços públicos livremente; dava a entender que, se um empreendedor fizesse um investimento substancial, o que é completamente obscuro. Quanto é substancial, não deixava claro. Outro problema é quanto à cobrança para utilização dos espaços que receberem investimentos. O nosso receita é que houvesse o fechamento, o cercamento de um parque, a privatização de um espaço público, mas a emenda do Ver. Moisés Barboza corrigiu esse problema. Outro problema, que eu gostaria que o governo aprofundasse, é com relação ao tempo de permissão. A proposta se baseia numa lei federal que determina que o limite é até 35 anos, mas nós não podemos permitir que no Município de Porto Alegre quaisquer investimentos, quaisquer parcerias sejam estipuladas por esse prazo tão dilatado - 35 anos é uma vida. Eu peço que o governo proponha um escalonamento de valores relativos ao tempo: de tantos a tantos milhões investidos nas estruturas, o governo permite até tantos anos, tendo como limitador, obviamente, o que determina a legislação federal, de 35 anos, ou seja, investimentos acima de tantos milhões, no máximo 35 anos. Esse escalonamento é necessário, justamente para que nós não tenhamos, Ver. João Bosco Vaz, um investimento mínimo e a permissão do uso de 35 anos de um espaço da Cidade. É claro, não vamos estar aqui estabelecendo regramentos ou dando diretrizes, mas nós temos aqui na nossa Redenção o antigo Café do Lago. Vamos supor que se feche uma parceria com a Prefeitura para o investidor explorar aquele local. Ele emprega, vamos supor, de R\$ 500 mil a R\$ 1 milhão para reformar o Café do Lago e vai ter 35 anos para exploração desse espaço. Isso, para mim, Ver. Cecchim, seria obscuro. E é por isso que eu peço que o Executivo planeje esse escalonamento, relacionando o tempo com o montante de investimentos que serão aplicados nos espaços públicos, para qualificação dos nossos parques e praças. Eu acho que nós precisamos ainda amadurecer um pouco essa ideia antes de colocar esse projeto à votação. Ele pode ser mais bem qualificado. Deixo aqui o meu relato, para que o governo não tenha tanta pressa e aprove um projeto que não trará todo o potencial que esse projeto poderia trazer para a nossa Cidade. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente dos trabalhos, Ver. Reginaldo Pujol; demais vereadores e vereadoras; público que nos assiste pela TVCâmara e nas galerias; a minha intenção nem era encaminhar o requerimento, mas tendo em vista o discurso do Ver. Adeli Sell, eu sou obrigado a vir aqui lhe responder, Ver. Adeli, porque V. Exa., que eu respeito, vem a esta tribuna me chamar de oportunista, e eu não concordo com Vossa Excelência. Gostaria, inclusive, que o senhor prestasse atenção, vereador, porque as suas palavras dizendo que eu sou oportunista porque quero votar um projeto não condizem com o respeito que eu tenho para com V. Exa., e o senhor diz que queremos votar o projeto de forma apressada. O projeto está aqui na Casa desde 2018; se o senhor não o leu ainda, o senhor deveria ter feito! O senhor já deveria ter estudado esse projeto e não vir aqui me atacar, me chamar de oportunista! Desse projeto, todos nós já devemos ter conhecimento, porque está aqui na Casa desde o ano passado. Além disso, dizer que são 5h da tarde? Para o senhor e a senhora que estão em casa, eu quero dizer que a sessão começou às 14h15min, então temos três horas de sessão, e o vereador já quer ir embora. Eu quero trabalhar, Ver. Adeli Sell! Eu sou vereador desta Cidade e quero trabalhar por ela, minha dedicação é de 24 horas pela cidade de Porto Alegre. Agora, os vereadores, às 5h da tarde já quererem ir embora é um desrespeito com a população. Eu quero votar os projetos, sim, independente do seu voto, favorável ou contrário, porque aqui é o momento de discutir os projetos. Eu não vou discutir agora o mérito do projeto. Eu sou favorável a ele e quero discuti-lo.

O Prof. Alex nos procurou e disse que não concordava; nós procuramos o gabinete do Ver. Alex e estamos discutindo com ele para melhorar o projeto para ser bom para a Cidade, e estamos aqui sempre dispostos a conversar com qualquer vereador – da base, independente, de oposição –, pois sempre procuramos o diálogo com todos. Agora, vir aqui na tribuna e me chamar de oportunista porque eu quero votar o projeto às 5h da tarde, porque o senhor já quer ir embora? Eu não vou admitir! Eu quero discutir e quero todos os projetos possíveis – eu estou aqui desde às 2h da tarde, esperando o momento da entrada da Ordem do Dia, momento de discussão dos projetos. Eu o respeito, Ver. Adeli Sell, assim como respeito todos os vereadores desta Casa. Agora, eu também exijo que me respeitem. Dizer que sou oportunista porque quero trabalhar? Francamente, vereador!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu nem ia discutir muito este projeto, porque eu achei que o projeto estaria, com as sete, oito emendas que tem, se encaminhando. Mas nesta Cidade, hoje em dia, se pegou uma forma de criar lendas urbanas. Uma das lendas mais recentes é que esta Casa não tem trabalhado. Tem-se ouvido que nós não trabalhamos. Nós temos a oportunidade de trabalhar pela Cidade, e alguns projetos como este vem grudado às lendas urbanas, tipo o que o Ver. João Bosco Vaz me dizia: “Se o cara quiser usar um campo de futebol na Redenção, vai ter que pagar.” O projeto não diz isso, Ver. João Bosco Vaz, eu vi as emendas e nenhuma delas fala disso. Fala que, se quem construir uma arquibancada no campo de futebol, poderá usar publicidade nesse espaço. Não fala que tem que pagar. Fala “fica autorizada a cobrança de ingressos para a concessionária para acesso às áreas fechadas dos parques urbanos”.

Por exemplo, como foi dito aqui, se alguém ganha a licitação do Café do Lago, ele poderá cobrar para a pessoa fazer uma festa, ele poderá cobrar para a pessoa estar se alimentando no seu espaço. Como o Chalé da Praça XV, que pode cobrar o chope, o tira-gosto, o refrigerante. Se não esclarecer que aquele ponto histórico da Cidade poderá cobrar, as pessoas vão querer acessar de graça.

Também a concessão de uso de bem público será utilizada exclusivamente para praças e subáreas de parques urbanos. Então, eu acho que o projeto, com as emendas, vai preencher as necessidades da cidade de Porto Alegre, porque nós não podemos ver mais... Faço um alerta aqui aos vereadores que onde eu moro, no bairro Jardim Itu/Sabará, tem mais de 20 praças e parques. Os Vereadores Ferronato, Mauro Pinheiro, Idenir Cecchim moram naquela região, e nós, o que vimos? Praças e parques sem a possibilidade de uso. Na rua onde moro tem duas praças, no início e no final da rua. Eu não consigo levar minha filha nas duas praças! Eu acho que nada impede que no balanço, na gangorra, no carrossel, tenha uma plaquinha de uma empresa que esteja pintando o local, nada impede que na entrada da praça tenha um totem da empresa que está cortando a grama. Acho que nada impede, porque, pelo que vi aqui, o projeto fala disso – não fala em vender praças e parques da cidade de Porto Alegre: fala de poder explorar, como temos nesses canteiros da nossa Cidade que hoje são explorados por várias empresas. Lá mesmo, no meu bairro, tem um canteiro cuidado por um supermercado; ele se destaca do restante da área onde moro, porque, nesse, o mercado botou uma placa no início e no final dele, como sendo adotado. Eu acho que é isso que esse projeto fala, de entregar de fato à população de Porto Alegre, praças que a gente possa usar, não somente para poder se dizer que tem. E nós colocamos a Emenda nº 07 – alertamos o líder do governo – para que tenha rotas e brinquedos acessíveis neste projeto. Se as empresas vão botar rotas e brinquedos acessíveis, vão disponibilizar brinquedos para minha filha poder ir ao parque, vão cortar a grama para a gente poder jogar uma peladinha no final de semana, e botar uma placa, um totem dizendo que a fazenda faz isso, fazer arquibancadas em áreas hoje em dia que tem necessidade na cidade de Porto Alegre, eu acredito que este é um projeto para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; colegas vereadores e vereadoras; público que acompanha a nossa sessão nesta tarde; o governo municipal, mais uma vez, demonstra que não quer discutir os problemas da Cidade com a Câmara. Encaminha um projeto de lei – eu diria açodadamente – e quer priorizá-lo sem avaliar o impacto que isso dará na vida das pessoas. Olha o que trata o projeto de lei (Lê.): “Autoriza o Poder Executivo a conceder os serviços de operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoramento, bem como o uso, de praças e parques urbanos”. Ali na Intercap, a Praça Darcy Azambuja é muito diferente da Redenção. O parque, ou a praça, ou campo, do Ararigbóia, em Petrópolis, é muito diferente da Redenção. O governo coloca tudo no mesmo pacote, e ainda por cima diz o seguinte, não estou mentido, vou ler para os senhores (Lê.): “§ 3º Fica autorizada a cobrança de ingresso pela Concessionária para acesso às áreas fechadas...” Há emendas que dizem que pode fechar para atividade. O que nós estamos fazendo, meu Deus? Nós estamos entregando grandes áreas públicas por 35 anos para a iniciativa privada! Isso é um descaso, uma incompetência tamanha! Isso gera rebeldia e a indignação do Ver. Adeli Sell e tantos outros – é real isso! Cobrar ingresso agora? Isso é inadmissível! Ou vocês acham que esses cidadãos que vão ganhar a concessão não vão cobrar ingresso se eles têm todo esse compromisso de fazer toda a revitalização? Eles vão perder dinheiro? Não! E a iniciativa privada não entrar no negócio se não é para ganhar dinheiro! Vamos discutir melhor isso. Teve audiência pública aqui, Ver. Comassetto, V. Exa. estava nos representando, e houve um consenso de todos para poder, ao menos, salvar aquelas áreas que hoje existem programas pela SME. Por exemplo, Ver. Bosco, pega o Parque Ararigbóia, pega ali o Ginásio Tesourinha, pega a Intercap, tem tantos centros em que, hoje, o próprio governo imprime os seus programas! Aqui está tudo dentro, está tudo junto, ninguém falou que esses locais estão fora, não estão fora! Por isso, esse apelo e a nossa surpresa do líder do governo querer priorizar o projeto. Por favor! Por favor! São 17h30min, praticamente, só a base está aqui, o plenário, eu diria, superesvaziado, mas não é por isso, é que tem coisas que não dá! Nós temos que, ao menos, ter reconhecimento de que nessas áreas em que o governo atua, inclusive com programas, são centenas ou milhares de pessoas que lá atuam, que lá vão fazer a sua ginástica, a sua dança; enfim, todas as atividades esportivas programadas pela antiga SME, que o próprio Bosco presidiu e tantos outros que passaram por aqui e foram vereadores ou vereadoras. Por isso o nosso apelo para esperar um pouco mais, fazer uma conversa respeitosa e que nós possamos, então, melhorar um pouco o projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, vejam o que é a incoerência: quando o Prefeito Fogaça assumiu esta Cidade, eu assumi com ele a secretaria de esportes, e nós entendemos que precisávamos ocupar todos os espaços públicos que estivessem livres para poder ocupar as crianças e os adolescentes e decidimos fazer as parcerias com contrapartida. Então, as entidades usavam os parques e as praças e davam como contrapartida. Eu queria que o Ver. Cecchim me ouvisse aqui, porque nós realizamos todo esse projeto, Ver. Cassio, e lá atrás fizemos uma grande parceria, por exemplo, com o Banco Matone e com a Ivo A. Rizzo, que recuperaram todo o parque tenístico José Montaury. Fizemos uma parceria, vereadores, com o São José, que usa quatro ou cinco campos com as suas escolinhas, mais de mil crianças, e o São José recuperando vestiário, cortando grama, trocando tela, sem custo nenhum – nenhum! – para a Prefeitura. E agora querem tirar do São José os campos! E querem votar aqui uma parceria para isso! Ver. Cecchim, na reunião que queriam tirar os campos do São José, a única voz consciente foi a do Kandrick, o novo diretor de esportes, porque querem exigir dos parceiros, das escolinhas de futebol, dos clubes de futebol, tipo São José, 18 certidões informando que os clubes não devem para nível, federal, estadual e municipal. E vou dizer claro aqui, porque a vaidade das pessoas é maior do que as pessoas, e as pessoas só ouvem e leem o que elas querem! Eu não estou me referindo à atual gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte. Isso aí foi criado quando Marchezan assumiu dois anos atrás, e o Ver. Mauro sabe disso.

Vou contar outra história absurda aqui, absurda! O curso de árbitro da Federação Gaúcha de Futebol sempre usava um sábado por ano de manhã o campo do Marinha para fazer os testes físicos. Aí liguei para Celso Piasiski, competente que estava antes, indicado pelo Ver. Moisés. Falei com o Ver. Moisés: “Não, liga para o Celso, lá está resolvido”. Liguei para o Celso: “Celso, eles vão fazer um treino sábado de manhã, e pede lá na Federação 40 ou 50 bolas, que eles vão te dar como contrapartida”. O Moisés acertou tudo, o Celso acertou tudo, uma semana antes pediram 18 certidões para o curso de árbitro da Federação. Desistiram de usar o campo, ligaram para o SESC, que, em cinco minutos, emprestou o campo.

Então, é uma incoerência apresentar este projeto aqui e querer tirar as escolinhas dos campos. Mas, pelo amor de Deus, quanto mais, quanto mais se ocupam os campos, quanto mais se usa o espaço público ocioso, mais nós vamos proteger as crianças e os adolescentes! E o Ver. Mauro sabe disso porque convive com isso. Lá na Safira, onde o senhor tem uma base, nós iluminamos o campo, cercamos o campo, renovamos a associação e as escolinhas funcionam lá. Vai chegar o momento em que vão pedir, agora, 18 certidões? Qual é o clube que não deve? Era só o que faltava tirar o São José dos campos e mandar mil crianças para casa! Era só o que faltava proibir as escolinhas de usarem o Parque Marinha do Brasil, como estão querendo! E não é de

agora, porque tem uma nova direção. À direção de agora eu sugiro: termine com essa burocracia! Termine! No nosso tempo, o Fogaça dizia: “Ver. Idenir Cecchim, faça a sua parceria!”, “Ver. João Bosco, faça a sua parceria!” E todas as parcerias funcionaram, não precisou de PGM, não precisou de nada! Não precisa de PGM! A resposta que deram para o São José: “Há dois anos que está na PGM para ver se vocês podem usar!” Mas os caras reformam os campos, custo zero para a Prefeitura, colocam telamento, cortam a grama! Não é isso que o prefeito quer? Não é isso que o prefeito está pregando com esse projeto aqui? Mas por que mexer no que dá certo? Por que mexer nas escolinhas que usam os campos? Por quê? E agora apresentam um projeto que é igual! E, no tempo do Fogaça e do Fortunati, nunca precisou disso! O Zaffari cansou de usar o campo de futebol para fazer o Concerto Zaffari de Natal com a minha autorização! Um convênio, numa folhinha de papel, dizendo: “Entregue o campo como recebeu.” E me davam lá 100 bolas, 100 coletes, 200 lanches. Nunca precisou dessa burocracia. E agora querem tirar todo mundo dos campos porque tem que ter certidão negativa que não deve para a Prefeitura, que não deve para a União, que não deve para o Estado!

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Tempo esgotado.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): É que eu estou irritado, me desculpem.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sr. Presidente desta sessão, Vice-Presidente da Câmara, Ver. Reginaldo Pujol, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste; eu quero dizer que estive analisando esse projeto. Não tem mais o que esperar para votar. Será que esperar para votar, na semana que vem ou na outra, vai mudar alguma coisa no projeto? Toda vida que vem um projeto que é do Executivo e que tem alguma discussão, vamos retirar de pauta, vamos prorrogar. Acho que, aqui, tem que votar: seja sim, seja não, tem que votar. Eu ouvi diversos vereadores falando que o que nós estamos fazendo aqui é uma adoção das praças. Não tem nada de adoção de praças nesse projeto. Concessão, concessionário – é uma concessão. Na adoção de praça, quem adota faz as coisas ao seu bel-prazer, não tem uma obrigação na adoção: vamos cortar a grama, fazer coisas... Como nós temos lá. Nós fizemos uma permuta com o Grêmio Náutico União, lá em 2010, onde eles teriam obrigatoriedade de manter aquela praça que foi inaugurada, na época, pelo secretário Mauro Zacher, lá na Nilo Peçanha. Mas será que está sendo atendido tudo aquilo que foi comprometido lá em 2010? Onde estão as obrigações firmadas? E aqui nós temos PPPs, neste projeto, são obrigações, e a Prefeitura pode cobrar, sim, do concessionário, para que ele adote e se

obrigue a fazer até a acessibilidade, que é obrigatória, e um acesso na praça, cuidar da praça, dar condições a mais de 600 praças, em Porto Alegre, para que possa a população usufruir. Nós temos tantas praças em Porto Alegre. Quantos bancos tem nessas praças para sentar, Ver. Oliboni? Nenhum! Nós vamos lá na Praça México, que é bastante utilizada nos finais de semana. Olhem como é utilizada! Por que não colocar lá alguém mais para cuidar, para zelar e dar segurança naquela praça? Por que não, lá no Humaitá, que nós temos praças que não estão sendo utilizadas; aliás, estão sendo utilizadas, sim, utilizadas pelas pessoas que lidam com as drogas, porque não têm uma vigilância, não têm uma segurança, não tem ninguém vigilante. E, se nós fizermos a PPP, o concessionário é obrigado a ser vigilante desta praça. Não vamos fazer aqui como na Travessa do Carmo, que, na época, nós conseguimos, na SMAM, que se fizesse o cercamento daquela pracinha, porque todos os moradores queriam que fizessem o cercamento, porque não podiam usar, pois ali estavam os moradores de rua, que permaneciam morando, ficavam ali dentro. E o que aconteceu? Nós, através da SMAM, conseguimos que a praça fosse cercada, só que agora a comunidade está arrependida, porque a praça está cercada e quem fica lá dentro são os moradores de rua, o tráfico de drogas, e as crianças ficam de fora da praça porque não tem uma obrigatoriedade de quem cuide da praça. A Prefeitura não tem condições de cuidar de todas essas praças em Porto Alegre, Ver. Bosco, não tem condições. Agora, eu também vi no projeto que vão proibir os campos de futebol, a parte esportiva. Por favor, está na hora de olharmos para Porto Alegre. Vamos aproveitar o aniversário de Porto Alegre e vamos todos defender Porto Alegre, não parte de Porto Alegre. Coloquei uma emenda dizendo que o concessionário pode adotar uma praça com potencial, ou a Prefeitura deve fazer a concessão em grupos de praças, para beneficiar praças pequenas, essas praças justamente que ninguém tem interesse econômico! Tem praças que não adianta colocar lá dentro carrocinha de pipocas que não vai ter ninguém para comprar. Não tem ninguém para usar essa praça! Só que essa praça não é usada porque não tem ninguém para dar manutenção; o Município não vai dar manutenção, porque ele não tem condições financeiras de fazer isso. Está na hora de auxiliarmos o Executivo a fazer com que, sim, as nossas praças sejam praças e não locais de acomodação dos moradores de rua. Nós temos que melhorar, sim, dar condições, e temos que votar urgente este projeto para que possamos, logo, logo, termos condições de sentar numa praça e quem sabe tomar um chimarrão, compartilhar com os amigos, e levar os filhos, os netos, as crianças, todos a esses locais para usufruírem as praças sem medo. Ali talvez tenhamos condições de fechar as praças, como na Europa são fechadas, as praças funcionam das 8h às 17h: abre o portão de manhã e fecha à tarde, e encerrou o expediente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, pretendo não usar os cinco minutos, até porque não vou entrar no mérito do projeto. Estamos encaminhando o requerimento, e, do ponto de vista do requerimento, quero dizer ao nosso líder do governo, Ver. Mauro Pinheiro, que nós estávamos, todos os líderes – são 17 líderes nesta Casa – na reunião de líderes na quarta-feira, e alguns vereadores que não são líderes também estavam na reunião, Ver. Mauro Zacher, quando o governo priorizou esse projeto. Ele está na lista de priorização, porque, na Ordem do Dia, assim já estava desde que aprovamos o parecer na Comissão de Constituição e Justiça, o que possibilitou que ele fosse incluído na Ordem do Dia, por força do art. 81, mas é um projeto que está na Casa desde 2018, Ver. Rafão! Então, não vejo qual a grande dificuldade de se pegar, e aí, sim, discutir, debater, porque é nossa atribuição aqui, Ver. Idenir Cecchim, este projeto tão importante para a Cidade, e quiçá possamos votá-lo. Começamos às 17h, porque hoje a Ordem do Dia começou às 17h. O momento mais importante da sessão, na minha opinião, é a Ordem do Dia, sem nenhum demérito das demais momentos da sessão, mas a Ordem do Dia, Ver.^a Lourdes, é quando discutimos, debatemos, votamos, aprovamos e, às vezes, rejeitamos. Entramos às 17h, porque outras várias etapas forma cumpridas nesta tarde, Ver. Nelcir Tessaro, que aqui me antecedeu.

Portanto, são 17h48min, vou encerrar, encaminhando pela aprovação do requerimento, para que, imediatamente, possamos entrar na discussão e, quiçá, possamos, ainda hoje, votar este projeto. Muito obrigado, um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Adeli Sell, o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM**, 08 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Vereador, apenas uma constatação: espero que nenhum vereador insista em querer protelar isso, já que esta votação determinou que o projeto vai para votação imediata.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Apregoo a Subemenda nº 02, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, à Emenda nº 06 ao PLE nº 011/18.

Apregoo a Emenda nº 07, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PLE nº 011/18.

Apregoo a Emenda nº 08, de autoria dos vereadores Nelcir Tessaro e Reginaldo Pujol, ao PLE nº 011/18.

Apregoo a Emenda nº 09, de autoria dos vereadores Marcelo Sgarbossa, Aldacir Oliboni, Adeli Sell, Engº Comassetto e outros, ao PLE nº 011/18.

Apregoo a Emenda nº 10, de autoria da bancada do PT, ao PLE nº 011/18.

Apregoo a Emenda nº 11, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, ao PLE nº 011/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, solicitando que sejam votadas em destaque a Emenda nº 06 e a Subemenda nº 02 à Emenda nº 06 ao PLE nº 011/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 07 e nº 12 ao PLE nº 011/18.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, solicitando a retirada de tramitação da Subemenda nº 01 à Emenda nº 06 ao PLE nº 011/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Nelcir Tessaro, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 05 ao PLE nº 011/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) APROVADO.

Apregoo a Emenda nº 12, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PLE nº 011/18.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLE nº 011/18 por uma sessão.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente, me parece que esse requerimento seria, não se trata de uma prejudicialidade, no sentido estrito do Regimento, mas me parece que o requerimento está prejudicado pelo que acaba de ser analisado pelo plenário, que optou por analisar o projeto ainda na data de hoje. Apenas para colocar à sua consideração.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço a contribuição de V. Exa., mas, *data vênica*, com todo o respeito, parece-me que não há essa prejudicialidade.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu vi que vários vereadores subiram aqui antes na tribuna, no requerimento anterior, e só nos últimos 20 minutos vimos que algumas emendas foram protocoladas; inclusive, consultei alguns vereadores agora, e parece que ainda há possibilidade de, pelo menos, esclarecer. Não sabíamos que tinha uma emenda do próprio governo que tratava desse tema da restrição do espaço, qual seria o espaço a ser restrito. Uma outra emenda que fizemos agora... Eu só quero lembrar que temos em torno de 12 ou 13 emendas, não iniciamos ainda a discussão do projeto, durante a discussão do projeto ainda é possível protocolar mais emendas. Então, realmente, nesse contexto todo, não me parece ser o melhor momento de os vereadores votarem. Eu acho que, de uma certa forma, obviamente, todos temos que estar preparados para todos os

projetos que estão aqui constando na Ordem do Dia, mas existe uma lógica, existe um procedimento, uma tradição, eu já diria assim, que os projetos mais complexos... E, talvez dos projetos que nós temos hoje na Ordem do Dia, esse seja o mais complexo. Então, o nosso pedido aqui não é um pedido meramente em vão. O Ver. Bosco acabou de dizer que tem dúvida em relação ao projeto; não tenho procuração dele para falar em seu nome, porque as dúvidas vêm no debate, elas vêm da movimentação do governo, nas emendas que vão entrando. Apesar de o Ver. Pujol ter lido o meu nome, são emendas assinadas por vários vereadores, então, não é da minha autoria, não teria dúvidas sobre emendas da minha autoria, mas são emendas de vários vereadores. É um tema que o governo, inclusive, faz um esforço aqui, faz as reuniões para tentar explicar melhor o projeto. Se não me engano, uma das emendas aqui é do próprio Ver. Moisés Barboza. O próprio governo precisa corrigir ou deixar mais claro o seu próprio projeto. Isso para mim é uma demonstração muito clara de que não é o momento, o plenário não está preparado para votar um projeto com o amadurecimento necessário. Percebo, inclusive, que o Ver. Mauro Pinheiro, quando fez o pedido para que o 18º projeto fosse o primeiro de hoje, deve ter surpreendido alguns vereadores, inclusive da base do governo – surpreendido não no sentido negativo, não faria isso, mas surpreendido no sentido de que é um debate que vai se estender. É obvio que com a quantidade de emendas protocoladas antes de iniciar a discussão do projeto, eu acho que teremos uma longa discussão do projeto; vários vereadores subirão aqui, outras emendas poderão vir. Então, não me parece mais oportuno nós votarmos hoje o projeto. Essa é a colocação, com todo o respeito, está aqui priorizado, mas não parece ser o melhor momento porque, pelo menos, para nós, há ainda uma necessidade de amadurecer, inclusive, posicionamentos e emendas e subemendas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Presidente Reginaldo Pujol, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; quero falar não com os vereadores que estão aqui no plenário, mas falar com o telespectador que está assistindo pela TV os trabalhos na tarde de hoje. Este projeto está na pauta para ser votado desde quarta-feira passada, quando foi priorizado na reunião de líder. O Ver. Marcelo vem aqui dizer que a Câmara não está preparada para votar este projeto. Marcelo, este vereador aqui está preparado para votar os 24 projetos que estão na pauta – os 24 projetos que estão na pauta este vereador está preparado para votar.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigação, exatamente, é obrigação nossa! Vamos deixar as coisas bem claras: o projeto está maduro para ser votado, cada um tem, na sua consciência, se vai votar a favor ou não, mas vamos deixar claro que o projeto está pronto para ser votado, está maduro para ser votado, e nós sabemos o que estamos votando neste plenário. Nós temos responsabilidade com o Município e com as pessoas que nos colocaram aqui para representá-las. Muito obrigado e vamos votar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Pujol, colegas vereadores e vereadoras; quero dizer que conheço bem o projeto, muito bem. Tem algumas emendas colocadas agora, que, evidentemente, vamos estudar em seguida. Eu tenho tanto conhecimento que vou me opor radicalmente a esse projeto e falarei provavelmente sobre muitas emendas, vou discutir ponto a ponto. Para os telespectadores, para quem acha que nós estamos postergando por postergar, não é verdade. Aqui é o Parlamento, aqui tem mecanismos do Regimento que me dão a condição de postergar a votação, é a forma que eu tenho de dizer ao vereador líder do governo que não tenho problema de ficar aqui até a meia-noite; semana passada, ficamos aqui até uma da manhã! Só não vou aceitar esse negócio de que a gente não quer trabalhar! Quem lhe dá o direito de dizer que eu não quero trabalhar? Quem é que está aqui, todas as vezes, às duas da tarde, rigorosamente? Eu só quero falar para o povo de Porto Alegre que esse é um projeto cretino, desumano, antipopular, típica coisa deste governo! Campinho de futebol, lugar para as pessoas se divertirem na praça, vão querer cobrar o ar que se respira nas praças e parques de Porto Alegre, é isso que eles querem! É isso! É um governo antipovo, é um governo impopular, é um governo contra as pessoas, é isso que é! E me admiro com pessoas que têm uma relação umbilical com o povo, com as comunidades entrarem nessa onda do Dr. Nelson Marchezan Júnior. Os projetos vêm aqui mal redigidos, e este é outro projeto que não passou pela mão de procurador! Mas quero dizer, e vou repetir à exaustão: nós temos uma legislação importante sobre a adoção de praças. O poder público tem o poder discricionário, como o Ver. Bosco mostrou aqui há pouco, de fazer uma reunião, e da reunião fazer uma ata, e dizer: “Podem usar a praça tal para fazer tal evento”. A praça tem que ficar limpa; ou, se tem problemas de arrumação, arrumem; doem para fazer as atividades esportivas, tirem fotos, marquem, façam o processo – não precisa ter legislação! Essa legislação, inclusive, fala em concessão, mas a concessão é um processo complexo, poucos poderão participar. Sei que alguns estão incomodados, mas terão que nos ouvir, à exaustão, dizer para o povo de Porto Alegre que o atual governo quer cobrar o ar que se respira nas praças, que não tem mais espaço para as pessoas. É um governo elitizado,

que só está pensando em alguns segmentos, para que esses segmentos possam colocar a sua marca, colocar a sua chancela. Agora, quando falamos para reeditarem os conselhos de praça, nenhuma palavra, porque não têm coragem de dizer que são contra – o governo não tem coragem! E tem vereadores aqui que, talvez, votarão constrangidos. O debate nós faremos, vão ter que nos ouvir, e nós usaremos todos os espaços para falar com o povo de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Mais uma vez volto à tribuna, agora para fazer o encaminhamento deste requerimento feito pelo Ver. Marcelo Sgarbossa – aniversariante do dia, parabéns! –, para que nós adiássemos essa discussão por uma sessão. Senhoras e senhores, como foi adiantado anteriormente desta mesma tribuna, o projeto foi priorizado na última reunião de líderes, quarta-feira passada, e nós, imediatamente, procuramos o Ver. Mauro Pinheiro para discutir alguns dos temas referentes justamente a esse projeto de lei, e estamos aqui em período que antecede a discussão do projeto, que permite, inclusive, a inclusão de algumas emendas. Várias bancadas aqui ainda têm a possibilidade de propor iniciativas para corrigir alguns aspectos do texto legal que apresentam problemas.

O Ver. João Bosco Vaz, no encaminhamento anterior, destacou um aspecto bastante preocupante: nós temos muitas atividades esportivas que acontecem em alguns desses espaços públicos. Nós precisamos garantir que haja a presença de uma emenda de boa qualidade que permita a manutenção dessas atividades esportivas nesses espaços públicos. A intenção de todos os vereadores que se preocupam com a área do esporte, acredito eu, principalmente com relação às crianças mais pobres desta cidade, é permitir que essas atividades continuem a acontecer. O governo tem uma proposta que é justamente conceder a manutenção desses espaços públicos à iniciativa privada. Essa é uma diretriz de governo; o governo não consegue, ou, pelo menos, diz não ter recursos para manter esses espaços e tem uma ideia de que a iniciativa privada possa abraçar essa responsabilidade e desenvolvê-la, para qualificar esses espaços. O Ver. João Bosco Vaz, de forma muito enfática, subiu nesta tribuna e destacou que pode haver prejuízo para as atividades esportivas em alguns desses espaços. Eu destaco aqui uma reunião que tivemos na Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, na semana passada, bastante importante. Nós tivemos várias comunidades que utilizam espaços

públicos como centros comunitários e existem vários parques em Porto Alegre em que se desenvolvem atividades que qualificam a saúde dos idosos e das crianças – existem vários parques. Um deles, ali no Jardim Botânico, o Parque Ararigbóia, apresenta um campo de futebol, apresenta um ginásio maravilhoso muito bem conservado – o maracanã da várzea, como destacou o Ver. João Bosco Vaz aqui no plenário. E o Parque Ararigbóia é um exemplo, Ver. João Bosco Vaz, nós não podemos permitir que este parque em especial seja concedido mediante cobrança. Porque o texto, se forem aprovadas inclusive emendas, permitiria que sejam cobrados pelos serviços ou produtos. Se houver capina, reforma de goleiras, recuperação do cercamento do Ararigbóia talvez fosse permitido que a iniciativa provada cobrasse pela utilização desse espaço público fundamental. Portanto...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): ...Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol, que preside a nossa sessão. O Parque Ararigbóia é um exemplo que eu trago para este debate: o ginásio está em perfeito estado de conservação, não há necessidade de conceder este espaço público para a iniciativa privada para fazer intervenções, muito menos para que se cobre da população usuária por este espaço. Ou seja, não podemos permitir que um espaço bom, bem conservado seja passível de cobrança principalmente para a população idosa que já tem um custo de vida alto para a demanda que a idade lhes confere.

Portanto, deixo aqui este registro. Acredito que precisamos amadurecer mais este debate, analisar as emendas que foram incluídas agora na sessão plenária e termos tempo para propor outras emendas para, justamente, fazer um ajuste necessário nesta iniciativa legislativa. Portanto, encaminho favorável ao adiamento proposto pelo Ver. Marcelo Sgarbossa. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, novamente vou me ater ao requerimento, mas até acho que os dois requerimentos sucessivos têm propiciado a antecipação do mérito do projeto por alguns vereadores, Ver. Paulo Brum, que não acho de todo ruim. Depois, quando entrarmos na discussão e na possível votação, muito do projeto vai estar tratado. Mas, em relação ao requerimento, quero dizer às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores, Ver. João Bosco Vaz, que qualquer projeto, para ingressar na Ordem do Dia, precisa 48

horas de anúncio. Nem um projeto pode sair das comissões, Ver. Idenir Cecchim, e ingressar na Ordem do Dia, quando poder ser priorizado, sem 48 horas de anúncio. Este, Ver. Márcio Bins Ely, é um freio, justamente para garantir a publicidade; portanto, este projeto está cumprindo completamente todos os requisitos, Ver. Cláudio Janta, para poder ser priorizado, e o foi na quarta-feira. Agora, qualquer um dos quase 400 projetos que temos na Ordem do Dia podem ser priorizados, Ver. Alvoni Medina, tanto na reunião de líderes, como aqui no plenário. Então, não vejo qual é a grande novidade que se tem. Aliás, este projeto vai ser precedido de dois requerimentos regimentais, Ver. Valter, que acho que, na reforma do Regimento Interno que a Comissão de Constituição e Justiça vai encaminhar, vamos ter que corrigir essa pequena falha, porque nós votamos um pedido de inversão da ordem na priorização, que é um tipo de requerimento. Com essa inversão, nós aprovaríamos o quê? Que iríamos discutir hoje o projeto. Mas o Regimento Interno permite que se tenha outro requerimento para adiar a discussão, o que é regimental, Ver. Tessaro. E não estamos aqui discutindo que é antirregimental, mas que talvez precise ser alterado, porque acaba sendo um dispositivo de procrastinar, Ver. Hamilton, uma decisão que já estava tomada. Então, talvez tenhamos que autorizar isso, mas, neste momento, estamos aqui para dizer o seguinte: vamos então votar contrariamente ao requerimento que está pedindo adiamento da discussão. Tenho certeza de que se vencermos a discussão e entrarmos na votação, vai ter mais um requerimento pedindo para adiar a votação, mas é do Regimento Interno! O que não dá é para usar o Regimento Interno quando lhe atende; quando não atende é golpe, é oportunismo. O Regimento Interno está para todo mundo, serve para todo mundo e tem que ser respeitado. É a regra do jogo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, não há necessidade de eu encaminhar para votar contra a esta proposição. Nós já votamos e decidimos que deveria ser votado hoje. Eu apenas venho aqui na tribuna, Ver. Mauro Pinheiro, para dizer ao Ver. Adeli Sell que o entendo, eu já fui estudante de Direito e, naquela época, eu achava que sabia de tudo, assim como o Ver. Adeli Sell acha. Ele põe defeito em todos os projetos, tudo ele sabe, ele está valente uma barbaridade! Eu não sei donde vem essa valentia do Ver. Adeli Sell nesses últimos tempos. Eu acho que ele quer fazer sombra para o Comassetto, mas nós temos projetos para votar, sim. Agora, eu entendo que essa tentativa de não votar e ir embora cedo não é por que o Ver. Adeli Sell não seja um bom trabalhador – eu acho que ele trabalha sim –, mas é que a bancada do PT quer, com os deputados do PT, da Assembleia, sem o pessoal junto, fazer um proselitismo lá na Lomba do Pinheiro; uma coisa do DMAE, os deputados do PT estão lá, e os vereadores querem fazer coro, por

isso que eles querem sair correndo da sessão de hoje. É por isso que eles querem ir embora! Não é que eles tenham algum problema, eles não têm problema de ficar aqui, não é que eles não tenham lido o projeto, eles leram, releram, tanto é que já estão fazendo 20, 30 emendas. Ou leram, ou estão mentindo com as emendas! Que negócio é esse de quem não está preparado, como o Ver. Marcelo Sgarbossa disse, que o plenário não está preparado? Não está preparado e faz emenda? Está fazendo emenda em cima da perna, sem ler, mas que responsabilidade de vereador é essa? Que responsabilidade de vereador é essa de fazer emenda sem ler o projeto, sem estar preparado? Olha, a tentativa de tirar o quórum já foi feita em algumas vezes aqui, e não vai dar, vocês vão chegar atrasados nessa reunião! Porque, se saírem, nós vamos votar e aprovar o projeto, e vamos culpá-los por não aparecerem na votação. A população vai saber que vocês deixaram de votar para ir numa reunião lá, para fazer coro aos seus deputados.

(Aparte antirregimental do Ver. Cassiá Carpes.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Eu também estou louco para ver, Ver. Cassiá, estou louco para ver! Estou louco para ver se eles vão. Eu acho que valentia e achar que sabe mais do que os outros 36 vereadores aqui... Eu disse e repito, muitas vezes: o mais bobinho daqui é vereador, então não subestime, Ver. Adeli Sell, não subestime. O mais bobinho daqui é vereador. E todos estão preparados, todos leram os projetos, eu leio, pelo menos. Eu leio! E não tem cretinice aqui não, eu acho que o senhor deve se conter mais quando falar em cretinos aqui. Aqui tem pessoas que votam e respeitam tanto quanto o senhor. Então, vamos parar com essas maledicências irresponsáveis, muitas vezes. Aqui tem vereadores que se preocupam com a Cidade. E eu acho que essas concessões de praças, eu prefiro a concessão ao abandono que deixaram, os 16 anos do PT e mais alguns anos para cá também. Não tiro a nossa culpa, não, as praças estão abandonadas. Ontem, eu fui lá no Jardim Itu Sabará, tem 20, 30, 40 praças na Zona Norte, todas um matagal! É isso que vocês querem que fique? É essa a responsabilidade que vocês têm? É isso que vocês querem entregar para a população: mato? Mato, mato e mato! Ninguém pode entrar porque está sujo, porque tem carrapicho, tem de tudo nas praças, e vocês querem que elas fiquem assim, querem que a população não aproveite as praças, querem que a população fique na rua, no escuro!

(Aparte antirregimental do Ver. João Carlos Nedel.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Não, o Ver. Bosco, Ver. Nedel, pelo menos, se preocupou com o esporte. E essa bancada não se preocupa com nada, a não ser com atraso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Sr. Presidente, eu queria, primeiramente, registrar dois pontos de vista que foram trazidos a esta tribuna, embora eu esteja aqui encaminhando o adiamento da votação deste projeto, mas duas situações importantes foram trazidas. A primeira, é em relação ao nosso Regimento, e eu gostaria que fosse assim. Acho que Regimento é o que nos doutrina, é aquilo que nos leva, mas quero dizer a V. Exa. que este vereador e tantos outros tiveram que ir à justiça, que nos concedeu não só uma, mas duas, três liminares em cima, basicamente, do próprio Regimento. É só perceber que nem sempre o Regimento é respeitado, por isso a Justiça já nos concedeu algumas liminares.

O Ver. Cecchim usa aqui o argumento de que as nossas praças estão abandonadas, e, de fato, temos aí um grande desafio, uma cidade que reservou espaços públicos, são mais de 600 praças, e nós não conseguimos dar o serviço de qualidade, de cuidado que as nossas praças têm. É bom considerar que nos últimos anos, em especial no governo Marchezan, decaiu muito o serviço nas nossas praças. O projeto propõe uma terceirização, a possibilidade de o poder privado vir investir, e para mim o projeto não está claro ainda. É um projeto falho, um projeto que tem que ser melhor discutido. Ora, poderá algum empreendedor ganhar a licitação e poderá terceirizar serviço ali. Imagina uma quadra de uma praça muito bem localizada, coloque uma grama sintética, e a partir dali então o empreendedor, porque fez os investimentos, poderá usufruir, inclusive, Oliboni, da cobrança de ingresso – é o que está escrito no projeto.

Acho que temos aí um grande desafio. Olha, se nós fôssemos olhar para o campo das terceirizações, das parcerias público-privadas nos espaços públicos da Cidade, Ver. Brum, nós não teríamos a Orla feita hoje, que é motivo de orgulho nosso. Aliás, o governo Marchezan, que terminou esse projeto, usa muito disto, e a revitalização da orla é fruto de investimento público, de muito planejamento, de investimento, e claro que agora se buscam parcerias para fazer a manutenção. Que bom! Mas se formos olhar para o lado, para o cais do porto, tem uma outra proposta, é um investimento basicamente privado e não saiu do papel! E é fácil, Ver. Valter? Não, não é fácil. V. Exa. acompanha esse projeto e discute alternativas. Pois é. Então, por isso eu acho que nós temos que rediscutir melhor. Agora, não pode o governo vir aqui, mandar um projeto que é o seguinte: terceiriza! Assim como já terceirizou a poda das árvores. O Ver. Moisés Barboza aprovou, com o apoio do governo. Quer dizer, o governo não poda mais as árvores; agora, o cidadão pode, com um laudo, pagar e fazer serviços que deveriam ser feitos pela Prefeitura. Pois a Prefeitura, então, abandonou completamente as praças, e agora, se os vereadores rejeitarem: “Foram os vereadores que rejeitaram, pois nós fizemos um projeto, agora, para entregar para a iniciativa privada.” Eu nunca me esqueço de uma entrevista que eu ouvi de um brasileiro que estava morando na Austrália; perguntaram: “Qual é o motivo que o faz permanecer aqui, morando na Austrália, e não retornar para o seu país de origem?” E eu fiquei pensando: o que esse

rapaz vai responder? Um jovem de menos de 30 anos. Deve ser a estabilidade no emprego, oportunidades. Ele respondeu o seguinte, Ver. Janta: “Olha, o que me faz permanecer longe do Brasil e vivendo aqui na Austrália, e quero viver por muito tempo, é o fato de eu poder usufruir dos espaços públicos daqui. Eu posso surfar, eu tenho a ciclovia, eu tenho o parque, a praça”. Enfim, é isso, Ver. Reginaldo Pujol, que faz uma cidade. Nós temos pouquíssimos aparelhos públicos, Ver. Nedel, nas periferias. Essas periferias aproveitam, muitas vezes, o ônibus gratuito, no domingo, para vir usufruir da Redenção, do Parcão, do Parque Marinha e da Orla, agora. Quer dizer, nós vamos, simplesmente, assim, abrir mão daquilo que é a maior prerrogativa do Município, que é cuidar dos espaços públicos e vamos terceirizar, deixem que explorem e vamos privatizar os espaços públicos. Eu acho que esse tema merece atenção. Não é fácil! Não foi fácil para nós, quando fomos governo; não foi fácil para o PT, quando foi governo; não será fácil para o Marchezan cuidar de 600 praças. Mas eu acho que esse é um assunto sobre o qual devemos fazer uma melhor discussão, um melhor encaminhamento para que não venhamos a errar e a nos arrepender.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, colegas vereadores, vereadoras, público que acompanha a nossa sessão neste final de tarde. Quem foi que pagou a revitalização da orla do Guaíba? Uma parceria andina, com recursos altíssimos e nem por isso estão sendo cobrados ingressos – um grande projeto. Agora, vejam a contradição: o governo apresenta um projeto de lei que vai possibilitar, para aquele empreendedor que ganhar a concessão, a exploração do restante, que pode ser o restante da orla do Guaíba, o Parque da Marinha, o Parque da Redenção e tantos outros. Na própria SME – o Bosco falou muito bem aqui, como foi secretário de esporte e lazer nas gestões anteriores –, os inúmeros programas que o governo tem, muitos deles, diria, estão fragilizados. Qual será o destino desses programas?

O Ver. Alvoni Medina é presidente da frente parlamentar que trabalha com o idoso; anteriormente, a Sofia era presidente da Frente Parlamentar em Defesa da SME, hoje, se não me engano, é o Marcelo. Esses cidadãos e cidadãs, na grande maioria, pessoas idosas, são as que são acolhidas nesses programas. Nós fomos a inúmeras reuniões, Ver. Medina. O que dirão esses cidadãos, que já estão fragilizados, ganhando uma aposentadoria desleal do Governo, se tirarem até o local de lazer, de dança, de educação física, enfim, da orientação médica, que o médico deu, para fazer um exercício físico? Infelizmente, o governo quer tirar até isso dos idosos e das crianças e adolescentes. Esse governo joga tudo para um pacote, como falei anteriormente, para possibilitar àquele que ganhar a concessão explorar tudo isso. Vai cercar? Não sei. De

graça? claro que não. Vai colocar algum instrumento de recreação, de lazer? Vai, e vai cobrar. Portanto, o cidadão vai sair de casa e sabe que será onerado em qualquer parque ou praça da Cidade, porque o governo vai, na grande maioria, por incompetência... Como disseram aqui alguns colegas vereadores, algumas praças estão um mato, pela incompetência da gestão pública, senão não estaria um mato. Agora pergunto, Cecchim, V. Exa., que foi secretário, aquele cidadão que hoje está lá na Redenção e tem um carrinho de pipocas, aquele cidadão que tem um carrinho de churros, todos esses, eu diria, pobres, essencialmente pobres, que lutaram para conseguir comprar um carrinho de pipocas, serão expulsos da Redenção, do Marinha e tantos outros parques? Esse governo não gosta de pobres, mas dos ricos, ele quer entregar tudo para os ricos. Lamentavelmente estamos vivendo uma época em que, de fato, o desempregado, o trabalhador, o pobre, não tem vez, nem mesmo para entrar num parque, porque vai ser cobrado.

É lamentável ver isso na Câmara Municipal de Porto Alegre, tamanha a ousadia de tirar tudo dos pobres e entregar, segundo eles, para a iniciativa privada. Não, é para os ricos, que vão, na verdade, comandar a cidade, principalmente nas áreas que hoje estão disponíveis para a população, onde ela será impedida.

Ver.^a Mônica, a senhora, que também encaminhou uma emenda neste sentido, lamentavelmente isso tem que ser repudiado, porque os pobres não poderão mais frequentar praças e parques da nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): V. Exa., a votação nominal dirá se tem quórum ou não.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Marcelo Sgarbossa, o Requerimento de sua autoria. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 06 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1330/18 – PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 011/18, que autoriza o Poder Executivo a conceder os serviços de operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoramento, bem como o uso, de praças e parques urbanos.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cassio Trogildo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e das Emendas n^{os} 01 a 06.

Observações:

- com Emendas nº 01 a 06 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 06;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, VII, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 01-04-19 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em discussão o PLE nº 011/18. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o Ver. Cecchim fez uma manifestação importante, há pouco, e eu acho que nós temos que refletir sobre ela. Primeiro, vale ressaltar que foi na gestão anterior que nós, para sincronizar o serviço de manutenção das praças e dos parques da Cidade, no que diz respeito à limpeza, manutenção e conservação, passamos essa competência para o DMLU, e isso favoreceu o que até então não vinha ocorrendo: uma equipe limpa o meio-fio para cá e, 30 dias depois, vai outra equipe e faz a capina daquele espaço público. E não há a sincronização daquele serviço. Creio que a concepção dessa iniciativa serviu para essa finalidade e, por algum tempo, funcionou muito bem.

Eu acho que a discussão desse projeto aqui, acima de tudo, tem que ter honestidade intelectual com o texto que foi redigido. Não dá para os vereadores, Ver. Mauro, virem aqui à tribuna e quererem ludibriar a população, porque, da maneira como foi colocado aqui, em algumas manifestações anteriores, parece que quando esse projeto for aprovado vai ter 680 interessados e todos os parques e praças em Porto Alegre vão ser concedidos no dia seguinte. Não é isso, gente.

(Aparte antirregimental do Ver. Mauro Pinheiro.)

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Eu o ouvi, Ver. Mauro; agora peço que o senhor me ouça também, por gentileza, e, no seu tempo, o senhor me ajude, e eu, com muito respeito, vou ouvi-lo e não vou interrompê-lo.

Uma questão que é importante salientar: hoje, quem frequenta o Parque Farroupilha, a Redenção, anda de graça nos brinquedos do parquinho? Anda de graça nos pedalinhos? Toma café de graça no Café do Brique? Paga por esses serviços! Consome de graça no Mercado do Bom Fim, Ver. Valter? Não. Então, o projeto não está instituindo aqui uma cobrança caso um espaço público, seja praça ou parque, seja efetivado, não está, Ver. Alex; muito pelo contrário, continua garantindo o acesso gratuito ao público, e é essa a concepção que nós vamos defender. Se tivesse aqui uma proposta que a concessão representaria cobrança de ingresso à população que livremente frequenta as praças e os parques de Porto Alegre, tenho certeza que nenhum vereador da nossa bancada estaria votando a favor. Agora, eventuais serviços que possam ser disponibilizados ao cidadão nesses espaços, como já existem, e aqui dei o

exemplo da Redenção, bom, aí são benfeitorias que serão feitas e tenho certeza de que vão atrair e qualificar a frequência desses espaços.

Segundo, a lógica desse projeto está inserida num contexto maior que nós mesmos aprovamos aqui, já vem sendo discutida, e já é lei aprovada por legislaturas anteriores, que são as parcerias público-privadas, Ver. Adeli, e V. Exa. muito bem sabe, e já defendeu em outras perspectivas as PPPs para a Cidade. Nós não estamos falando aqui em empreguismo, nós não estamos falando aqui em privatização, ninguém está falando aqui em fazer da Cidade um celeiro exclusivo do capital privado, ninguém vai deixar de frequentar as praças porque o responsável pela concessão vai impedir que essas pessoas entrem naquele local, muito pelo contrário! O que nós temos que admitir é que o orçamento público, por si só, mal dá conta da manutenção. Então alguma coisa tem que ser concedida, sim; alguma coisa tem que ser feita, sim, por parceria público-privada. Sem isso, nós não vamos avançar. Sabem quantas praças em Porto Alegre, áreas verdes, não são urbanizadas? Mais de 100! Quem vai urbanizar isso? O Poder Público sozinho não consegue! E não vem em nada ao prejuízo dos adotantes. Não se está revogando nada aqui em relação à adoção, muito pelo contrário, nós temos que estimular, cada vez mais, que empresas, que instituições da sociedade civil, que entidades adotem espaços públicos, mas que também outros interessados possam ser enquadrados nesse regime de concessão ou de PPPs. Agradeço o espaço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para discutir o PLE nº 011/18.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha nas galerias e na TVCâmara, eu quero enaltecer a participação do governo municipal na elaboração deste projeto importante para a cidade de Porto Alegre. Eu tenho defendido, onde eu ando, a importância da aproximação do público e do privado. Eu não tenho dúvida de que quanto mais a sociedade e as instituições participarem das coisas do Poder Público, quem mais vai sair ganhando vai ser a população de Porto Alegre.

Eu fiz aqui algumas anotações importantes que me chamaram a atenção neste projeto do Executivo. O Município “fica autorizado a conceder os serviços de operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoramento, bem como o uso de praças e parques urbanos”. Olhem, não tenho dúvida de que o projeto vai mudar a fotografia de várias praças e parques da cidade de Porto Alegre. Ele mantém a obrigação de preservação ambiental, extremamente importante; as concessões serão formalizadas por contratos, precedidas de licitação; as concessões poderão, conforme o interesse público disposto no edital de licitação, ser

totais ou parciais, isoladas, ou em lotes; o prazo no máximo é de 35 anos; e ônus conforme prevê uma legislação nacional. E, cá para nós, não quer dizer que serão 35 anos, o edital irá dizer que cada praça terá um estudo prévio, e vamos analisar o tempo que deve ser enfrentado, na concessão. Antes do edital, licitação, contrato, concessão deverão ser apresentados estudos específicos sobre os usos e locações da praça, bem como as diretrizes para a sua conservação. O edital disporá sobre direitos e deveres do concessionário, entre eles, exploração de receitas alternativas, complementares, acessórios, outros projetos associados, inclusive, publicitário. Então, não venham me dizer que esse projeto está mal redigido, que ninguém ficou conhecendo. O projeto está claro, transparente, um projeto extremamente importante para a Cidade. Eu tenho certeza, como disse antes, que vai mudar a fotografia de vários parques e praças da cidade, as pessoas vão poder usufruir, aproveitar, viver com a sua família, com seus amigos. Eu não tenho dúvida que está aberto esse espaço para essa parceria entre público e privado.

Eu tenho emenda ao projeto que, se a concessão quiser cercar o parque, poderá cercar o parque – ora, eu invisto o meu dinheiro, um dinheiro privado, no parque, por que não cercar durante a noite para não haver atos de vandalismo?!

Na Europa, onde eu tive a sorte de poder conhecer alguns lugares, eu prestei bastante atenção nos parques e praças, tudo cercado. Abre de manhã e fecha à noite. Então, eu tenho convicção nesse projeto, vou votar a favor e tenho certeza que esse projeto será muito importante e eficaz. Quem vai sair ganhando vai ser a população de Porto Alegre que vai poder ter esses espaços restaurados, revitalizados em bom estado para que possam usufruir. Muito obrigado, e boa noite de trabalho, que este projeto seja aprovado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a Emenda nº 13, de autoria do Ver. Ricardo Gomes e do Ver. Cassiá Carpes, ao PLE nº 011/18.

Apregoo a Emenda nº 14, de autoria da bancada do MDB, ao PLE nº 011/18.

Apregoo a Emenda nº 15, de autoria da bancada de oposição, ao PLE nº 011/18.

Apregoo e defiro o Requerimento, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs. 01, 02, 03, 04, 08, 09,10, 11, 13,14 e 15 ao PLE 011/18,

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Adeli Sell, a prorrogação da sessão por mais duas horas. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 21 votos **SIM**.

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLE nº 011/18.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Este projeto trata da concessão de praças de Porto Alegre. Agora recebemos um resumo do projeto, que diz o

seguinte: “Um novo olhar, um carinho com os nossos parques e praças”. Espero que sim, porque estamos num país em que não cumprir leis é usual. Acredito que o projeto, com as suas várias emendas, será aprovado, mas desejamos que os concessionários cumpram o que for assinado, e que haja fiscalização, porque sabemos que, com o jeitinho brasileiro, as coisas começam bem e, no meio do caminho, são distorcidas. Então, que as praças sejam realmente bem cuidadas, porque não se pode conviver numa cidade onde o capim está alto, onde uma criança não pode brincar, onde não há espaços adequados. Mas está aqui o compromisso firmado pelo governo com o Legislativo de que vai funcionar. Ressalto que se não houver uma boa fiscalização, não terá resultado.

Aproveito esse projeto para comentar que já existem cinco espaços de lazer para tutores e seus animais, sendo que dois são no Parque Farroupilha e um particular no Parque Germânia, que funcionam muito bem. As pessoas que moram em apartamento e que deixam o seu mascote o dia inteiro sozinho, latindo, incomodando, acabam entrando em conflito com o síndico e com os demais moradores. Tais situações acabam no Ministério Público. Então, para evitar isso, vamos criar os espaços de lazer, que popularmente chamamos de cachorródromos, onde os animais devem estar vacinados e ser sociáveis, para não atacar os demais animais. Quem observa esses espaços, percebe um local muito acolhedor, porque os animais habitua-se a brincar uns com os outros. Então, estamos apresentando uma emenda para que também sejam mantidas essas áreas já existentes nas que forem para concessão, mas sem cobrança, pois se trata de um momento de lazer. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 011/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa noite, senhoras e senhores. Venho à tribuna agora em período de discussão do projeto que visa conceder à iniciativa privada a administração e manutenção dos nossos parques e praças. Eu gostaria de iniciar a minha fala destacando alguns aspectos de tudo que nos antecedeu nesta sessão na tarde de hoje. Eu vejo com bastante clareza, até pela análise da natureza das emendas que estão sendo protocoladas até o presente momento, um viés completamente distinto. O Ver. João Bosco Vaz se expressa demonstrando toda a sua preocupação com relação à prestação da atividade esportiva, do uso dos equipamentos públicos por parte da população, e eu me solidarizo com essa linha de argumentação, porque eu acredito que este deva ser o viés de debate da esquerda, a prestação da política pública ao cidadão, principalmente àqueles menos favorecidos, às crianças pobres, aos idosos que recebem um salário mínimo e que precisam qualificar a sua vida e melhorar a sua saúde através da oferta do que for disponibilizado pelo poder público; por outro lado, eu analiso a natureza das emendas que estão sendo propostas, nas quais a direita, ou mais especificamente os representantes liberais desta Casa, enxergam qualquer oportunidade para dar lucro a alguém. O Ver. Ricardo Gomes propõe uma

emenda que permite que a praça seja fechada e seja cobrado ingresso das pessoas para fazer algum evento. A população precisa perceber, Ver. Ricardo Gomes. Eu, como representante da esquerda, enxergo no espaço público um espaço do público, um espaço gratuito, um espaço para qualificar a sua vida, qualificar a sua saúde, para que as pessoas possam usufruir, não necessariamente apenas aquelas que têm recursos financeiros. O senhor, por outro lado, enxerga qualquer oportunidade para cobrar das pessoas, cobrar das pessoas e transferir esses recursos para o bolso de algum empreendedor, como vocês gostam muito de dizer, ou seja, aquele indivíduo que vai explorar o que até então era público para auferir lucros, para auferir receitas privadas. Esse é um dos tópicos que nós não podemos deixar passar na discussão desse projeto. No momento em que uma praça, em que uma escolinha de futebol funciona com criança pobre, com criança cujos pais não têm recursos para custear uma escola de futebol em ambientes fechados, num campo com grama sintética, em que se usem fardamentos, as crianças tenham chuteiras bonitas, essas crianças também têm o direito de praticar o esporte. Isso as socializa, isso as insere dentro do contexto social positivo, as afasta da criminalidade. Mas, no momento em que a visão gira única e exclusivamente ao redor do bolso dos seus pais, com a possibilidade de cobrança, isso se opõe diametralmente àqueles que defendem com unhas e dentes os ideais da direita e aqueles que são defensores da esquerda. Eu, como defensor da esquerda, preciso me manifestar de forma enfática e contrária à privatização dos espaços públicos e à possível cobrança para os usos desses equipamentos, porque o equipamento é público, é da Cidade. O equipamento não é de um gestor, não é de um empreendedor; o empreendedor é aquele que morde e sangra o bolso de alguém para manter os seus lucros, manter os seus vencimentos e os seus ganhos.

Infelizmente, gostaria de trazer um tom mais positivo a esse debate, porque acredito que há possibilidade de coisas boas serem feitas com a nossa Cidade, mas num debate atravessado e às pressas, não construiremos uma política pública qualificada, principalmente para o setor mais pobre da nossa sociedade. Um debate atravessado, atropelado só vai garantir lucro para poucos e prejuízo para muitos, como manda a cartilha do prefeito Nelson Marchezan Júnior. Tudo isso nós, pessoas que se preocupam principalmente com as crianças e os idosos mais pobres desta Cidade, temos muito a lamentar. Boa noite.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLE nº 011/08.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; o Ver. Prof. Alex Fraga, que acaba de me anteceder, fez menção à emenda que eu propus. Vereador, V. Exa. não entendeu duas coisas. Primeiro, a minha emenda, que não trata do fechamento permanente da cobrança de ingresso para acesso aos parques e praças de Porto Alegre, de forma permanente, apenas permite, de forma

legal, o que aconteceu, por exemplo, no Anfiteatro Pôr-do-Sol, na Fan Fest da Copa do Mundo, que é um fechamento temporário para a realização de um evento específico.

V. Exa. tem muita preocupação com o lucro, que as empresas vão ganhar dinheiro. Imagine o seguinte, uma entidade como a OSPA, por exemplo, que vive de doação de empresas, se uma empresa quiser fazer um evento beneficente para a OSPA em uma praça da Cidade, cobrando ingresso, pode fazer, não há nenhuma intenção de lucro. Em caso beneficente, como estamos propondo aqui, nem é uso discriminado. O que nós estamos propondo é que o Escritório de Eventos da Prefeitura de Porto Alegre, adequadamente, faça a análise e permita que, em casos específicos, haja o fechamento de parte ou do todo de uma praça para cobrança de ingresso.

Outro exemplo que dou é o Saint Patrick's Day, que acontece na Rua Padre Chagas, mais que demonstrado que não cabe mais numa rua residencial uma festa daquele porte e que se poderia muito bem se transpor para dentro do Parcão, por exemplo. Custaria dinheiro para montar as estruturas, mas poderia se fechar e cobrar ingressos.

Nada satânico, como V. Exa... Aliás, o PSOL tem um horror à iniciativa privada e um amor eterno pelo estado; é o estado que tem que fazer tudo. A segunda coisa que o senhor não entendeu é o conceito de gratuito. O senhor diz que as praças têm que ser gratuitas, gratuitas, e eu pergunto: gratuitas para quem? Ou por acaso o dinheiro da Prefeitura não sai do bolso das famílias? Ou por acaso os impostos que todas as famílias de Porto Alegre pagam não arcam com as despesas das praças? Ou por acaso esse projeto não diminui a despesa da Prefeitura, liberando recursos para a saúde, educação e segurança? Ora, como gratuito, se a população paga pelas praças? Com o projeto, estamos permitindo que a Prefeitura deixe de gastar na manutenção de praças e parques e encaminhe esses recursos para onde é mais necessário para a população. E mais: mentiras, mesmo que sejam repetidas eternamente aqui, não tornarão este projeto um projeto de privatização. Se não sabem a diferença até hoje entre uma concessão, uma PPP e uma privatização, é o livro que salva e não o debate. Obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 011/18.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sra. Presidenta, Ver.^a Mônica; colegas vereadores, vereadoras, senhoras e senhores, nós temos discutido aqui um conjunto de temas que são polêmicos. Na semana passada, logo depois de ser discutido e aprovado o projeto, afirmado por nós que se trata da retirada do direito do funcionalismo público municipal, vários vereadores, nas redes sociais, reclamaram que a população os estava xingando nas ruas, nas praças, nos mercados. Eu quero dizer que isso é consequência da opção política de como tratar a Cidade.

Bom, este projeto não é diferente daquele, Ver. Tessaro, que nós votamos aqui. Aqui na Câmara, na Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude, na semana passada – o Ver. Cassiá estava lá – recebemos inúmeras comunidades reclamando da não prestação dos serviços...

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Desculpe, se o senhor quiser um aparte.

Estou dizendo aqui, sim; eu acabei de dizer que vários vereadores citaram que foram xingados na rua, ouviram reclamações em função da votação. Eu digo que isso é uma posição política que colegas assumem, que é a consequência do debate da Cidade.

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Ver. Valter Nagelstein, se o senhor quiser, eu lhe dou um aparte, não tem problema, não fique aí xingando do plenário. Então, não adianta reclamar da população quando ela encontra cada um de nós e nos cobra publicamente.

Quando o Partido dos Trabalhadores governou por 16 anos a Cidade, nós éramos acusados por essa mesma base que não realiza os serviços hoje. As praças estão um caos na Cidade, as ruas estão um caos, as calçadas estão um caos, e o governo, para justificar essa sua ineficiência, diz: “Eu vou passar para a iniciativa privada, ou seja, qual for o formato aqui”. E aí o Ver. Gomes vem aqui justificar que não é um formato, que é outro. Não, isso é incompetência do trabalho público neste momento que não é realizado. Nos acusavam, diziam que nós só sabíamos cortar grama, pintar o meio-fio, tirar o lixo da Cidade. A Cidade era linda, a Cidade era bonita, a Cidade era aprazível, e não sou eu que digo isso, é a população que diz. Mas esse é nome do quê? Gestão pública! Quem vence a eleição é para fazer a gestão pública da Cidade e não privatizar.

Qual foi a primeira coisa eu o governo atual fez? Contratou uma bancada de notáveis para querer instituir uma nova dinâmica da Prefeitura. Qual foi a conclusão da bancada dos notáveis chegou? Listou os seus próprios nomes para serem contratados, como os espertos. Bom, por favor, não é isso que nós queremos buscar numa administração pública. Nós queremos que este governo recolha o lixo da Cidade, queremos que o governo faça as obras e leve a água para onde falta. E estamos aqui, Ver. Mauro Pinheiro, já disse em outro dia, para ajudar, mas ajudar dentro de uma visão de fortalecer o Estado e não de destruir o Estado.

Nesse caso, o poder público municipal fez uma reforma, meu prezado Ver. Camozzato, que até hoje não acabou, a administração não se entende dentro da Prefeitura. Qual é o prejuízo? É de quem quer investir na Cidade. Ninguém vem investir em Porto Alegre porque não consegue aprovar os projetos aqui, na Cidade. O Ver. João Carlos Nedel é um dos que mais reclama disso publicamente, que não consegue aprovar

os projetos que o setor privado encaminha para a Cidade. Então, nós não podemos simplesmente aqui, no afogadilho, votar um projeto como esse. Podemos discutir, podemos chegar a um acordo? Podemos.

Para concluir, eu quero dizer o seguinte: este é um projeto que descontenta a população. Fazemos uma pesquisa para perguntar se a população quer que terceirize a gestão das praças, parques e espaços públicos como ginásios e outros. A senhora que veio aqui, do Tesourinha, disse o seguinte: “Nos tiraram as aulas de dança, nos tiraram a aula de yoga, nos tiraram todos os professores. Hoje eu estou tomando cinco medicamentos, eu tomava um”. Bom, talvez, essa seja a política entendida para favorecer a indústria química que aí está, que gera muito dinheiro e que envenena todo mundo. Não é a nossa posição essa postura, somos contra o projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 011/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vou tentar mostrar para um amigo meu que está aqui no plenário, sempre tivemos com alguns assessores aqui uma relação tremendamente positiva, que me dizia que esse é um grande projeto, que traçou uma similitude com projeto aprovado aqui da parceria público-privada da iluminação pública. Eu quero mostrar que são coisas completamente diferentes.

Eu, por exemplo, sou favorável a PPPs de estradas. Sou favorável, desde que o sujeito entre com dinheiro para fazer uma nova rodovia, para pegar uma rodovia caindo aos pedaços e transformá-la numa rodovia transitável, não há nenhum problema. Nós sabemos que a complexidade do mundo é grande, sabemos que este estágio do capitalismo brasileiro é complexo, e temos que fazer os enfrentamentos que têm que ser feitos, mas também não podemos nos esconder de algumas realidades. Eu não tenho nenhum problema de ordem política, ideológica com PPPs, desde que sejam parcerias em que haja um benefício para o conjunto da população, porque nós sabemos que algumas rodovias neste país são essenciais.

Agora, vamos transportar essa realidade para parques e praças de Porto Alegre. Meu colega Oliboni já colocou aqui como nós tratamos essas questões quando fomos gestores na Capital. Inclusive, está a Simone aqui, que nos assessora, todo mundo conhece, foi diretora de praças e parques na Cidade. Alguém tem dúvida é só falar com a assessoria da bancada do PT. Nós temos *know-how*. Eu queria dizer para o meu amigo, com quem eu dialogava há pouco, que ele está enganado ao fazer essa comparação com as PPPs da iluminação pública. Na iluminação pública, o sujeito vai

ter que recompor redes, colocar dispositivos, cobrar da população por um bom tempo. Poderia ser, inclusive, uma outra forma de parceria, que é o aluguel de ativos. Alguns consideram que aluguel de ativos não é parceria, não é a minha visão. Eu não tenho nenhum problema também com a questão de aluguel de ativo. Nenhum problema, acho que é viável. Eu, por exemplo, sugeri que em vez de ficar batendo na tecla do DMAE, de que tem que fazer uma parceria público-privada no DMAE, é simples: elejam um bairro importante, o segundo bairro mais populoso de Porto Alegre é o Sarandi, façam uma delimitação do bairro Sarandi, da Av. Sertório em direção a Cachoeirinha, e coloquem a questão para uma empresa: de pagar o aluguel de ativos, todos os equipamentos que vão colocar para fazer a questão do combate às inundações. Nenhum problema.

Agora, vamos pegar as praças. Concessão. A palavra é um problema. Alguém, antes, tentou tirar uma casquinha aqui de que eu ando muito nervoso e que estou aqui expondo questões jurídicas, etc. e tal. Em primeiro lugar, eu sou um cara que tento escutar as pessoas. Eu sou vereador e consigo ter a qualidade do meu mandato porque eu escuto as pessoas. Se nós tivéssemos, de fato, uma preocupação do Poder Público Municipal de fazer as adoções, ou mesmo o que o Ver. Bosco colocou antes, de que não precisa ter concessões de coisas muito simples, Ver. Paulinho Motorista, você pode fazer pelo poder discricionário que a Prefeitura tem – selar um compromisso, por exemplo, com um time de futebol lá do Belém para que ele utilize uma determinada praça, um parque, enfim, faça eventos num espaço público em contrapartida de alguma coisa –, não precisa ter grandes coisas; simplesmente um documento, que formalize e que preste contas. É isso que tem que fazer. Então, eu sei para que são as concessões: para os grandes parques e para ganhar dinheiro. Alguém vai ganhar dinheiro com isso. O povo nada ganhará, é por isso que eu sou contra.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLE nº 011/18.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Mônica Leal, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais vereadores e vereadoras, o público que nos assiste nas galerias e na TVCâmara, as senhoras e os senhores. Venho a esta tribuna no sentido de me opor à aprovação deste projeto por algumas questões que passo a salientar com relação ao texto. E acho muito oportunas as observações daqueles que me antecederam, em especial no que diz respeito à autorização do poder público em conceder, para o uso, as praças e parques urbanos. Por que me preocupa a redação deste projeto, Ver. Mauro Pinheiro? Esse é um projeto que parece simples, um projeto de 10 artigos. No art. 2º diz o seguinte: “as concessões de que trata esta Lei serão formalizadas por meio de contrato, decorrente de procedimento licitatório.” Entretanto, o art. 3º diz que o “prazo de concessão será compatível com a amortização dos investimentos previstos, no limite máximo de 35 (trinta e cinco) anos”, ou seja, nós vamos estar concedendo uma área que

hoje é pública para interesse privado, por alguma razão ou não, durante um prazo de 35 anos. Olha o impacto que isso representa para a Cidade. E passamos então a observar o que preveem alguns artigos dos 10 que compõem a legislação. Parágrafo 1º do art. 6º: “Poderão ser instituídas novas receitas, além das previstas no edital de licitação e no contrato, mediante autorização e compartilhamento de receitas com o Poder Público.” No § 2º: “Poderão ser instituídas novas receitas com vista à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato (...)”. No § 3º, a terceira preocupação: “As receitas, cujos valores estejam fixados no contrato, serão preservadas pelas regras de reajuste e revisão (...)” das receitas. Depois, no art. 8º, fala em escolhas técnicas apresentadas pela concessionária e, no parágrafo único do mesmo artigo, fala que o Município poderá firmar convênios para avaliar essas escolhas técnicas. Infelizmente, no art. 9º, de novo, revisão para apurar e corrigir os desequilíbrios na equação econômico-financeira. Então nos parece que essa concessão está muito preocupada é com a questão econômico-financeira, a questão do reajuste, da revisão, das novas receitas, das receitas alternativas. Mas, efetivamente, o que vai ser feito com o bem, com o uso público, com os espaços públicos para a população, as contrapartidas, os investimentos na contraproporção do que está sendo reajustado ou reafirmado? Com essa enorme preocupação, em dez artigos, no que diz respeito a reajuste, revisão, receitas, novas receitas, receitas alternativas.

Então, vereador, parece-me que existe uma desproporção entre a preocupação efetiva da qualificação do espaço público, do que está sendo concedido e o benefício para a população da contrapartida da cessão desse espaço público. E a maior preocupação aqui é realmente com a receita, com a receita alternativa, com o reajuste da revisão da receita, com as escolhas técnicas, que não sabem nem bem o que quer dizer isso aqui. Mas, infelizmente, parece-nos aqui que o governo tem maioria para aprovar o projeto que será validado e vigorará por 35 anos versando sobre os espaços públicos, parques e praças de nossa Cidade, que passarão a ter um novo regramento com vistas e com enfoque na revisão do contrato, na revisão das receitas, no reajuste da revisão da receita, nas revisões extracontratuais. Enfim, acho que não é por aí o caminho da construção de uma Porto Alegre melhor para os porto-alegrenses, mas fica aí a nossa ressalva e as razões do nosso voto em contrário. Pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLL nº 011/18, por cedência de tempo do Ver. Idenir Cecchim.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Presidente Mônica Leal, colegas, Ver. Márcio, agradeço V. Exa. pela leitura que fez do projeto. Foi importante, para o senhor mais do que para nós, uma leitura bem esclarecedora. Mas vou lhe perguntar uma coisa, e o senhor pode apartear, é discussão, fique à vontade. Eu vou lhe perguntar o seguinte: como nós vamos fazer concessão sem receita para o concedente? Eu acredito que, quando se vai fazer uma concessão ou uma modalidade de parceria

pública-privada – V. Exa. foi secretário, preside um conselho profissional sabe –, é aberto um edital, e o que precede um edital também é um termo de referência. Isso tudo vai estar colocado, até pelo tempo de concessão que se admite no projeto. Então, acho que, às vezes, a crítica vazia é o grande problema da cidade de Porto Alegre.

E nós vamos pegar uma outra questão, já que foi dito aqui, que são as contrapartidas. V. Exa. foi Secretário Municipal do Planejamento, quantas contrapartidas de empreendimentos na Cidade passaram em branco? Contrapartidas de mobilidade, contrapartidas sociais, contrapartidas de infraestrutura, e os empreendedores, simplesmente, não cumpriram regulamentos que já existem. Que bom que todas as contrapartidas fossem fielmente cumpridas por aqueles que constroem na Cidade. Nós queremos mais e melhores espaço públicos, tão bons quanto o Parque Germânia, por exemplo, que é um exemplo de contrapartida bem sucedida. Então, eu acho que fazer comparação, Ver. Mauro, e vou repetir a expressão que eu usei aqui antes, é desonestidade intelectual entre nós aqui, que vamos decidir se esta proposta avança ou não, e subestimar a inteligência do cidadão. Ninguém aqui está dizendo que amanhã, aprovado o projeto, ato contínuo, todas as 680 praças da cidade e os 8 parques que são administrados pela Prefeitura, de imediato, vão receber uma concessão. Não vão. Mas uma coisa eu posso assegurar: a administração hoje no Parque da Redenção mal consegue manter a água dos sanitários, no local.

Outra coisa também vou te assegurar: faz seis anos que está para ser feito um conserto ali na bacia de amortecimento do Parque Marinha do Brasil, e não conseguem concluir, e continua uma parte alagada do parque, privando as pessoas de utilizar aquele espaço. O Parque Mascarenhas de Moraes, finalmente, a MRV, que é uma das principais empreendedoras daquela região do Humaitá, foi adotante. De onde esse projeto de concessão, Ver. Camozzatto, desestimula ou elimina a possibilidade de adoção? De forma alguma. Nós vamos continuar gerindo os parques da cidade: parte do poder público, parte pelos adotantes e parte por aqueles que se interessarem pela concessão. Que bom isso, tem um leque aberto de opções para nós fazermos uma cidade melhor.

Aí nós vimos aqui à tribuna ler o projeto e fazer um jogo de palavras de que estão preocupados com futuros reajustes, com revisões... É óbvio que a operação que tem desequilíbrio econômico em algum momento tem que ser revisada, e ela só vai ser revisada à luz do princípio da legalidade, isso é óbvio! Isso é óbvio! Pelo amor de Deus, não vamos subestimar a inteligência do povo da Capital! Esse projeto aprovado vai ampliar o leque de gestão dos espaços públicos da Cidade! O poder público vai continuar, os adotantes vão continuar, e nós vamos ter mais uma possibilidade, que é a da concessão. Nós, vereadores, em vez de ficar jogando contra, ou ficar fazendo um juízo antecipado de que as coisas não vão dar certo, ou colaborando para ser mais caranguejos, trazendo entraves para a Cidade, nós vamos fiscalizar. Nós temos que fiscalizar! Se o concessionário não estiver cumprindo aquilo que está previsto em contrato, ele vai ser submetido às penalidades. Simples. Acho que nós temos que qualificar um pouco aqui o contraponto desse projeto.

E falo aqui com autoridade de ter promovido, no ambiente da COSMAM, uma reunião sobre o projeto. Ouvimos a Secretaria de Parcerias Estratégicas, ouvimos a comunidade, ouvimos a sociedade, quem veio aqui e participou, foi uma reunião aberta, nós não estamos nos apropriando disso agora. Parece que as pessoas não se apropriam mas têm aquela visão: “Nós vamos trancar, vamos barrar, não vai prosperar”. Mas nós vamos ficar aqui até a hora necessária para terminar a reunião, e, se não for possível hoje, tenho certeza de que para o bem da Cidade vai ser aprovado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLE nº 011/18.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): No dia em que nós inauguramos a Orla Moacyr Scliar, eu tive a honra de representar a Câmara, e nós ouvíamos ali o barulho das ondas do rio, e eu até fiz uma figura de linguagem, dizendo que era interessante que estávamos ouvindo, tão separados, divorciados que estávamos do nosso Guaíba, não nos apercebíamos de que era possível ouvir as ondas do Guaíba. Por outro lado, que bom que não é mar, porque, se mar fosse, a quantidade de caranguejos que tem em Porto Alegre ia nos arrastar. É triste isso.

Eu quero cumprimentar o Ver. Carús e a Comissão que fez a reunião, e quero cumprimentar o Ver. Mauro Pinheiro, porque ele chamou os técnicos da Secretaria para nos apresentar, eu não quero fazer crítica a ninguém, mas eu estava lá no dia em que vieram os técnicos que estão aqui de novo para esclarecer. Naquele dia – não sei se da Comissão do Meio Ambiente tinha mais gente –, quando os técnicos que estão novamente aqui – são 19h34min, nós estamos aqui desde as 14h – vieram, estávamos só eu e o Ver. Mauro Pinheiro. Foi uma oportunidade para esclarecer as dúvidas e para afastar as mentiras, porque, infelizmente, assim como o papel aceita tudo, aqui, a tribuna, também. É incrível como a gente faz da política um espaço de repetição de mentiras. É aquela velha técnica de repetir uma mentira mil vezes até que ela se transforme em verdade, jogando com o medo, com o pânico das pessoas.

Poxa, nós temos nove parques grandes em Porto Alegre. Eu até consigo elencar seis: Parque Mascarenhas de Moraes, lá perto da Vila Farrapos, na entrada; lá perto da Vila Nova, o Knijnik; o nosso Parcão; o Marinha do Brasil; lá na zona norte, perto do Jardim Leopoldina, Ver. Mauro Pinheiro, o Parque Chico Mendes; o Parque Farroupilha. A gente não consegue ter um bebedouro! Não estou falando nem nesses parques, estou falando em praças. Eu, ontem, fui com a minha família – metade da minha família, tenho três filhos –, com meu pequeno de sete anos, com os meus cachorros e com a minha mulher, ali na Praça Mafalda Veríssimo, no bairro Petrópolis, e não tem um bebedouro de água! Não tem um bebedouro para cachorro, Ver.^a Lourdes, e precisar ter. Até vou fazer um pedido de providências para o DMAE fazer isso. Ali na praça da Encol, nós conseguimos, porque é mediante doação.

Eu era secretário, Ver. Hamilton, da indústria e comércio em 2010. Eu fui procurado pela editora Abril, que queria instalar bancas de revistas nas praças de Porto Alegre e, em contrapartida, adotar as praças. A editora ia botar uma banca; o revisteiro da banca ia fazer uma espécie de zeladoria, de cuidado da praça; e, na volta da sua banca, uma estação de Wi-Fi, umas cadeirinhas; ia vender um refrigerante; o cara poderia sentar, ler um jornal. Qual o mal que tem nisso? Não, não podia, porque estaria privatizando a praça. Agora, já perguntaram aqui: por acaso a Soraia, nossa amiga que está aqui na orla agora – trocou a sua atividade, está com um bar aqui –, não cobra a bebida aqui no bar, Ver. Tessaro? Senta ali no bar dela, consome um baldinho de cerveja, não paga? Por acaso, o nosso amigo Edemir Simonetti, que ganhou a licitação do restaurante 360, não cobra! Então, não existe esse preconceito! E ninguém nunca disse, é mentira – eu vou dizer com todas as palavras – que vão cobrar ingresso para entrar em praça! Só quem não leu o projeto, ou não quis ir à reunião! Está expresso que é proibido cobrar. Aí eu perguntei o seguinte: mas o velódromo que está aqui no Parque Marinha, vão cobrar? Não. Não pode cobrar, porque está expresso, porque o equipamento que tem lá não pode. O velódromo aqui está caindo aos pedaços, aliás; mas não pode cobrar. Agora, se o cara quiser botar no parque – o último parque era o parque da orla, o Moacyr Scliar – uma roda gigante, ele vai cobrar para quem for andar na roda gigante! E tem que ter equilíbrio econômico e financeiro, Ver. Bins Ely, tem.

Por último, eu quero dizer o seguinte: ninguém tem obrigação de saber, o direito público, essas figuras são sempre precárias. O poder público, pode, a qualquer momento, ao interesse da administração, rescindir o contrato. São sempre precários no direito administrativo. As autorizações, as concessões e as permissões, Sra. Presidente, são precárias. O poder público pode, a bem do interesse público, a qualquer momento, Ver. Adeli – o senhor deveria saber e sabe disso, eu tenho certeza, Hely Lopes Meirelles sabe – que a qualquer momento pode ser rescindido o contrato. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a Emenda nº 16, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLE nº 011/18.

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLE nº 011/18.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Eu também, igual ao Ver. Márcio, subo aqui com o projeto de lei, alguns vereadores disseram que já leram ele, nós também lemos, e eu gostaria de falar aqui do texto da lei, porque é no projeto que nós entendemos os objetivos do Executivo, depois, as emendas que estão ali protocoladas, mesmo sendo de vereadores da base do governo, podem ser vetadas. A motivação inicial do prefeito Marchezan está aqui nesses dez artigos que o Ver. Márcio leu, e eu quero trazer aqui pelo menos dois deles.

O primeiro é que lá, no art. 2º, § 3º, fica autorizada a cobrança de ingressos para acesso às áreas fechadas dos parques urbanos em que tenham sido realizados investimentos substanciais. Investimentos substanciais são de uma vagueza jurídica

impressionante. O que é um investimento superficial? Essa é a intenção do prefeito. O prefeito diz “concedemos”, fez um investimento substancial, e aí o que é substancial para um pode ser irrisório para outro. Ele pode botar aqui um bebedouro, como foi falado aqui, mas o bebedouro, por algum motivo daquele que recebeu o concessionário, é substancial, e, portanto, ali fica fechado. Não sou eu que estou dizendo, está escrito no projeto.

Art. 3º - O prazo de concessão será compatível com a amortização dos investimentos previstos no limite máximo de 35 anos. Já tem uma emenda limitando – o Ver. Oliboni já fez essa emenda limitando –, acho que estamos aqui mudando um paradigma, e seria prudente numa mudança de paradigma, estou aqui discordando do projeto, mas, para aqueles que concordam, seria prudente fazer por um tempo bem menor porque, vamos admitir, pode não dar certo, aqueles que estão confiantes que dará certo. Então, sobre conceder até 35 anos, seguidamente sobem aqui...

(Aparte antirregimental do Ver. Mendes Ribeiro.)

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Pode ser, Ver. Mendes, o senhor pode se inscrever e colocar esse argumento. Mas seguidamente sobem aqui, quando se trata de prazo de concessões como esta, dizendo que não haverá interesse da iniciativa privada, dos empreendedores se não for por um longo período. E, obviamente, quanto mais longo o período maior será o seu investimento. É uma lógica, aqui não estou fazendo nenhum julgamento. Eu não me vejo no direito de engessar. Aqui, se eu pegasse uma média de idade a olho, temos aqui uma média superior a 40 anos, 50 talvez, daqui a 35 anos quantos estarão aqui, Ver. Tessaro? Nós estamos possibilitando que a política que for aprovada nessa lei determine o futuro que nós nem mais estaremos aqui. E aí talvez se agarrem no futuro, será talvez sempre um debate para dizer por que se deixou tanto tempo. Porque, uma vez firmados os contratos, algum tipo de garantia se dará ao investidor, vamos chamar assim, garantias para ele fazer o investimento. Se ele assinar por 35 anos, é lógico que ele terá total interesse em fazê-lo e arguirá sempre a segurança jurídica, o ato jurídico perfeito no contrato. Não é bem assim revogar contratos, o interesse público, dependendo, você não consegue romper.

Então, estou aqui pegando apenas textos do projeto, peguei dois artigos. Depois, olhando por cima as emendas, vejo... Eu me lembro da questão do cercamento de praças e parques; depois, quando chegar o momento dessa emenda, debateremos mais a fundo. Esta Câmara fez uma ampla discussão do projeto de autoria do Ver. Nereu D’Avila que estabelecia uma consulta pública sobre o cercamento da Redenção. Aqui, numa mera emenda, estamos revogando essa possibilidade de plebiscito e trazendo, desde logo, o cercamento das praças. Eu tenho muitas dúvidas, já que se fala tanto em análise jurídica, se pode uma emenda... Vejam, estamos revogando uma lei complementar, o Código de Posturas de 1975, através duma emenda a um projeto de lei, lei ordinária. É uma dúvida que deixo no ar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a Emenda nº 17, de autoria da Ver.^a Karen Santos, ao PLE nº 011/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 16 e 17 ao PLE nº 011/18.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 011/18.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidente, Ver.^a Mônica Leal; colegas vereadoras e vereadores, público que está acompanhando a nossa sessão. Alguns vereadores que me antecederam disseram que não será cobrado ingresso; outros disseram que é óbvio que vai ser cobrado ingresso, porque serão feitas inúmeras benfeitorias. Na primeira parte da revitalização da orla, como disse o Ver. Valter, nós ouvíamos o barulho das ondas – que bom! Não se cobra nada hoje, foi construída para a população e é muito utilizada. Não se cobra ingresso. A outra parte da orla – o governo já está encaminhando o projeto –, por este projeto de lei aqui, os permissionários – não sei como o governo está encarando isso – poderão, para ouvir as ondas da outra parte do Guaíba, cobrar ingresso. Aqui no Parque da Redenção, antigamente houve uma discussão muito pontual sobre o auditório Araújo Vianna. O Araújo Vianna foi revitalizado, hoje lá são realizados inúmeros shows, mas todos os que vão têm que pagar; quem vai utilizá-lo tem que pagar. Óbvio, porque foi feito um enorme investimento. A outra parte, onde será permitida a concessão, como será cobrado o ingresso? Essa parte será cercada eletronicamente ou fisicamente?

Há uma enorme contradição nesse projeto, porque está tudo no mesmo pacote. Claro que interessa para os grandes empreendedores o Parque da Redenção, o Parque Marinha, a orla do Guaíba e tantos outros parques que têm um espaço significativo para o público, e essa movimentação dá um bom retorno. Não seria mais fácil para o governo, então, fazer uma parceria de compensação para os que investem em praças?

Vereador Valter Nagelstein (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Agradeço-lhe o aparte por amor ao debate. O senhor prefere o auditório Araújo Vianna como era antes?

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): O próprio Ver. Valter está querendo que eu diga que preferia o auditório Araújo Vianna como era antes. Se tivéssemos um governo responsável, investido o que foi investido pela empresa, obviamente, porque ele seria público e disponibilizado para os eventos públicos. Mas, como o governo não teve a capacidade de fazer a autogestão, entregou para a iniciativa privada, como está acontecendo agora: não está conseguindo a roçada, a capina e entrega as praças e parques para a iniciativa privada. É óbvio que não farão, mas outras coisas que dão retorno, porque quem pegar uma concessão e não fizer o trabalho vai quebrar logo, porque não terá receita. Isso aqui é uma forma de entregar as áreas públicas ou áreas verdes para a iniciativa privada, porque se sabe que a iniciativa privada é criativa economicamente. É óbvio! Aquele parquinho para recreação que tem

ali na Redenção, para crianças e adolescentes, foi cercado apenas em uma parte, e todo cidadão que quiser ali utilizar paga. Não será diferente nas praças e parques da Cidade amanhã, quando será dada a concessão para essas empresas. Então, aqui está a obviedade: está se entregando algo que é público para a iniciativa privada, por falta de competência, de gestão, de criatividade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir o PLE n^o 011/18, por cedência de tempo da Ver.^a Karen Santos.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Muito obrigado, Presidenta. Meu agradecimento à Karen Santos, aos colegas que já estão me apartando; o microfone de apartes está à disposição. Temos que fazer o debate aqui nesta Casa. Quem não gostaria de ter a praça próxima a sua casa bem iluminada? Já foi feito o projeto de terceirização da iluminação pública, já foi votado e aprovado, mas praças estão às escuras. Quem não gostaria de ter o campo de futebol, a praça, o parque, as piscinas dos centros de convivência – Cecores, Cecopam, Cegeb e assim por diante – funcionando ativamente? Elas não funcionam. Simplesmente não funcionam. Por que não funcionam? Eu acho que a pergunta aqui, de quem está defendendo esse projeto do Executivo que concede os serviços de operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoria, bem como o uso de praças e parques urbanos... Mas para que são eleitos os prefeitos? Para que este prefeito foi eleito? Para que tem uma bancada que é maioria, se não é para ajudar a administrar? O prefeito não está conseguindo administrar a Cidade e propõe privatizar, entregar. Deve chegar, em breve, um projeto que vai privatizar a cadeira do Paço. Vai vir um projeto para privatizar a cadeira do Paço Municipal. Talvez fosse melhor isso, de uma vez por todas, Cecchim, o senhor que foi secretário. Prezado Gomes, o senhor foi secretário do Desenvolvimento Econômico, voltou logo para a Câmara, nós gostaríamos que o senhor tivesse ficado lá para fazer funcionar o desenvolvimento econômico.

Onde não tem investimento na qualidade operacional da gestão? É isso o que nós temos que analisar: nós temos 14 mil funcionários públicos municipais, todos os governos funcionaram com essas equipes que aí estão – todos os governos, uns melhores do que outros, mas aí depende da capacidade de gestão. Estão acabando com todos os conselhos que poderiam contribuir. Os conselhos do Plano Diretor que poderiam contribuir para fazer a gestão e a reforma não têm mais voz e vez; os conselhos do Orçamento Participativo, com as regiões temáticas, não têm mais voz e vez. Bom, assim é claro que não conseguem administrar. Então as assessorias que são contratadas não têm projeto, não têm programa, e é disso que nós estamos tratando. Se é para fazer a terceirização, vamos fazer um projeto novo na Cidade, Ver. Mauro Pinheiro! Continue a orla do Guaíba na outra parte que está faltando. Ver. Paulo Brum, o senhor que trabalha com as pessoas com deficiência, onde está o programa para que esses cadeirantes possam andar nas calçadas de Porto Alegre? Até hoje isso não saiu do

papel, não tem um cadeirante que consiga andar na cidade de Porto Alegre, porque ninguém tem visão que inclua isso em Porto Alegre. Onde os cadeirantes conseguem andar em parques e praças e utilizar esses equipamentos? Não existem. É disso que nós estamos falando aqui, meus colegas vereadores.

Eu quero saber o seguinte: os senhores e as senhoras entendem que esse projeto vai privatizar as praças do Rubem Berta? Vai ter interessado na Restinga, no Rubem Berta, na periferia? Não, vão querer pegar o filé: o Parcão, a Redenção, o Parque do Gasômetro, entre outros. Agora, tinha que, no mínimo, dizer o seguinte: toda a Cidade tem que ser atendida por esse projeto – não diz isso. Entrega o filé e fica com a carne de pescoço, e a população carente...

Vereador Ricardo Gomes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Não entendi, vereador, o senhor acha que o projeto é bom e tem que ser expandido para a Cidade inteira ou acha que ele é ruim e tem que ser limitado? O senhor está dizendo que é contra o projeto e ele tinha que ser para a Cidade inteira? Eu não entendi a sua lógica.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Exatamente. As duas coisas, Ver. Ricardo Gomes. O projeto é ruim para a Cidade e, além de tudo, é um projeto seletista. Eu sou contra a essência do projeto, mas, se ele fosse um projeto que tentasse atender a Cidade, ele ia dizer que a Redenção está neste pacote – e está, e é um dos prioritários –, mas as praças da Restinga, do Rubem Berta e da periferia também estão aqui no pacote. A maioria já disse que vai aprovar o projeto aqui sem discussão. Eu quero que garantam – este projeto não será aprovado com o nosso voto – que as praças da Restinga e do Rubem Berta – uso esses dois bairros – vão ser as primeiras a serem retificadas, implantadas e investidas por essa possibilidade de doação dos equipamentos públicos da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revidado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a Emenda nº 18, de autoria da bancada de oposição, ao PLE nº 011/19.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 18 ao PLE nº 011/19.

O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLE nº 011/19.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Sra. Presidente. Eu acho que este é o melhor projeto que o Executivo Municipal encaminhou à Câmara desde que começou esta gestão. Acho que é o melhor projeto que foi enviado pelo Prefeito a esta Câmara. Quero parabenizar, inclusive, a equipe da Secretaria de Parcerias Estratégicas, que tem feito um excelente trabalho nesta área, e, finalmente, temos este projeto aqui na Câmara. Eu fico muito honrado de poder ser parlamentar nesta Legislatura, que vai aprovar um projeto que terá impacto profundo na cidade de

Porto Alegre e que beneficiará todos os 1,4 milhões de habitantes de maneira profunda no seu dia a dia, na sua relação com a Cidade.

Muito embora o Ver. Engº Comassetto fale que as empresas só se interessarão pelos filés, ainda assim valeria a pena o projeto, porque, uma vez que se tira o custo de manutenção de parques filés – palavras dele –, tu permites que aquele recurso investido hoje nesses filés possa ser destinado justamente para parques e regiões mais pobres, ou seja, tu estás beneficiando os mais pobres também. Acho engraçado que os argumentos colocados pela oposição, as suas objeções são todas no sentido de que os pobres de Porto Alegre não irão querer pagar, os pobres de Porto Alegre irão sofrer. Eu não sei com quais pobres eles estão falando ou em nome de quais pobres estão falando. Vocês perguntaram aos cidadãos porto-alegrenses de todas as classes sociais, inclusive das classes D, E, se não estariam dispostos a ter, por exemplo, uma oferta de serviços de alimentação, de entretenimento ou até venda de produtos em alguns desses parques, tendo como contrapartida um parque mais seguro no seu bairro para seus filhos, suas crianças? Vocês acham que esse cidadão pobre de Porto Alegre não se interessa por isso? Ou que ele talvez seja ignorante demais para conseguir entender isso e usufruir desse serviço, portanto precisa de uma tutela do Estado ou dos vereadores desta Casa?

Eu acho que não, eu não parto desse pressuposto arrogante. E o que nós vemos na prática hoje – aí o relatório de atividades da Prefeitura deixa isso muito claro –, em 2018, o número de protocolos feitos no serviço de manutenção em equipamentos da Cidade, que tiveram, em sua grandeza, somente 20% atendidos, que a Prefeitura não dá conta de compreender todos esforços de manutenções que na Cidade necessitam. E um projeto como este facilita com que esses recursos sejam destinados para onde realmente necessita; portanto, para que a Cidade tenha sua infraestrutura urbana de parques e praças muito melhor organizada para prover serviços para a população.

Estou incluindo, por meio de emenda, as Unidades de Conservação também, pois acho que abranger somente parques e praças já é bom, muito bom, mas as Unidades de Conservação, como, por exemplo, o Parque Natural Morro do Osso ou Parque Saint’Hilaire poderiam estar compreendidos neste projeto. São atrativos turísticos da nossa Cidade que teriam interesse de instituições privadas para custear a manutenção desses locais, muito importantes para o porto-alegrense, e conseguir dar atrativos turísticos adequados ao que Porto Alegre merece. Portanto, a emenda visa a melhorar o projeto que já é muito bom, repito, o melhor projeto que chegou desde o início dessa gestão Marchezan na Prefeitura. Eu saúdo a Prefeitura por estar colocando ele aqui em votação.

Acho curioso o desconhecimento por parte dos meus pares do que é uma concessão. Já ouvi uma série de argumentos confusos sobre entendimento do que é concessão. Ora se mistura com privatização, ora se mistura com venda de ativos, ora se mistura com adoção, mas a concessão não está clara. E eu vejo que muitos vereadores vêm aqui na tribuna criticar o projeto de concessão e os argumentos utilizados na crítica da concessão são as preocupações que fazem com que, via concessão, isso se resolva, que é ter mais condições de fiscalização, cumprimento das contrapartidas e principalmente a garantia de mínimo de atendimento de serviço por parte daquele que

está sob tutela daquele patrimônio público. Ou seja, este projeto compreende justamente muito das críticas das quais aqueles que se dizem opositores fizeram nesta tribuna. Então, eu não vejo por que continuar sendo contra. Eu acho que deveriam se interar do que se trata uma concessão, entender o benefício para a população e passar a defender o projeto, assim como eu vim a esta tribuna fazer.

Vereador Engº Comassetto (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) O senhor levantou uma questão importante aqui e nos fez uma pergunta: se nós tínhamos consultado a população se quer ou não quer esse projeto. Talvez seja uma boa iniciativa de nós fazermos uma consulta popular por uma semana para que possamos ter segurança disso. Eu tenho certeza absoluta...

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Faça uma votação na sua página do Facebook, vereador.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Não, falo aqui como uma sugestão mesmo para a Cidade. Muito obrigado.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Está certo, obrigado. Se o PT doar a sua verba de gabinete para custear o plebiscito, não teria problema nenhum. É isso, muito obrigado. Agradeço a atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a Emenda nº 19, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLE nº 011/18.

Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 011/18. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nossa Presidenta, colegas vereadores e vereadoras. Esta é a primeira emenda das 18 emendas, se não me engano. Vai ser bem rapidinho, não é, Ver. Mauro? Olha só, qualquer publicidade e propaganda tem que ter critérios e um certo regramento. Quem percebe, por exemplo, a propaganda feita pela Uber na orla do Guaíba? Está bem fora dos padrões que ora se estabeleceu por lei aqui, há um bom tempo. Nesse projeto não se fala nada disso. Não se fala nada disso, é preciso ter um regramento. E a nobre Ver.^a Mônica – não tenho a emenda aqui – fez a leitura há pouco, e, baseada no que já existe na Lei do Regramento da Publicidade e Propaganda, se estabeleça o tamanho, o critério ora estabelecido. Ou os senhores acham quem, enfim, pegar a concessão da Redenção poderá colocar ali *outdoor* do tamanho que ele quiser? Então, é nesse sentido que eu queria pedir a sensibilidade dos nobres colegas vereadores, do Ver. Mauro, para que reavaliemos isso. Acho que agora temos que avaliar a possibilidade de melhorar um pouco o projeto e não fazer uma ideia de liberalidade, porque, se eu ganhei a concessão, eu vou fazer nos

parques e praças que eu vencer, colocar a publicidade do tamanho que eu queira. Não dá, né? Então, acho que, nesse sentido, nós estamos aqui fazendo um apelo para que se estabeleça esse regramento estabelecido por lei.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 011/18.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa noite, Presidente Mônica, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, vou falar muito rapidamente, não vou usar os 5 minutos aqui para o encaminhamento. Ver. Oliboni, sempre acredito que todas as emendas de autoria de todos os vereadores sempre vêm querer contribuir com o projeto, mas, logicamente, essa iniciativa do Ver. Oliboni não se faz necessária, tendo em vista que já temos leis específicas que estabelecem o tamanho que as publicidades podem ter não só nos meios públicos mas também nos meios privados. Então, dizer que a publicidade da empresa concessionária não poderá ultrapassar os limites institucionais e informativos é replicar aquilo que já está em outras legislações. E, como o projeto não está revogando nenhuma outra lei que trate dos limites que podem ser utilizados, Ver. Márcio, logicamente que a emenda se faz completamente desnecessária. Então, a bancada do PTB encaminha pela rejeição da emenda. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 011/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa noite, senhoras e senhores. Eu venho à tribuna para fazer um encaminhamento de votação em nome da minha bancada, a bancada do PSOL, falo em nome também da Ver.^a Karen Santos. A Emenda nº 01, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, traz para a redação desta iniciativa legislativa que a publicidade da empresa concessionária não poderá ultrapassar os limites institucionais e informativos. Existem certos momentos em que o óbvio precisa ser dito, infelizmente; se não for dito, talvez dê a entender que, a partir de um processo, de um projeto de lei e uma concessão estabelecida no Município de Porto Alegre, a iniciativa privada, os empreendedores podem fazer o que bem entendem dentro de um ambiente que lhes foi concedido para que administrem, para que limpem, para que mantenham as condições.

Portanto, a nossa bancada entende que esse óbvio precisa estar dentro da redação legislativa deste projeto de lei e ser incorporado à lei se esta iniciativa for aprovada por esta Casa Legislativa, porque concordamos que o óbvio precisa, sim, ser dito. Precisa. Nós não podemos criar áreas em que a legislação vigente no Município de

Porto Alegre não tenha efeito. Por mais que haja a possibilidade de abrir concessões, que elas sigam o regramento preestabelecido dentro do Município de Porto Alegre.

Portanto, a nossa bancada votará favoravelmente a essa iniciativa, ela não desvirtua e não desconfigura o projeto de lei, apenas traz para a redação da lei um regramento que existe para todo o Município de Porto Alegre, não abrindo exceções para esse tipo de possibilidade, ou de parceria que a Prefeitura pretende estabelecer dentro do Município de Porto Alegre, da Capital dos gaúchos. Portanto, deixamos aqui a nossa preocupação com relação à possibilidade de que nós tenhamos poluição visual em locais que são destinados, originalmente, ao lazer, ao descanso, à prática desportiva, à atividade de sociabilização, tão necessárias para a manutenção da saúde não apenas física, mas também mental dos habitantes desta Cidade.

De acordo com essa preocupação, acredito que quase todos os integrantes desta Casa Legislativa puderam perceber que a nossa Porto Alegre nem sempre foi assim. Eu lembro, quando eu era pequeno, de transitar pelas ruas da Capital e os nossos postes serem cobertos de propagandas. Não estou me referindo única e exclusivamente a propagandas políticas, durante as campanhas eleitorais, mas tínhamos, a cada poste da Cidade, uma placa pintada à mão dizendo, por exemplo, “Conserta-se gaita”. Tínhamos também placas espalhadas por todos os cantos da nossa Cidade, que a deixava com aspecto muito feio, muito ruim. Felizmente, não fere mais os nossos olhos transitar pela cidade de Porto Alegre. E nós precisamos manter esses espaços qualificados e livres de qualquer poluição visual que possa enfeá-los ou prejudicá-los.

Portanto, parabênzo o Ver. Aldacir Oliboni pela iniciativa, foi a primeira emenda colocada no projeto, uma emenda, volto a dizer, que não desvirtua a ideia inicial, não desqualifica o projeto, ela pode agregar, e, portanto, a nossa votação será favorável a essa iniciativa. Boa noite.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n ° 01, destacada, ao PLE n ° 011/18.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Eu, igualmente ao Ver. Oliboni e ao Ver. Alex, vejo que aqui você precisa interpretar as iniciativas do governo sempre no contexto em que ele administra a Cidade, manda projetos para cá. E com isso você vai entendendo a lógica do governo, concordando ou não, mas é preciso entender. E, nesse quesito da publicidade, quero lembrar aqui o ocorrido na virada do ano. Na chaminé da Usina do Gasômetro, tombada como patrimônio estadual e municipal, estava uma faixa do Bazar Maria, se não me engano. Estou até fazendo publicidade. Primeiro, não foram ouvidos os órgãos responsáveis, e a legislação proíbe a publicidade em bens de patrimônio histórico, como é o caso da chaminé da Usina do Gasômetro. Não estou aqui emitindo opinião, até o momento, estou dizendo que se afrontou a lei.

Então, “o PT não quer a participação dos privados em nada”. Não! Você pode utilizar, pode fazer parcerias com a sociedade civil, com a iniciativa privada. Poderia ter dito para o Bazar Maria, sei lá como se chama, fazer a sua publicidade de forma moderada, talvez ao lado, enfim, alguma medida que preservasse, já que foi essa empresa que patrocinou a festa, pelo que entendi, e deixou – ou foi responsabilidade do Município – faltar lixeiras. Eu estava ali no dia seguinte, no dia primeiro de janeiro. As lixeiras estavam todas lotadas, todas cheias, e as pessoas extravasavam as lixeiras. Então, também houve uma falta de planejamento. É muito fácil vir aqui e apenas dizer que o povo é mal-educado. Podemos falar aqui de educação ambiental, mas temos de falar de falta de planejamento do Executivo, junto com o Bazar Maria, para colocar mais lixeiras ou alguma outra forma, para que a orla não tivesse se transformado naquele campo de batalha, na noite do dia 31 para o dia 1º.

Então, é sobre esse aspecto que precisa ser analisado, um governo que viola a lei. Não estou encontrando aqui, até procurei. Achei que iria conseguir encontrar aqui, mas não consegui mostrar no meu celular as leis que não se pode fazer publicidade em cima de patrimônio histórico do Município. No caso, aqui, estamos falando, talvez, do maior símbolo da cidade de Porto Alegre. Um governo que sequer lê a lei e permite um *outdoor* daquele tamanho, uma faixa, não sei como pode ser chamado tecnicamente, é um governo que, ao conceder praças e parques ou qualquer outra figura jurídica que entregue para alguém que queira explorar também do ponto de vista da imagem, obviamente o fará sem limites, Ver. Oliboni.

Então a emenda assinada pelo companheiro Oliboni vai neste sentido. O Ver. Alex aqui acaba de colocar: há coisas que é preciso dizer, e talvez nem dizendo funcione na lei, mas ainda acho que é melhor dizer do que não dizer. Pelo menos estarão violando, e aí passível de responsabilização. Faço aqui um chamado, aconteceu há dois, três meses, estão aqui as fotos da virada do ano, quem quiser olhar, vai encontrar, parece-me bastante humilhante para o cidadão e cidadã, que, repito, não discorda de chamar o privado, o poder econômico para participar. Aliás, é uma boa alternativa, chama para ajudar na administração, para custear o que for possível, mas não entregando sua memória, seu patrimônio histórico e cultural. É nisso que fizemos a ressalva e encaminhamos pela aprovação da emenda. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Realmente é visão de cidade. Qual é a humilhação que tem de colocar uma faixa temporal, por dois ou três dias, na chaminé da Usina do Gasômetro em reconhecimento a uma empresa que se dispôs a presentear a população de Porto Alegre com um *show* de fogos, que era inclusive silencioso, Ver.^a Lourdes, para não atacar os animais? Qual é a humilhação que tem nisso? Só alguém que tem algum complexo, vereador, um complexo de

inferioridade, um complexo de alguma coisa ou um preconceito muito grande contra o capital. Não há nenhuma humilhação.

Vou dizer o seguinte: se prefeito eu fosse, eu botava um tapete vermelho lá para agradecer o cara que se dispôs a fazer isso para um povo sofrido que vai chegar no *reveillon* e não tem nada, e vai poder...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Vereador.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Eu não tenho o tempo?

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): É na tribuna, vereador, pelo MDB.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Desculpa, eu estava usando o tempo. Acho que posso falar da tribuna ou daqui.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O senhor vai falar pelo seu partido?

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Eu estava falando, imaginei.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Eu achei que o senhor estava fazendo um aparte, não marquei o tempo.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Não, até porque não é regimental, não teria aparte para fazer. Desculpe-me, eu achei...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O senhor pode utilizar seu tempo.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Não, não, obrigado, estou satisfeito. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 011/18. (Pausa.)

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Posso fazer um aparte aqui, Presidenta, apenas para fazer uma ilustração?

(Manifestações no plenário.)

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): O Ver. Valter pode usar o microfone. Eu gostaria de entender o que foi a manifestação do Ver. Valter.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Marcelo, o erro foi meu, não tem aparte. Por favor, eu peço desculpas, mas não vou poder lhe conceder o aparte, porque ele não existe; nós estamos em votação. Deu um pequeno problema, eu achei que o Ver. Valter ia só fazer uma pequena, brevíssima manifestação e se alongou. Então, achei que estava usando o tempo certo. Nós vamos entrar em votação.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 011/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 08 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Como havia solicitado, passo a ler minha declaração de voto: “Voto contra a emenda eis que entendo correto o tratamento legislativo que a legislação ordinária e orgânica já consolidou. Assim, sou partidário à manutenção dos dispositivos legais existentes, permitindo, como é hoje, a exploração publicitária no mobiliário e demais equipamentos integrantes da concessão, nos limites estabelecidos na legislação reguladora da matéria”.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Onze vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 20h26min.)

* * * * *